

Maria do Rosário Ferreira

Coordenação

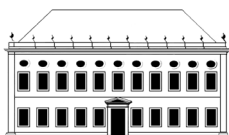


adernos de
Literatura Medieval - CLP

O Contexto Hispânico da Historiografia
Portuguesa nos Séculos XIII e XIV

Em memória de Diego Catalán

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

Publidisa

ISBN

978-989-26-0072-7

ISBN Digital

978-989-26-0405-3

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0405-3>

DEPÓSITO LEGAL

320248/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



A presente publicação insere-se no Grupo "Poéticas" (coordenação de Marta Teixeira Anacleto) do Centro de Literatura Portuguesa, Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010.

Maria do Rosário Ferreira
Coordenação



adernos de
Literatura Medieval - CLP

O Contexto Hispânico da Historiografia
Portuguesa nos Séculos XIII e XIV

Em memória de Diego Catalán

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Maria do Rosário Ferreira	
Historiografia Medieval em Portugal: Velhos Textos, Novos Caminhos – Balanço em Forma de Introdução	7
Inés Fernández-Ordóñez	
Diego Catalán y la Historiografía Medieval Hispánica	19
Filipe Alves Moreira	
A Historiografia Régia Portuguesa Anterior ao Conde de Barcelos	33
José Carlos Ribeiro Miranda	
Historiografia e Genealogia na Cultura Portuguesa Anterior ao Conde D. Pedro de Barcelos.....	53
Maria do Rosário Ferreira	
D. Pedro de Barcelos e a Representação do Passado Ibérico.....	81

(Página deixada propositadamente em branco)

Maria do Rosário Ferreira
*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Seminário Medieval de Literatura,
Pensamento e Sociedade (IF-FLUP/FCT); Centro de Literatura Portuguesa (CLP-FLUC/FCT).*

7

**HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL EM PORTUGAL:
VELHOS TEXTO, NOVOS CAMINHOS
BALANÇO EM FORMA DE INTRODUÇÃO**

Desde Novembro de 2008, vem-se desenvolvendo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Centro de Literatura Portuguesa, um projecto de encontros científicos semestrais sobre temáticas medievais portuguesas nas quais os membros do CLP com formação na área da medievalística têm trabalho em curso. Integrados na linha de investigação *Poética e Poéticas*, sob a direcção científica de Marta Teixeira Anacleto, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, estes encontros partem de breves estados da questão sobre os campos de estudos escolhidos para a apresentação e proposta de discussão, aberta à comunidade científica interessada, dos progressos a eles trazidos pela investigação e reflexão recentes. Os *Encontros de Literatura Medieval do CLP* visam assim constituir, em alguma medida, marcos científicos com implicações nos avanços futuros do conhecimento em cada campo de estudos tratado. A ideia de reunir os estudos resultantes dos encontros em pequenos volumes que permitissem a divulgação dos pontos de vista aí expostos e discutidos surgiu como corolário lógico deste projecto a um tempo singelo nos meios e ambicioso nos propósitos.

O presente volume é fruto da reflexão produzida por ocasião do primeiro destes *Encontros de Literatura Medieval do CLP*, realizado em Novembro de 2008, que me coube organizar e coordenar. Subordinado ao tema «O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV», contou com uma conferência proferida por Inés Fernández-Ordóñez, professora da Universidade Autónoma de Madrid, e com uma mesa redonda moderada por António Resende de Oliveira, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Aí expuseram os rumos actuais dos seus trabalhos três membros de um grupo de investigação, o Seminário Medieval de Literatura Pensamento e

Sociedade (linha de investigação do Instituto de Filosofia sediado na Faculdade de Letras do Porto), que tem dedicado uma particular atenção ao estudo da primitiva historiografia em Portugal: José Carlos Miranda, professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Filipe Alves Moreira, doutorando dessa Universidade e bolseiro da FCT, e eu mesma, professora da Faculdade de Letras de Coimbra e investigadora também do CLP.

Por infeliz coincidência, a morte de Diego Catalán, figura tutelar dos estudos historiográficos hispânicos – e de quem a conferencista convidada, Inés Fernández-Ordoñez, é porventura a discípula mais destacada –, ocorreu quando o encontro estava em preparação. Por acordo unânime dos envolvidos, foi entendido que este não poderia senão ser uma homenagem à figura do ilustríssimo e saudoso filólogo e mestre, cujos estudos vinham desde os anos cinquenta do século XX a constituir marcos periódicos e inultrapassáveis na investigação sobre historiografia medieval peninsular. São pois os escritos decorrentes dessa ocasião – a conferência e as perspectivas discutidas na mesa redonda –, entretanto reformuladas e actualizadas, que agora aqui surgem reunidos.

A formulação escolhida para o tema, «O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV», não é nem arbitrária, nem inocente. Por um lado amplia, nas suas condicionantes espaciais, e por outro restringe, na sua extensão temporal, o âmbito do objecto de estudo que define. Assim, coloca sobre a mesa o problema da escrita historiográfica portuguesa nos séculos XIII e XIV – ou seja, desde que a língua vulgar do ocidente peninsular, primeiro ensaiada por escrito nos cantares dos trovadores, se tornou veículo possível da representação e fixação da memória do território e das instituições nele sediadas até às redefinições políticas decorrentes da crise dinástica de 1383-1385, que viriam a ser definitivamente codificadas por Fernão Lopes. Todavia, ao ambientar essa escrita no contexto hispânico, o título implicitamente sugere que, anteriormente a tais redefinições políticas, os olhares, as escritas e as ideologias subjacentes à representação historiográfica em Portugal não se definiam pelo seu carácter português, antes se situavam e evoluíam num universo mais lato, enquadrando o reino numa mundivisão hispânica. O que equivale a afirmar que, então, a escrita historiográfica ou transcendia, ou – o que é historicamente mais credível – desconhecia os estritos limites dessa natureza nacional que com Fernão Lopes veio a tornar-se axiomática.

Que memória escrita sobreviveu então dessa época recuada, que permita fazer uma tal afirmação? Uma memória escassa, em quantidade; demasiado imprecisa ou fabulosa, do ponto de vista factual, para ser aceite como fonte fidedigna pelos estudos históricos

de pendor positivista; e insuficientemente elaborada, no que concerne aos critérios instituidores de literariedade, para ser considerada em paridade com, por exemplo, a lírica trovadoresca ou a crónica de Fernão Lopes. Situada assim numa terra de ninguém entre a literatura e a história, a historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV tem sido votada àquela espécie de limbo que acolhe os textos tidos como literariamente pobres ou historicamente pouco relevantes, ou ambos, e a que apenas resta como carta de nobreza o vago interesse cultural que a sua vetustez lhes confere e os salva do olvido total...

Ao desprezo estético e desconfiança epistemológica que envolve estes textos não terão sido alheias também razões do foro ideológico, com raízes remotas e bem implantadas no processo de construção da identidade portuguesa ao longo dos tempos. Razões que os nacionalismos que tão fundamente marcaram o século XX europeu vieram ainda fortalecer. Com efeito, o âmbito temporal desta primitiva historiografia portuguesa coincide *grosso modo* com a primeira dinastia, período a que a história, na lógica evolucionista que enforma as disciplinas positivistas, chama «da formação da nacionalidade», tendendo a centrá-lo na implantação da instituição monárquica e na progressão das fronteiras territoriais, cuja consolidação e definição permitiram, mais tarde, a eclosão do estado moderno. Todavia, em termos não de projecção num futuro, mas de captação de um presente, esse afigura-se ter sido um período de indefinições, ambiguidades e contradições no plano da consciência política, territorial, social, institucional e linguística. E toda esta multiplicidade se espelha nas lealdades confusas e difusas subjacentes às mais antigas memórias e representações que nos restam do reino de Portugal e das circunstâncias da sua constituição em território autónomo.

A realidade textual a que nos reportamos quando falamos da dita historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV não é absoluta e imutável, dependendo, antes de mais, da definição, mais ou menos restritiva, de «historiografia», e da noção, mais ou menos abarcante, daquilo que «portuguesa» poderia significar na época em causa. Se, na primeira categoria, se aceitarem estritamente textos conformes ao modelo cronístico – ou seja, textos que produzem sobre o passado uma narrativa organizada segundo uma progressão cronológica assente na sequência de unidades temporais constituídas por um reinado – e se, na segunda, se incluírem apenas textos originalmente escritos e preservados no vernáculo do ocidente peninsular, pode entender-se que a historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV é pouco mais do que um vazio textual. Todavia, o conjunto de obras que poderão considerar-se como pertencendo à historiografia portuguesa dos séculos XIII e XIV não depende apenas de abstracções apriorísticas de alcance estético-formal e linguístico.

Sendo adoptada uma formulação mais abrangente, de um «campo historiográfico» que tome em conta a funcionalidade dos textos tanto no contexto em que surgiram como para a posteridade, o panorama poderá alterar-se substancialmente.

Já com anterioridade ao século XIII se pode rastrear em meios clericais portugueses, nomeadamente em Santa Cruz de Coimbra, uma escrita não documental que procede ao registo de determinados acontecimentos atinentes ao território e às pessoas e instituições que nele se estabelecem e sobre ele exercem domínio, configurando assim uma memória. Temos anais (como os *Annales Portucalenses Veteres*), registos sumários tomando o ano como base da sua estrutura cronológica; relatos de batalhas ou conquistas (como o *De Expugnatione Scalabis*), em modo narrativo; surgem além disso secções historiadas de alguma dimensão inseridas em estruturas analíticas (como os *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*). Algumas hagiografias com interesse historiográfico (como a *Vita Theotoni*) combinam adequadamente os dois critérios, apresentando uma estrutura narrativa que abrange a duração da vida da personagem de que tratam. Porém, todas estas modalidades textuais eram redigidas em latim.

Após o advento da escrita em romance galego-português, contam-se antes de mais nos textos configuradores de uma memória do espaço e das personagens portuguesas os *Livros de Linhagens* (o mais antigo ainda do século XIII, provavelmente da década de setenta, os dois restantes com redacção nos inícios dos anos quarenta do século XIV). Entremeados de breves narrativas de menos do que duvidosa credibilidade, apenas a reabilitação do estudo da cultura da nobreza, iniciada em Portugal por José Mattoso na sequência dos trabalhos de George Duby e da «nouvelle histoire», permitiu ver nestes velhos nobiliários mais do que registos semi-fantásticos, valorizando-os não como fontes documentais mas enquanto representações significativas de um sector particular da sociedade portuguesa coeva. Os trabalhos de fundo de Luís Krus seguiram a mesma linha, e tornaram evidente a importância dos nobiliários para a compreensão da mentalidade aristocrática. Apesar de recuperados pela História, ainda há bem poucos anos estes escritos, totalmente discrepantes do modelo cronístico, pois nem a progressão cronológica nem o modo narrativo são neles elementos constitutivos, não tinham sido instaurados pela disciplina literária no seu lugar de obras historiográficas de pleno direito, merecedores de uma atenção detalhada enquanto objectos textuais.

Por outro lado, o «campo historiográfico» entendido como domínio da escrita instituidora da memória vai sendo reformado e ampliado pelo estudo dos próprios textos, das

relações que estabelecem com outros textos anteriores ou coevos, da sua proveniência e circulação ao longo do período considerado. Muitas vezes é desvendada a existência de obras historiográficas perdidas, ou recuperada a insuspeitada dimensão historiográfica de obras integradas pela literatura em diferentes géneros, e configuram-se assim novos objectos que poderão qualificar-se para o nosso estudo. Vejamos. Até meados do século XX não seria descabido afirmar-se que o *corpus* textual da primitiva historiografia portuguesa começava e terminava com os *Livros de Linhagens*. À parte eles, e como testemunho de actividade historiográfica em Portugal, restavam as referências à tradução do árabe, no reinado de D. Dinis, da chamada *Crónica do Mouro Rasis*. Um estranho texto sobre Afonso Henriques contido nas *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* suscitava algumas suspeitas de inusitada antiguidade. E era tudo. Porém, esse estado do conhecimento foi definitivamente ultrapassado no dealbar da década de 1950. O primitivo campo historiográfico em Portugal é uma realidade que desde então se vem intermitentemente construindo, a partir da evidência empírica crescente de uma rede textual que, indiferenciando reinos e línguas de proveniência, serviu um mesmo propósito de representação do passado tendo como ponto centralizador da perspectiva o território português, mas como horizonte inescapável a Espanha, a antiga Hispânia de que esse território se assumia então como parte integrante.

Devemos a Luís Filipe Lindley Cintra e aos notáveis estudos filológicos que encetou ainda na primeira metade do século XX, culminando na edição crítica da refundição de *circa* 1400 da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (1951-1990), a reapreciação e redimensionamento da historiografia vernácula em Portugal até ao século XV. Antes de mais, pela restituição ao ambiente cultural do ocidente peninsular da *Crónica de 1344* – até então designada, de acordo com a tradição pidaliana, «Segunda Crónica General de España» e considerada de autoria castelhana –, obra que o filólogo português atribuiu ao Conde D. Pedro de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, igualmente promotor do mais extenso e mais recente dos três nobiliários. Lindley Cintra apurou ainda a densa rede textual implicada na feitura destas duas obras, pondo assim a claro a inextricável ligação da primitiva produção historiográfica portuguesa à tradição genealógica navarra do *Liber Regum*, por um lado, e à historiografia castelhana em vulgar tributária da *Estoria de España* alfonsina, por outro. Com o estabelecimento da autoria da *Crónica de 1344* e com o levantamento do vasto domínio de matérias e textos necessários para, em conjunto com o *Livro de Linhagens*, a urdir, Lindley Cintra desvendou uma primitiva cronística portuguesa inscrita numa textualidade vernácula hispânica global e instituiu o filho de D. Dinis, autor igualmente

da recolha de poesia trovadoresca conhecida como *O Livro das Cantigas*, em vulto maior da cultura peninsular do século XIV. É verdade que o texto que a sua edição crítica traz a público não corresponde ao que o Conde de Barcelos terá escrito, e do qual não resta nenhum testemunho português. Trata-se de uma refundição, a que Cintra chama «segunda redacção», dessa crónica fundadora, levada a cabo, segundo estima, um bom meio século mais tarde e devidamente preservada no romance próprio do reino de Portugal. Todavia, os seus estudos não deixaram por isso de incidir fundamentalmente nas circunstâncias e condicionamentos textuais e, em alguma medida, contextuais que terão propiciado e acompanhado a redacção original da *Crónica de 1344*.

Como uma espécie de subproduto da sua pesquisa sobre a iniciativa historiográfica de D. Pedro de Barcelos, Lindley Cintra acabou por mostrar a existência de toda uma envolvimento textual que vinha sendo aclimatada ao ambiente português ainda antes de o Conde ter tomado para si o cargo de guardião da memória do reino e dos seus fidalgos tal como os concebia: enquanto corpo e prole de uma Espanha matricial. Textos maioritariamente filiáveis na tradição vernácula hispânica que circularam na área geo-política de influência linguística do galego-português, tendo sido objecto de tradução ou de adaptações várias no romance do ocidente peninsular, e que constituíram em grande parte o universo textual onde a *Crónica de 1344* e o *Livro de Linhagens* foram idealizados. São, no essencial, as obras apuradas nesse levantamento que constituem hoje o *corpus* da historiografia portuguesa anterior ao século XV, mesmo que estudos mais recentes tenham em muitos casos precisado ou redefinido a respectiva datação, origem, filiação textual e o estatuto mais ou menos autónomo que lhes cabe no âmbito da historiografia hispânica coeva. Várias das perspectivas e conclusões de Lindley Cintra vieram ao longo dos anos a ser revistas ou mesmo refutadas. Mas nenhum estudioso da primitiva historiografia portuguesa ignora que, sem o legado vastíssimo e basilar do Mestre, pouco teria hoje para dizer, contradizer ou desdizer sobre o assunto.

Para além dos *Livros de Linhagens*, o *corpus* textual historiográfico em vernáculo do ocidente peninsular conta desde então com a *Crónica de 1344*, no seu testemunho tardio e reformulado de *circa* 1400; com a tradução de uma vasta porção da *Versão Amplificada da Estoria de España* e de uma *Crónica Particular de São Fernando* datáveis da primeira metade do século XIV; com uma tradução da *Crónica de Castela*, situável pelos inícios do século XIV, que não deverá ser muito posterior ao original; e com um curioso trecho da família textual do *Liber Regum*, que, segundo estudos recentes (de José Carlos Miranda), será não uma tradução mas uma adaptação parcial dessa obra, propositadamente redigida

em galego-português e contemporânea da tradução da *Crónica de Castela*. O mesmo *corpus* inclui ainda, como peça de importância fundamental, um texto atípico, recolhido pela cronística alfonsina antes de ter sido usado pelo Conde de Barcelos, onde surge uma imagem bastante pouco consensual do primeiro rei de Portugal, e que foi entendido, durante décadas e por vários estudiosos, como derivando de uma fábula jogralesca de origem difícil de precisar. Este texto foi há bem pouco tempo trazido à ribalta da historiografia medieval peninsular ao ser identificado (por Filipe Moreira) com a peça central de uma *Primeira Crónica Portuguesa* que remontaria ao reinado de D. Afonso III. Com estatuto mais dúbio, por serem muitas as incertezas quanto ao grau de intervenção do redactor da *Crónica de 1344*, pode contar-se também neste *corpus* historiográfico em galego-português o testemunho parcial da já referida tradução portuguesa da *Crónica do Mouro Rasis* indirectamente preservada na refundição de *circa* 1400.

Lindley Cintra, porém, não perseverou neste campo de estudos. De facto, veio muito mais tarde a recordar, com característico desprendimento, o pouco impacto que os seus trabalhos sobre historiografia medieval tinham tido nos meios académicos e culturais portugueses, em contraste com o interesse de que, internacionalmente, eram objecto (em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_03/03_07_MattosoCintra.pdf). E na verdade, pensando no ambiente cultural e político que pelos anos cinquenta, sessenta e ainda setenta do século XX se vivia no país, nesses tempos em que Portugal ainda não tinha «entrado na Europa» e em que o escudo, no orgulho ou na nostalgia da sua imagem de moeda forte, se media com a peseta, nesses tempos em que as memórias heróicas de Aljubarrota e dos conjurados do primeiro de Dezembro alimentavam na escola os germes de um anti-castelhanismo primário... Recordando esse Portugal nacionalista de então, que outra repercussão, a não ser um tácito silêncio, poderiam os estudos de Cintra ter alcançado? O que traziam eles ao conhecimento, senão a pouco saudável promiscuidade de línguas, opções ideológicas e lealdades político-territoriais praticada por grandes personagens do reino numa época fundamental para o estabelecimento precoce das distinções constitutivas da identidade e soberania nacionais? As ambiguidades em torno da questão linguística, sobretudo, sempre fulcral na definição de identidades, não podiam deixar de ser encaradas com desconfiança zelosa.

Como dizia, Lindley Cintra não prosseguiu para além da década de cinquenta os seus estudos sobre historiografia medieval em Portugal, limitando-se, nesse campo, a terminar a edição da refundição da *Crónica de 1344*. A redacção original dessa crónica, a mais imponente realização da primitiva historiografia portuguesa, preservada apenas em

tradução castelhana, continua ainda, na sua maior extensão, por editar. Mas alguém, sintomaticamente do lado de lá da fronteira luso-espanhola, retomou a investigação no ponto exacto em que o filólogo português a havia suspenso: no complexo cruzamento de fontes, maioritariamente vernáculas e hispânicas mas não ocidentais, que estivera na origem da obra historiográfica do Conde de Barcelos. E esse alguém foi Diego Catalán Menéndez Pidal.

Metodologicamente, a continuidade entre os dois mestres é total, pois tanto Lindley Cintra como Diego Catalán se enquadravam na escola filológica espanhola tutelada por Don Ramón Menéndez Pidal. Porém, o ponto de vista de Catalán não estava condicionado por um imperativo político implícito que valorizava os textos historiográficos galego-portugueses enquanto testemunhos linguísticos da individuação de uma nação e de um povo. No quadro de uma Hispânia onde a diversidade interna era constitutiva, as diferenças linguísticas e formais dos textos medievais tendiam a diluir-se e as afinidades temáticas e contedísticas a reforçar-se mutuamente de texto para texto, estabelecendo os elos e os nexos de uma representação do passado senão una, pelo menos partilhada. Os representantes da historiografia galego-portuguesa eram pois mais do que bem vindos a essa *koiné* historiográfica peninsular.

É claro que se, numa primeira abordagem filológica mais estritamente dependente da crítica textual, o que ressaltava era o parentesco entre testemunhos, versões e obras, um trabalho comparativo mais focalizado nos aspectos discursivos e ideológicos acabava por pôr a claro a irreduzível diversidade que o processo de contínua reescrita próprio da historiografia medieval introduzia nos textos. O labor filológico de Diego Catalán incorporou assim de forma cada vez mais nítida uma dimensão interpretativa das obras e do diálogo entre elas, estabelecido no respectivo contexto histórico, político, ideológico e sociológico. Desse diálogo, a historiografia emerge sem dúvida como o produto de uma cultura narrativa e de uma memória hispânicas comuns. Todavia, a representação do passado por ela veiculada instituía-se em testemunho das fracturas e divergências de uma península em contínua transformação política e social, revelando um espaço geográfico e humano que não falava a uma mas a muitas vozes, e tornando aparente que o que definia e orquestrava essas vozes não dependia, bastas vezes, da consciência das fronteiras territoriais mas de outros factores, na época mais mobilizadores do poder da escrita e, em particular, da escrita historiográfica. E são essas vozes do passado, oriundas de sectores sociais e políticos definidos e diversos, essas vozes interventivas no seu tempo mas que a história subsequente nivelou, desentendeu, esqueceu, que os actuais estudos sobre historiografia medieval

pretendem identificar e fazer ouvir, dando uma vez mais vida e sentido aos textos que as guardam.

Os avanços trazidos ao conhecimento da historiografia hispânica por Diego Catalán, de extraordinária relevância no que à área galego-portuguesa diz respeito, serão expostos neste volume por quem melhor do que ninguém o sabe fazer, Inés Fernández-Ordóñez, com todo o carinho e admiração que o seu saudoso mestre lhe merece e o profundo conhecimento da sua obra e personalidade que longos anos de convívio lhe proporcionaram. Todavia, e porque é de uma relevância fundamental para as perspectivas e metodologias de investigação que se manifestaram no encontro do qual o volume decorre, quero destacar a ponderada reflexão do eminente filólogo sobre as relações entre história e historiografia, factos e relatos, verdade e memória, caos dos dados e sentido das representações, ilusão da realidade objectiva e reconstrução mental motivada do passado. Diversamente formulada em vários dos seus últimos escritos, essa reflexão transparece admiravelmente no parágrafo inicial da derradeira obra que deu à estampa, o *«Rodericus» Romanzado* (2005: 1):

En los últimos decenios del siglo XX, una «crítica textual» renacida de sus cenizas ha hecho posibles en España grandes avances en los campos hermanos de la Historiografía latina o romance de los siglos XIII-XIV; pero lamentablemente persiste una notoria incomunicación entre los estudiosos de una y de otra. También siguen siendo manifiestas las barreras que separan a los «historiadores» documentalistas, que aspiran a reconstruir «los hechos» que fueron de los «filólogos» que nos interesamos en los «relatos» y sus interrelaciones, sobre todo de aquellos que, como es mi caso, tenemos por cierto que no hay más realidad pasada que la fabricada por las mentes de quienes ponen orden y sentido en el caos de lo que pasó. Y, sin embargo, unos y otros nos necesitamos de nuestro quehacer y podemos sacar gran provecho de una mas atenta y activa intercomunicación, aunque el consenso sea, por razones de principio, imposible, e quizá, innecesario o incluso pernicioso (como en cualquier otro aspecto ideológico).

Neste pequeno trecho, ao negar à historiografia medieval a capacidade de transposição fidedigna da realidade factual que assumidamente relata, Catalán reclama-a inteiramente como património de estudo daqueles a quem chama «filólogos» e que define pelo seu interesse privilegiado não pelo mundo real, onde os factos se terão verificado, mas pelo universo textual onde as narrativas contam e recontam uma realidade fabricada no mesmo acto de contar, tornando inteligíveis os restos aleatórios do passado. O filólogo põe o dedo na ferida aberta da difícil relação entre a historiografia e a história, e da incompreensão do estatuto ontológico e epistemológico dos textos historiográficos que tanto tem dificultado

o entendimento do tipo de conhecimento do passado que eles nos podem fornecer. E, se descreve dos textos historiográficos enquanto fontes históricas, nem por isso nega que sejam historicamente significativos – muito pelo contrário.

De facto, ao acentuar a falta de préstimo documental da escrita historiográfica, o filólogo amplifica o seu valor de representação. Representação discursiva em modo narrativo, representação que se tece necessariamente a partir de outros discursos e outros relatos, com os quais cada novo texto dialoga ideologicamente e nos quais, para além disso, busca as imagens e as estruturas discursivas com as quais filtra a matéria que conta – umas vezes já referida ou transmitida pelas suas fontes, outras não – e lhe modela os contornos. As afinidades primordiais da historiografia não se situam então no universo dos acontecimentos relatados, mas no dos textos a partir dos quais se formula enquanto relato. É assim a própria natureza textual da historiografia a determinar a especificidade das abordagens metodológicas que permitirão analisar e interpretar as obras historiográficas sem abuso e sem ingenuidade, mas também sem perda do sentido do passado que elas veiculam. Neste pressuposto, o significado histórico de um texto historiográfico, e o conhecimento do passado que nele poderemos buscar, não depende da verdade dos factos dos quais ilusoriamente decorre mas das relações que estabelece com outros textos que lhe estão a montante ou que dele vêm a derivar, construindo uma rede de significados que constitui em si mesma a teia e a trama da História.

Para Catalán, e citando agora *El Cid en la Historia y sus Inventores* (2002: 11, 124), não são os factos mas as narrativas os constituintes da história, uma história que declara «creación, hallazgo, invención de unos narradores que seleccionan, organizan y dan sentido a ciertos “datos” que la memoria o un determinado tipo de documentación pone a su alcance». Mas vai mais longe. As suas conclusões extravasam da historiografia medieval para a narrativa histórica intemporalmente considerada, quando afirma que «cualquier historia (por muy objetiva e científica que quiera ser) es siempre interpretación “política” del pasado (próximo o lejano), es utilización del ayer en función del hoy, es lección cara al futuro». Assim, para ele – e, com ele, para os investigadores que participaram neste encontro –, a História, as histórias, todos os contos e recontos do passado, os de há séculos como os de hoje (e esta introdução, enquanto perspectiva do percurso recente dos estudos historiográficos medievais em Portugal, é mais um reconto), não são invenção nascida de um impulso ingénuo para ordenar e dar sentido ao que se conta, mas intervenção direccionada. São interpretações do passado marcadas por uma concepção ideológica e uma motivação pragmática. E deste princípio geral da construção da narrativa histórica decorre que também

a historiografia medieval se configura como discurso político. Manifesta uma intencionalidade e é produto de uma vontade, constituindo um acto de escrita instituidor de poder.

A concepção de escrita historiográfica que Diego Catalán expressa nestes seus escritos já do século XXI está, pois, muito longe de entender os textos como testemunhos de um qualquer passado – nem dos acontecimentos que relatam, nem sequer dos contextos em que surgem. Pois aos primeiros, os textos dão-lhes forma ao contá-los; e aos segundos, os textos transformam-nos ao inscreverem-se neles. Se de alguma coisa a escrita historiográfica dá testemunho é dos pressupostos ideológicos e dos objectivos políticos que subjazem às vontades que a ditam. Enquanto narrativa da história que é, a historiografia medieval funcionaliza o texto, transformando o relato em acto e a escrita em modo de intervenção no universo mental e factual que o produz. Uma intervenção declinada no tempo, construindo o passado, modelando o presente e projectando-se no futuro.

Estas duas dimensões da historiografia tão agudamente formuladas e destacadas por Diego Catalán nas suas últimas obras – a dimensão literário-textual e a dimensão ideológico-política – constituem os eixos orientadores da prática de investigação dos participantes neste volume, que os levou à percepção e identificação, no primitivo campo historiográfico português, de vozes distintas, oriundas de sectores diversos da sociedade coeva e veiculando uma memória polifónica.

Filipe Alves Moreira trata dos primórdios da cronística régia em Portugal, identifica o corpo textual central daquela a que chama a *Primeira Crónica Portuguesa*, redigida provavelmente no reinado de Afonso III, investiga as fontes, a estrutura global, o âmbito histórico e a posteridade textual dessa obra parcialmente perdida, equacionando a posição que lhe cabe tanto na historiografia portuguesa como na tradição historiográfica hispânica, e aventa ainda a possibilidade de que o projecto de fixação da memória da dinastia portuguesa germinasse já desde reinados anteriores em meios afectos à corte régia.

Buscando nos testemunhos do século XII os argumentos que acompanharam a formação do reino de Portugal e se actualizaram no propósito de legitimação régia veiculado na *Primeira Crónica Portuguesa*, José Carlos Miranda mostra como a representação aristocrática do passado no *Livro Velho de Linhagens* se contrapõe a este cenário de domínio do poder régio, e como a convocação de fontes e argumentos representativos do passado mítico do centro peninsular própria da primeira destas obras a integra numa iniciativa de escrita a mais longo prazo, que viria a patrocinar a tradução e o enquadramento textual portugueses de obras como a *Crónica de Castela*.

Eu mesma apresento a escrita historiográfica do Conde de Barcelos, a forma como entrelaça no nobiliário e na crónica o sangue e os feitos guerreiros de linhagens régias e aristocráticas, como desvia o neogoticismo do seu objectivo de atribuição exclusiva do direito sobre o antigo reino Visigodo à dinastia Leonesa para um propósito legitimatório que se estende à totalidade dos «nobres fidalgos d’Espanha» e como, sobre esse equilíbrio nivelador entre monarquia e nobreza, constrói a memória idealizada de uma Espanha a que o desígnio comum da recuperação da terra conferia uma unidade que se sobrepunha às fronteiras políticas instituídas.

Diferentes versões da história do território Português e das legitimidades subjacentes ao seu domínio a que terão correspondido outros tantos projectos de escrita, diversos nas modalidades discursivas utilizadas, e corporizados nas obras historiográficas que hoje nos preservam. É essa multiplicidade de interpretações coevas do nosso distante passado que este volume pretende dar a conhecer.

DIEGO CATALÁN Y LA HISTORIOGRAFÍA MEDIEVAL HISPÁNICA

Como alumna de Diego Catalán, tengo que agradecer de corazón que se dedique esta jornada a su memoria en la Universidad de Coimbra. Portugal fue siempre tierra muy grata para él, elegida con frecuencia para sus vacaciones, y en la que tuvo grandes amigos, como Luís F. Lindley Cintra. Ante la difícil tarea de sintetizar las principales aportaciones de Diego Catalán al estudio de la historiografía medieval hispánica, me acogeré al hilo histórico, al de la propia vida de Diego, para intentar comprender el nacimiento de su interés por la historiografía.

Un interés temprano por la Historia

Tras terminar los estudios de Filología Románica con sólo veinte años en 1949, Diego Catalán preparó su tesis bajo la dirección de Rafael Lapesa sobre la *Crónica de Alfonso XI. Una redacción amplia desconocida*, que defendió en 1951 (y que obtuvo el Premio Extraordinario en 1952). De ella saldrían dos libros, los dos primeros: *Poema de Alfonso XI. Fuentes, dialecto, estilo* (1953) y *Un prosista anónimo del siglo XIV (La Gran Crónica de Alfonso XI. Hallazgo, estilo, reconstrucción)* (1955). Aunque su interés por la historiografía sobre Alfonso XI surgió a partir del estudio de un romance histórico, *El Prior de San Juan* (según él mismo explica en su introducción a la *Gran crónica de Alfonso XI*¹), la elección como tema de tesis de un texto cronístico (y no de una tradición poética o un tema de carácter lingüístico), creo que debe estimarse como prueba de la existencia en él de un interés decidido por la Historia, vocación tan poderosa al menos como la que sintió por

¹ Ed. Catalán (1977: 7-8).

la Filología, y, desde luego, mucho mayor que la que sintió por la Lingüística, disciplina cuyo cultivo abandonó por completo desde mediados de los años setenta. Ese interés por la Historia (una vez me confió que en realidad hubiera querido estudiar Historia, y no Filología) impregna las tres líneas de investigación fundamentales a las que dedicó su atención, la historia de la lengua y la dialectología, la historiografía medieval y la épica y el romancero, y explica que en su persona se reúnan de forma totalmente inusual los conocimientos de un sabio historiador y los de un experto filólogo. La Historia como vía necesaria para la comprensión de los textos o de los comportamientos lingüísticos (y de la vida) y la Filología como herramienta imprescindible para la reconstrucción histórica son principios constantes que operan activamente en gran parte de su obra. La elección de un tema historiográfico para su tesis creo que cobra aún más relieve si se sopesa que durante los años de formación universitaria previa al doctorado (1944-49) las investigaciones en que trabajó, tutelado por las sabias guías de su abuelo, Ramón Menéndez Pidal, y del futuro director Lapesa, fueron de carácter lingüístico o romancerístico. En lo lingüístico estuvo dedicado al estudio del diminutivo en la toponimia, el límite de *f->b-* en el oriente de Asturias y noreste de León, reelaboración de *El dialecto leonés* de Menéndez Pidal, índices de las voces estudiadas en *Orígenes del español*; en lo romancerístico, Catalán trabajó en cartografía romancística, en encuestas de campo de romances tradicionales, y en la reelaboración de los estudios de romances de tema histórico de Menéndez Pidal. Influidos por los intereses de su abuelo, al que estuvo muy unido, y con su educación literalmente en manos de su familia, como resultado de la guerra, Diego Catalán se familiarizó desde muy joven con los campos de investigación de su abuelo. Así nos cuenta que «en los primeros años de Universidad sólo un par de profesores me proporcionaron algunos conocimientos de interés [...] En medio de la decepción de lo que podía recibir en los cursos universitarios, comencé, por invitación de mi abuelo, Ramón Menéndez Pidal, a manejar en casa, junto a materiales de interés lingüístico, otros pertenecientes a su archivo sobre el Romancero»². Pero pese a ello, eligió como tema de tesis uno de carácter historiográfico.

En realidad, creo que no es desacertado afirmar que la historiografía es el campo de investigación cultivado por Diego Catalán en que menos contó la herencia recibida de Menéndez Pidal y en el que sobresale el carácter pionero e innovador de su trabajo que, por lo general, se realizó en solitario –los equipos formados en ese terreno no son parangonables,

² Catalán (2001: 262).

en resultados, tamaño ni ligazón a los constituidos en el campo del romancero—. Tres son los aspectos generales que creo deben destacarse de su actividad. En primer lugar, su interés por la historiografía como tal, como textos de génesis literaria. A diferencia de Pidal, que estudió las crónicas medievales de forma subordinada a su valor testimonial para el conocimiento de la poesía tradicional, Catalán les prestó atención por sí mismas, como textos dignos de ser investigados como construcciones literarias que responden al entorno socio-político y cultural del que surgen. El papel central que la historiografía ha alcanzado últimamente dentro de la historia de nuestra literatura medieval se debe, en gran medida, a sus trabajos. En segundo lugar, se trata de un edificio construido sobre el ejercicio riguroso y metódico de la crítica textual, entonces apenas practicada en la Filología Hispánica. En general, toda su investigación parte del principio de no confundir texto con testimonio, principio que sus trabajos han contribuido a difundir de forma modélica. Así pudo desenmarañar tradiciones textuales complejísimo que le permitieron demostrar qué y qué no pertenecía a ciertas obras ya conocidas, al tiempo que identificaba otras hasta entonces desconocidas. En tercer lugar, sus trabajos comprenden un arco cronológico amplísimo y, como buen medievalista, sin límites establecidos por las lenguas, sea el latín o el romance, el gallego-portugués, el castellano, el navarro-aragonés o el catalán: así, sus estudios abarcan desde las primitivas crónicas asturianas hasta los textos hispánicos del siglo XV.

Diego Catalán llegó a conocer profundamente los problemas de un inmenso conjunto de obras historiográficas a partir del examen detenido de sus códices. El número de manuscritos de las mismas supera con gran frecuencia el de las obras literarias canonizadas en las historias de la literatura y nos da la medida de la popularidad y de la importancia que alcanzaron en su época. Pese a ello, las crónicas no suelen encontrar la acogida que merecen en las historias de literatura, quizá, cabría pensar, no sólo porque no se hayan valorado literariamente sino también porque el desbroce previo textual que exige su estudio riguroso requería una capacidad de trabajo que no está al alcance de la mayoría.

Por último, hay que valorar también en la preocupación de Diego Catalán por la historiografía su labor editorial, ya que gracias a él se publicaron no pocas obras historiográficas medievales en la colección del Seminario Menéndez Pidal, por él impulsada, «Fuentes cronísticas de la Historia de España», de la misma forma que impulsó las ediciones de colecciones y catálogos de romances.

La cantidad y calidad de los estudios de Diego Catalán sobre la historiografía medieval hispánica es tal que no es fácil compendiarlos. Aún así, pueden clasificarse en varios grandes campos: la historiografía escrita en torno a Alfonso XI, la historiografía relacionada

con la *Estoria de España* de Alfonso X el Sabio, desde sus fuentes latinas hasta sus más tardías derivaciones medievales, la historiografía gallego-portuguesa, la historiografía navarra, y la historiografía vinculada a Rodrigo Jiménez de Rada. En todos ellos las aportaciones de Catalán parten del conocimiento directo de los numerosísimos manuscritos para construir una interpretación histórica y literaria de los textos estudiados.

La historiografía en torno a Alfonso XI

En su tesis³, en los libros antes citados, y luego en *La tradición manuscrita en la «Crónica de Alfonso XI»* (1974), veinticinco años posterior, Catalán pudo probar la existencia de dos versiones de la *Crónica de Alfonso XI*, la primera o *Crónica de Alfonso XI*, que fechó hacia 1344 y una refundida posteriormente, la *Gran crónica de Alfonso XI*, que editó (1977) y que pudo fechar a finales del siglo XIV. Gracias a Catalán conocemos la existencia de varias ramas textuales de la *Crónica de Alfonso XI*: la integrada dentro de la *Crónica de cuatro reyes* (Alfonso X, Sancho IV, Fernando IV y Alfonso XI), la *vulgata*, sobre la que partió la refundición de la *Gran crónica*, y aún otras posteriores fechadas en 1415 y 1489. Como parte fundamental de estos estudios imprescindibles sobre la historiografía en torno a Alfonso XI debe mencionarse su libro sobre el *Poema de Alfonso XI: Fuentes, dialecto, estilo* (1953), texto que pudo datar en 1348 y que estudió en relación con la *Crónica* y la *Gran crónica*.

Por desgracia, y aunque anunciaba en 1974 la edición de la *Crónica de Alfonso XI*, y posiblemente tuviera una edición en barbecho, ese texto nunca vio finalmente la luz. A día de hoy, seguimos a falta de esa edición, tan necesaria para el estudio de la historiografía del siglo XIV. Este campo sobre Alfonso XI, que gracias a las aportaciones de Diego fue roturado por vez primera y quedó preparado para su investigación ulterior, ha sido quizá el que menos ha atraído a los filólogos posteriores, que no han recogido la cosecha sembrada.

La *Estoria de España* de Alfonso X

Quizá la investigación historiográfica de Diego Catalán es sobre todo conocida y reconocida por su labor en torno a Alfonso X. El interés de Catalán por la *Estoria*

³ Catalán (1951, 1955b).

de España de Alfonso X el Sabio nació de la lectura y reseña crítica (1959-60) de los primeros dos volúmenes de la edición de la *Crónica geral de Espanha de 1344* de Luís Filipe Lindley Cintra (1951-90). A partir de ese estudio de Cintra, que revisaba en gran medida las conclusiones de Menéndez Pidal sobre las varias crónicas generales de España, Catalán inició una línea de investigación que lo acompañó hasta el final de su vida. Aunque sus descubrimientos no admiten fácil síntesis, es necesario explicar que el primero de ellos fue el carácter facticio del segundo de los manuscritos que Menéndez Pidal había utilizado como base de la edición de la *Primera Crónica General*, E₂ (Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial, X-I-4), en el cual se habían empalmado, a mediados del siglo XIV, el texto original alfonsí con una *Versión amplificada de 1289*, de época de Sancho IV, y con otros textos posteriores del siglo XIV, como la *Crónica particular de San Fernando*, que definió e identificó. El hallazgo, publicado en el libro *De Alfonso X al conde de Barcelos* (1962), supuso desligar la edición pidalina de la *Primera crónica* del texto genuino de la *Estoria de España* alfonsí, conservado en otros códices. Fue él el que devolvió también a la obra su denominación auténtica, *Estoria de España*, y la liberó de la inventada por Menéndez Pidal en su edición, *Primera crónica general*. A Catalán debemos asimismo la identificación y reconstrucción precisa, códice a códice, de las varias versiones de la *Estoria de España*, la concisa o primitiva, la crítica y la amplificada, y el estudio de los procedimientos que se siguieron para componerlas en el taller historiográfico alfonsí. Ya en ese libro de 1962 se apunta la idea de la existencia de una perdida *Versión crítica de la Estoria de España* de la que derivaban conjuntamente la *Crónica general vulgata* y la *Crónica de veinte reyes*, reconstrucción textual que vio confirmación veinte años después al aparecer, en 1983, un manuscrito que venía a hacer realidad lo antes supuesto. Ese trabajo de décadas sobre la *Estoria de España* culminó con la publicación de *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí* (1997), que expone pormenorizadamente toda la tradición textual de la *Estoria de España*, desde el origen compositivo hasta la recepción de la obra en los dos siglos posteriores. A partir de su conocimiento de esas versiones, Catalán pudo identificar y realizar estudios detenidos de muchas obras derivadas, como la *Crónica abreviada* de don Juan Manuel, la *Crónica fragmentaria*, la *Crónica de Castilla*, la *Crónica ocampiana* o las *Estorias del fecho de los godos* del siglo XV. No menos importante es su reconstrucción de textos perdidos que vemos incorporados como fuente a otras obras, como es el caso de la *Estoria caradignense del Cid*, la *Historia hasta 1288 dialogada*, la *Historia menos atajante* sobre Alfonso VIII o la *Estoria de los reyes moros de*

Sujulberto, obras hasta entonces completamente desconocidas y que hoy se estudian como tales. Por otro lado, el conocimiento profundo de los textos historiográficos le condujo ya entonces a revisar la metodología pidalina sobre qué aspectos debían juzgarse o no poéticos en las prosificaciones cronísticas. Así, por ejemplo, respecto al *Mío Cid* conservado en la *Estoria de España* o a las supuestas *Mocedades de Rodrigo* transmitidas por la *Crónica de Castilla*, Catalán pudo probar que la inventiva de los juglares no era mayor que la de los historiadores. Las conclusiones alcanzadas se recogen en *La Estoria de España de Alfonso X: Creación y evolución* (1992) (colección organizada de artículos previos sobre el tema publicados entre 1963 y 1977, más algunos otros), que dedicó a Cintra «por cuya amistad inicié mi actividad en este campo de trabajo».

La historiografía gallego-portuguesa

Fue, en efecto, a partir del estudio de Cintra cómo Catalán se sumergió en el océano historiográfico alfonsí y es por ello que ya en el libro de 1962 se realizan aportaciones de primer nivel para la historiografía portuguesa, en especial, en lo relativo a las fuentes manejadas por Pedro Afonso de Barcelos en la composición de la *Crónica geral de 1344*. Entonces Catalán pudo probar la existencia y utilización de una perdida *Crónica portuguesa de España y Portugal*, que situó elaborada hacia 1340 en Portugal; asimismo estudió y descartó el entronque de la *Versión gallego-portuguesa* de la *Estoria de España* empleada por Barcelos con los códices de la misma conservados (con precisiones en 1992), frente a lo que había supuesto Cintra; y, finalmente, demostró el conocimiento de una versión refundida del *Liber regum*, caracterizada por haber interpolado la *Leyenda de Bamba* labrador y la materia de Bretaña a través del *Brut* de Wace, versión que bautizó *Libro de las generaciones*, localizó en Navarra y dató hacia 1260. Como complemento de enorme relevancia a estos hallazgos, Catalán editó, en colaboración con María Soledad de Andrés, la *Crónica de 1344* (1971), en la parte inicial del texto, con el *Libro de las generaciones*, y, más tarde, otra de las fuentes de la *Crónica de 1344*, la *Crónica del moro Rasis* (1975), una traducción del texto árabe del historiador hispano-árabe al-Rāzī, que acompañó de un estudio memorable sobre la historia pre-islámica de España en las fuentes hispano-árabes de las que bebía al-Rāzī, estudio que los arabistas y estudiosos de Al-Andalus siguen manteniendo como referencia.

La identificación de la versión del *Liber regum* empleado por don Pedro de Barcelos, a la que acabo de referirme el *Libro de las generaciones*, inició en Catalán una línea de investigación sobre ese texto que nunca articuló en un libro de conjunto, pero que bien podría constituirlo si se reunieran las notas que le dedicó en varios de sus trabajos.

Según demostró Diego Catalán, El *Libro de las generaciones* constituía el primer testimonio amplio de la difusión de la materia artúrica en la Península Ibérica y uno de los más antiguos, junto al *Poema de Fernán González*, para la leyenda de Bamba. En cuanto al *Liber regum* navarro original, el primer documento historiográfico y literario peninsular en romance, que puede definirse como una historia genealógica universal, Catalán ha aportado precisiones que pueden darse por definitivas. Aunque el códice en que se conserva no contiene el linaje del Cid, el autor muestra que esta importante sección perteneció desde un primer momento a la obra, y que es parte constitutiva de la misma y que debe datarse hacia 1194-96. También Catalán probó que hacia 1220 se realizó una versión castellana de este texto, actualizándolo de forma sucinta, versión que fue empleada por Rodrigo Jiménez de Rada en su *Historia gothica*. Catalán también ha señalado la utilización del *Liber regum* por el traductor de la obra de Jiménez de Rada que se conoce como *Estoria de los godos* hacia 1252-53 y ha discutido las características de la versión que pudo ser empleada por la *Estoria de España* alfonsí y la **Crónica portuguesa de España y Portugal* de hacia 1340, de apariencia similar. La llegada de la historiografía genealógica navarra a Portugal y el interés que suscitó, sustentan la hipótesis del liderazgo navarro en la construcción del discurso historiográfico peninsular.

La *Historia de Rebus Hispaniae* de Rodrigo Jiménez de Rada

Precisamente la obra historiográfica de un navarro, Rodrigo Jiménez de Rada, y sus derivaciones románicas fue el último objeto de investigación historiográfica de Catalán, tema sobre el que escribió, en colaboración con Enrique Jerez, y tras su jubilación, un libro monumental, «Rodericus» romanizado *en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra* (2005). El libro transforma de forma radical el panorama crítico sobre los textos en romance derivados de *De rebus Hispanie*, como la *Estoria de los godos* y la *Crónica de San Juan de la Peña* en sus diversas versiones y es el digno colofón de toda una vida dedicada al estudio

de la historiografía medieval. Tomando como punto de partida la tradición latina, en él se fija la existencia de dos versiones de *De rebus Hispanie* de Rodrigo Jiménez de Rada, que se datan en 1243 y 1246, y se estudian todos los textos derivados en lengua romance entre los siglos XIII y XV. Entre las aportaciones del libro, debe destacarse, por su radical novedad, que Catalán pudo probar que la primera versión romance de *De rebus* fue la *Estoria de los godos*, elaborada hacia 1252-53 en el entorno de los señores de Albarracín, los Azagra, en conexión con el arzobispado de Toledo. No menos importante es que esa *Estoria* fue la base de gran parte de la historiografía navarra y aragonesa posterior: de la *Crónica de 1305*, de la *Crònica real* de Pedro IV (o *Crónica de San Juan de la Peña*), de la que fija y data las tres versiones consecutivas, y de las *Canónicas* de García de Euguí.

Una nueva valoración de la relación entre épica e historiografía

Por último, es necesario subrayar que el estudio contextualizado de los textos historiográficos condujo a Diego Catalán a una profunda revisión del estado de la cuestión heredado en torno a la épica española. Consciente de que los historiadores alteran sus fuentes de acuerdo con sus intereses y mentalidad, y conocedor como pocos del «lenguaje» de la literatura de transmisión oral, Diego estudió en *La épica española: Nueva documentación y nueva evaluación* (2000) el testimonio indirecto que sobre la épica española aportan las fuentes historiográficas, latinas y romances, para juzgar, con resultados asombrosos, qué puede estimarse de origen poético o no en ellas. Una de las grandes novedades de este libro es la superación de un viejo prejuicio de la escuela pidalina: el de creer en el valor «histórico» de la epopeya o de los relatos cronísticos. Si algo nos enseña Diego Catalán es que el valor «histórico» que debemos conceder a esos testimonios no es otro del que tienen como construcciones literarias al servicio de intereses o preocupaciones de personajes o grupos sociales, tal como muestra de forma magistral en su estudio sociopolítico del *Poema de mio Cid* o en la forma en que fue utilizado el personaje por la *Crónica de Castilla* (estudios que reunió con otros de sesgo puramente histórico sobre la Navarra del siglo XII en el libro *El Cid en la historia y sus inventores*, 2002).

Un investigador sin par igual

Parece imposible que tal cantidad de publicaciones de tan altísima calidad hayan podido ser acometidas por una sola persona, y que esa persona al mismo tiempo viviera a caballo de

dos continentes y dirigiera simultáneamente dos centros de investigación, en Madrid y en California. La vitalidad, la energía y la capacidad de trabajo de Diego Catalán nunca tuvieron límites y no disminuyeron en lo más mínimo hasta el final de su vida. Llenos de datos, de documentación que sustenta lo afirmado y nos conduce, paso a paso, tras los razonamientos del autor, en una estructura siempre cuidadosamente ordenada y rotulada, carentes de retórica hueca, atiborrados de notas sustanciosas con información suplementaria, adicionados con índices de consulta por varios criterios que él mismo componía manualmente, no son los estudios de Diego Catalán fáciles de leer para el lector que no esté presto a estudiar. El rigor y la densidad de la investigación exigen atención y disposición al trabajo, aparte del interés que se le presupone al estudioso.

La autoexigencia y la curiosidad infinita que preside toda la actividad de Diego Catalán explican que todo su trabajo estuviera sometido a una autocrítica continua, con redacciones varias según pasaban los años, y que fuera capaz de renovar radicalmente tantos campos de investigación. Esa búsqueda de la verdad subyace al ejercicio crítico del trabajo ajeno pero, también y sobre todo, del propio. Como hemos visto antes, fue en una reseña crítica, publicada en 1959-60, de la edición de la *Crónica de 1344* de Luís F. Lindley Cintra (1951-54, 1961), amigo y colega al que admiraba enormemente, cómo se gestó *De Alfonso X al conde de Barcelos* (1962), libro que supuso el punto de partida de una revolución copernicana para la historiografía medieval derivada de la *Estoria de España* de Alfonso X. También en un ejercicio de autocrítica poco común, Diego Catalán mismo desmontó, veintitrés años después de presentarla, las conclusiones de su tesis sobre la *Gran crónica de Alfonso XI* (1951), texto que entonces había datado como anterior a la *Crónica*. La aparición de un nuevo manuscrito en los años sesenta, que estudió detenidamente, le condujo a demostrar, en su libro *La transmisión manuscrita de la Crónica de Alfonso XI* (1974), que la relación era exactamente la inversa de lo por él antes supuesto. En 1977, en la reimpresión de la edición de Menéndez Pidal de la *Primera crónica general*, se anuncia en la portada que irá acompañada de un «Estudio actualizador de Diego Catalán». Ese trabajo inédito, que no se publicó entonces, sin embargo existía en 1983, cuando Diego lo puso a nuestra disposición, sus alumnos historiográficos, como guía orientadora de nuestras tesinas y tesis: sólo vería la luz, radicalmente transformado, en 1997, veinte años después de ser anunciado, con el título de *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí*. Lo que empezó en 1999 o quizá antes como un artículo que actualizase algunos aspectos de viejos trabajos sobre las versiones en romance del Toledano, a raíz de la aparición de la edición crítica del texto latino por Juan Fernández Valverde (1987), acabó por convertirse en el

voluminoso «Rodericus» *romanzado* (2005). Este imperante deseo de alcanzar siempre el estado más avanzado y perfectible en la investigación de las cosas explica también que las diversas colecciones que recogieron sus artículos previos (en lingüística, historiografía o romancero) estén siempre revisadas por el autor, en la redacción y en muchos aspectos de contenido, con lo que, a menudo, se convierten en trabajos parcialmente nuevos: así sucede, por ejemplo, en *La Estoria de España. Creación y evolución* (1992) o en *El Cid en la historia y sus inventores* (2002). La existencia de investigaciones «latentes», en barbecho, que se estancaban o progresaban a lo largo de los años, en una tarea de renovación permanente, sacaba a la luz de repente estudios admirables, como el dedicado a las raíces históricas y la tipología en la tradición oral del romance de *La muerte del príncipe don Juan*, publicado en 1998, pero de cuya existencia yo había oído hablar desde principios de los años ochenta. En ese estado han debido quedar muchos trabajos, como la edición de la *Crónica de Alfonso XI* o una nueva edición de la *Estoria de España* (de la que venía hablando hace algunos años), y otros tantos materiales que necesitarían de alguien que los editase con el cuidado y la generosidad con que Diego Catalán editó los de su abuelo.

No puede sino dejarnos boquiabiertos que esa potencia creativa y esa disposición hercúlea hacia el trabajo no palidescieran en nada al final de su vida. Es más, fue precisamente en los años que siguieron a su jubilación en 1998 cuando Diego Catalán pudo dedicarse en cuerpo y alma a trabajos de envergadura colosal y que resulta difícil imaginar que hayan sido escritos por una persona en la década de sus setenta años. Fue justo entonces cuando terminó o escribió algunos de sus libros fundamentales como *La épica española* (2000), *El Archivo del Romancero* (2001), «Rodericus» *romanzado* (2005) y el libro —ya enviado a la imprenta cuando falleció— *La enigmática carta del embajador* (2008), volúmenes cualquiera de ellos que, aun aisladamente, nos requerirían a muchos una vida entera de dedicación.

Pero su vocación filológica no fue la del erudito solitario. Hay que destacar que Diego fue generoso con sus maestros, Menéndez Pidal y Lapesa, a los que organizó sendos homenajes, y también con sus alumnos, a los que supo interesar, ayudar y organizar en equipos de investigación.

Cuando en 1983, Diego ofreció a un conjunto de alumnos de la Universidad Autónoma de Madrid la posibilidad de trabajar en historiografía medieval, ello, en principio, nos asustó un poco, por ser un campo del que ignorábamos todo. Pero pronto el ofrecimiento se acompañó de los seminarios sobre historiografía medieval que comenzó a enseñar generosa y gratuitamente Diego en la antigua casa de Menéndez Pidal en el Olivar de

Chamartín, de forma adicional a las clases regulares. Ello unido a la aparición en esa época de dos manuscritos desconocidos de la *Estoria de España* en Salamanca, cuyo estudio nos propuso Diego inmediatamente como tema de tesina, acabaron por decidirnos a unos pocos por el camino historiográfico.

Durante la redacción de la tesina y de la tesis, que en mi caso tuvo como arranque el estudio de uno de los manuscritos de Salamanca, esos alumnos «historiográficos» asistimos a varios seminarios y cursos de doctorado en la casa del Olivar de Chamartín. Allí nos enseñó Diego con paciencia ciertos rudimentos de paleografía que nos permitieron leer aquellos manuscritos medievales y puso a nuestra disposición todos los materiales necesarios: su «inédito de Chamartín» –que acabaría por convertirse en el libro *La silva textual*, de 1997–, reproducciones de manuscritos, entonces mucho más costosas y difíciles de conseguir que ahora, fuentes latinas –que también entonces manejábamos en las ediciones originales del siglo XVII y XVIII, allí conservadas, a falta de las ediciones modernas y críticas que después se han publicado–, e incluso alguna antigua transcripción que Tomás Navarro Tomás preparó para don Ramón. Con todo ello se aseguraba que pudiéramos tener en la mano, sin esfuerzo alguno, toda la necesaria información documental y bibliográfica. También se ocupó de obtener una pequeña ayuda económica, solicitada a la Caja de Ahorros de Salamanca, propietaria de los códices, para que nuestra dedicación a la investigación tuviera cierta financiación durante aquel curso. Como un verdadero «taller historiográfico» –o «Laboratorio historiográfico», tal como figuraba en la puerta en un cartel de letra de su madre, Jimena Menéndez Pidal– varios alumnos llegamos a defender tesis sobre nuestras crónicas medievales y contribuimos modestamente a «descifrar» el complejo panorama de la tradición textual de la *Estoria de España*. Si ello fue posible, se debe precisamente a la capacidad de Diego de organizar equipos de investigación en torno a un campo (téngase en cuenta que cada una de las tesis entonces planteadas suplementaba a las demás), método colaborativo y colectivo que había desarrollado con resultados modélicos en el terreno del romancero. Y esa capacidad radicaba no sólo en su sabiduría sino en su personalidad carismática, que le hacía centro de las reuniones y de las conversaciones –fuera en la casa del Olivar de Chamartín hablando de un tema erudito, fuera en la mesa de un restaurante conversando de política–. Diego «desordenaba el aire» allí donde estaba. Aunque Catalán afirmó en el prólogo de su libro aún inédito *La enigmática carta* (2008) que «No reconozco a nadie como discípulo mío. No soy un cristiano de la Ciencia filológica. Como los beduinos, siembro de paso y levanto mi tienda», lo cierto es que supo enseñar mucho y a muchos.

Poseedor de conocimientos profundos en diversas disciplinas, crítica textual y herramientas filológicas, crítica literaria, lingüística e historia, Diego Catalán supo combinarlas para levantar edificios con resistencia sísmica, tal es la multiplicidad y firmeza de sus cimientos. Cuando sus conocimientos se aplican de forma transversal a varias disciplinas, la perspectiva plural produce hallazgos deslumbrantes y suele haber un denominador común: la Historia. Diego Catalán fue, ante todo, un historiador de textos, que supo descifrarlos magistralmente con las herramientas de la Filología (la lingüística, la crítica literaria y textual) y de la Historia, y que, al tiempo, supo extraer de ellos su valor como testimonios (de mentalidades, situaciones, hechos o individuos) históricos (véase el prólogo memorable que escribió en 1982 para la reedición de *Los españoles en la historia* de Menéndez Pidal). En el prólogo de su último libro, *La enigmática carta del embajador, 28 de mayo/6 de junio de 1562*, aún inédito, como si intuyera que este podría ser su testamento intelectual, habla con franqueza inusitada de su trabajo y confiesa: «Me considero un Filólogo... con inclinación a la Historia»; Dice: «No soy un “Historiador”, ni intento serlo, porque (y hablo ahora en términos generales) no creo en la existencia de realidades “objetivas”, reconstruibles a partir de lo documentado. Lo que “fue” no está constituido por “hechos” que sean, de por sí, significativos. El “significado” se lo dan los relatos en que los detalles documentados vienen a ser integrados. Y es preciso tener bien presente que todo relato es una narración, una ordenación creada por alguien y para algo. El caos de los hechos que se dieron en un determinado espacio temporal requiere la criba y la articulación de una mente interpretativa y expositiva para que cobre sentido»⁴.

Gracias a su mente interpretativa y expositiva de Historiador, nos ha legado una obra inmensa, única por su originalidad y de valor incalculable para la historia de la lengua, la literatura y la cultura españolas, que por sí misma merece un puesto de honor equiparable al de sus maestros Ramón Menéndez Pidal y Rafael Lapesa.

⁴ 13/02/2008, <http://olivarchamartin.blogia.com/2008/021001-prologo-al-cancionero-en-cifra-de-perrenot.php>.

Obras citadas de Diego Catalán Menéndez-Pidal:

- Catalán, Diego (1951). «*Cronica de Alfonso XI: una redacción amplia desconocida*». Tesis doctoral. Universidad de Madrid.
- (1953). *Poema de Alfonso XI. Fuentes, dialecto, estilo*. Madrid: Gredos.
- (1955). *Un prosista anónimo del siglo XIV (La Gran Crónica de Alfonso XI. Hallazgo, estilo, reconstrucción)*. La Laguna: Universidad de La Laguna.
- (1959-60). «La versión portuguesa de la Crónica General (Sobre L.F. Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do testo português*, Lisboa 1951-54)». *Romance Philology* 13, pp. 363-72.
- (1962). *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Gredos.
- y María Soledad de Andrés (1971). *Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso* (estudio histórico y edición crítica), vol. I. Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Gredos.
- (1974). *La tradición manuscrita de la Crónica de Alfonso XI*. Madrid: Gredos.
- y María Soledad de Andrés (1975). *Crónica del moro Rasis. Versión del Ajbar muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad Mūsà al-Rāzī: romanzada para el rey don Dionís de Portugal hacia 1300 por Mohamed, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Perianes Porcel* (edición con la colaboración de Margarita Estarellas, Mercedes García Arenal y Paloma Montero). Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Gredos.
- (1976). *Gran crónica de Alfonso XI. Edición crítica y estudio*. 2 voll., Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Gredos.
- (1982). «España en su historiografía: de objeto a sujeto de la historia». En: Ramón Menéndez Pidal. *Los españoles en su historia*. Madrid: Espasa-Calpe.
- (1992). *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid.
- (1997). *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí. Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid.
- (2000). *La épica española. Nueva documentación y nueva evaluación*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Seminario Menéndez Pidal.
- (2001). *El Archivo del Romancero: Patrimonio de la humanidad - Historia documentada de un siglo de historia-*. 2 voll., Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Seminario Menéndez Pidal.
- (2002). *El Cid en la historia y sus inventores*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- (2005). «*Rodericus*» *romanzado en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra* (con la colaboración de Enrique Jerez). Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.

— (en prensa). *La enigmática carta del embajador, 28 de mayo/6 de junio de 1562*. URL: <http://olivarchamartin.blogia.com/2008/021301-indice-del-libro-la-enigmatica-carta-del-embajador-28-de-mayo-6-de-junio-de-1562.php>.

32

«Fuentes cronísticas de la Historia de España», colección dirigida por Diego Catalán:

- I. *Primera Crónica General de España por Alfonso X el Sabio*; editada por Ramón Menéndez Pidal, con un estudio actualizador de Diego Catalán... 2 voll., Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Universidad Complutense/Gredos, 1977.
- II. *Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344, que ordenó el Conde de Barcelona don Pedro Alfonso*. Preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés, Madrid: Gredos/Seminario Menéndez Pidal, 1971.
- III. *Crónica del moro Rasis, versión del ajbār mulūk al-andalus de ahmad ibn muhammad ibn mūsā al-Rāzī, 889-955; romanzada para el rey don dionís de portugal hacia 1300 por mahomad, alarife, y gil perez, clérigo de don perianes porçel*. Diego Catalán y M.^a Soledad de Andrés, con la colaboración de Margarita Estarellas, Mercedes García Arenal y Paloma Montero, prepararon esta edición pluritextual en el Seminario Menéndez Pidal, año 1974. Madrid: Gredos/Seminario Menéndez Pidal, 1975.
- IV. *Gran crónica de Alfonso XI*, preparada por Diego Catalán. 2 voll., Madrid: Gredos/Seminario Menéndez Pidal, 1977.
- V. *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*, por Diego Catalán, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1992.
- VI. *Versión crítica de la Estoria de España. Estudio y edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, por Inés Fernández-Ordóñez, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1993.
- VII. *Las leyendas de los Señores de Vizcaya y la tradición melusiniana*, por José Ramón Prieto Lasa, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid/Universidad del País Vasco, 1995.
- VIII. *La Historia, creación literaria. El ejemplo del Cuatrocientos*, por Cruz Montero Garrido, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1995.
- IX. *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí. Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, por Diego Catalán, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1997.
- X. «*Rodericus*» *romanzado en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra*, por Diego Catalán con la colaboración de Enrique Jerez, Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2005.

Filipe Alves Moreira

Estudante de doutoramento da FLUP; bolseiro da FCT; investigador do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (IF-FLUP/FCT).

33

A HISTORIOGRAFIA RÉGIA PORTUGUESA ANTERIOR AO CONDE DE BARCELOS

«E os que hoje movendo impossibilidades, & fazendo
argumentos, & conjecturas querem encontrar os antigos,
andão ás cegas adiuinando, porque [...] hoje faltão muitos
dos papeis que os antigos tiverão»

Pedro de Mariz, prólogo da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina

Tentarei fazer o ponto da situação sobre a historiografia régia nacional anterior às obras do Conde de Barcelos, entendendo-se por tal a historiografia em língua portuguesa centrada nas figuras dos reis e com possíveis ligações à corte. O percurso será simples e pretende-se claro: revisitarei os estudos mais importantes até agora realizados neste âmbito, introduzirei algumas novas propostas entretanto avançadas, darei conta das zonas de maior incerteza e fragilidade em tudo isto e, concomitantemente, elencarei um conjunto de pontos ainda e sempre em aberto.

A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos e a crítica

Segundo nos ensinou um inolvidável mestre, o direito Romano começou por não existir. E o mesmo terá sucedido com a historiografia régia portuguesa da Idade Média, não apenas como entidade em si, mas também enquanto objecto de estudo da crítica. É sabido, por exemplo, que, no tempo de A. Herculano, considerava-se praticamente inexistente toda e qualquer historiografia em língua portuguesa (não incluindo na conta os Livros de Linhagens) anterior a Fernão Lopes. Intuíam-se já que algo teria existido, sem dúvida, até

porque alguma coisa seriam aquelas *estórias* que D. Duarte mandava fossem convertidas em Crónicas. Mas tudo isso pouco mais teria sido, pensava-se, do que vagas e inconexas tentativas acerca das quais, e devido à ausência de testemunhos directos, nada haveria a dizer por parte de uma crítica que se pretendia científica¹. Com uma ou outra interessante excepção a que adiante me referirei, era este o panorama à entrada dos anos 50 do século passado.

O que o mudou foram os decisivos estudos, por essa época realizados, do então muito jovem Lindley Cintra. Cintra era – e assim se terá mantido durante toda a vida – um fiel discípulo da escola filológica de R. Menéndez Pidal, o que, e do ponto de vista que aqui mais nos interessa, significa basicamente que o seu trabalho assentava em dois grandes princípios: por um lado, em certa secundarização da reflexão teórica, em prol de uma leitura «em estado natural» dos textos²; por outro, no estabelecimento de relações entre manuscritos e/ou entre textos enquanto procedimento metodológico de base, sobre o qual viriam a assentar, e no qual se viriam a inspirar, posteriores considerações de ordem literária, histórica ou cultural.

Munido destes princípios, e favorecido por «dotes críticas excepcionales³», Cintra entendeu a emergência da cronística régia portuguesa da seguinte e resumida maneira⁴: D. Dinis, rei que teria adoptado o português como língua oficial e cujo investimento em diversas áreas culturais parece razoavelmente atestado, terá congregado em torno de si uma corte que constituiria o ambiente em que pela primeira vez se reuniriam entre nós as condições necessárias à elaboração de uma memória do reino em língua vulgar. A ausência de uma tradição prévia obrigaria, porém, a que esse impulso inaugural de constituição de uma historiografia portuguesa se apoiasse, num primeiro momento, em traduções. Daí a tradução, explicitamente atribuída à iniciativa deste rei, da *Crónica do Mouro Rasis* do árabe para o português, e daí, provavelmente também, a tradução, desta vez do castelhano para o português, de certa versão da *Estoria de España* conservada num manuscrito da primeira metade do século XIV⁵. O momento decisivo de passagem das traduções às

¹ Repare-se, a título exemplificativo, que, ao publicar a chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (texto redigido em 1429) nos *Portugaliae*, Herculano declarava-a explicitamente a crónica em vulgar mais antiga que possuíamos.

² Veja-se, a propósito, o verbete a ele dedicado em Lanciani e Tavani (2000); e também a muito interessante entrevista/conversa de José Mattoso e Lindley Cintra recolhida em Faria (1999).

³ Segundo diz Menéndez Pidal em carta a Américo Castro de Janeiro de 1955, na qual reconhece a necessidade de rever boa parte das suas teses sobre as crónicas medievais à luz dos trabalhos de Cintra: Villanueva (1991: 454).

⁴ Sumário as conclusões a que este autor chega no volume introdutório da sua edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, particularmente no último capítulo, dedicado às origens e evolução da historiografia medieval portuguesa até à *Crónica de 1419*: Cintra (2009).

⁵ O conhecido 8817 da BNE, normalmente referenciado pela designação de ms. *A* que lhe deu Menéndez Pidal ao estudar a tradição manuscrita da *Estoria de España*.

produções originais apenas seria alcançado, todavia, por um filho e de certa forma continuador das ideias deste rei: D. Pedro Afonso, terceiro conde de Barcelos. Teria sido ele quem, graças ao ambiente proporcionado pela corte de seu pai e a contactos desde cedo estabelecidos com a coroa castelhana, reuniria boa soma de materiais historiográficos para posteriormente se abalçar à feitura de obras próprias. Nesse sentido, e concentro-me agora especificamente nos textos dedicados à história dos reis de Portugal, D. Pedro teria começado por traduzir, ampliar levemente e actualizar o que a este respeito dizia certa *Crónica de Veinte Reyes* castelhana, originando assim o texto da chamada *IV^a Crónica Breve* e, pouco depois, teria aproveitado este seu trabalho incluindo-o, com numerosos acrescentos, primeiro no *Livro de Linhagens* e seguidamente na *Crónica de 1344*⁶, cuja autoria lhe era então, e pela primeira vez, atribuída⁷. Por isso, e em suma, para Lindley Cintra «é [...] na corte dos reis de Portugal (ou em ambientes a ela intimamente ligados) que está o ponto de partida da historiografia em língua portuguesa, como é na corte dos reis de Castela que está o da historiografia em língua castelhana⁸».

Uma das peças mais importantes desta construção era a *IV^a Crónica Breve*, que, como se viu, Cintra considerava a mais antiga crónica portuguesa conhecida. Esta *IV^a Crónica Breve*, texto historiográfico incluído num manuscrito da segunda metade do século XV oriundo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e actualmente à guarda da Biblioteca Pública do Porto⁹, não era, de todo, desconhecida: salva por Herculano da voragem que acompanhou as guerras liberais e a desamortização dos conventos, foi por ele mesmo publicada nos *Portugaliae Monumenta Historica* em 1856, e o facto de ela albergar uma curiosa narrativa centrada em D. Afonso Henriques tornara-a já objecto de alguma atenção¹⁰. Simplesmente, a datação tardia do suporte material desta pequena crónica, aliada a um insuficiente conhecimento, por parte dos estudiosos portugueses, da produção histo-

⁶ Conhecem-se apenas, para esta secção, testemunhos da segunda redacção da *Crónica de 1344*; todavia, tanto a análise interna do seu texto (veja-se o reinado de D. Dinis, afinal um dos grandes argumentos para atribuir a sua feitura ao Conde de Barcelos), como a comparação com outros textos que com ela se relacionam (*IV^a Crónica Breve* e *Crónica de 1419*) permitem garantir que a segunda redacção manteve, neste ponto, as linhas gerais da primeira. Daí que, por razões de clareza expositiva, fale sempre e só em *Crónica de 1344*, da mesma maneira que é usual falar-se em *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* não obstante as reformas (cuja extensão está sujeita a debate) que o seu texto foi conhecendo.

⁷ Embora a origem portuguesa deste texto tivesse já sido defendida por José de Bragança, conforme Cintra não se esquece de advertir: Cintra (2009: XLV-XLVI).

⁸ Cintra (2009: CDXIV).

⁹ Ms. 86 do Fundo de Santa Cruz de Coimbra da BPMP.

¹⁰ A começar pelo próprio Herculano, que, embora mencione como fonte de inspiração as Crónicas de Azenheiro, nela se terá também baseado para a redacção do célebre «Bispo Negro», texto pertencente às *Lendas e Narrativas*.

riográfica castelhana que com ela mantém inegáveis relações, tinha vindo a obstaculizar a sua correcta perspectivização¹¹. Tanto quanto sei, apenas o Tenente-Coronel Costa Veiga a tinha já considerado como um texto mais antigo do que se supunha, chegando, inclusivamente, a datá-la de meados do século XIV, pelo menos¹². Mas Costa Veiga desconhecia a castelhana e então inédita *Crónica de Veinte Reyes*, peça não menos importante em todo este processo. E a vantagem dos trabalhos de Cintra estava precisamente nisto: em ter contado com um panorama mais amplo, no seio do qual os textos portugueses eram constantemente postos em diálogo com os castelhanos, também eles alvo de particulares atenções. Lição fundamental, esta, apesar de nem sempre posta em prática pela crítica portuguesa¹³.

Dos trabalhos de Cintra, e com pressupostos metodológicos muito próximos¹⁴, partiu Diego Catalán¹⁵, em publicações de finais dos anos 50 posteriormente revistas e reunidas num livro, hoje clássico, a que chamou *De Alfonso X al Conde de Barcelos*¹⁶. Catalán aceitou sem reservas a colocação dos textos portugueses proposta por Cintra, confirmando a prioridade da *IVª Crónica Breve* face ao *Livro de Linhagens* e à *Crónica de 1344*, mas um estudo cerrado da primeira destas obras levou-o a afastar-se de outras teses do seu predecessor mediante uma operação de adição e duas importantes operações de subtração.

Em primeiro lugar, recorreu ao testemunho de um obscuro historiógrafo eborense do século XVI, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, para caracterizar a crónica de que a chamada *IVª Crónica Breve* seria um fragmento¹⁷, concluindo que essa obra teria sido redigida entre

¹¹ Ainda em 1948, A. Pimenta declarava impossível determinar se o texto da *IVª Crónica Breve* era anterior ou posterior à *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505): ed. Pimenta (1948: 75).

¹² Veiga (1939: 225-228). Também Magalhães Basto chegou a estar próximo destas conclusões, julgando ver na *IVª Crónica Breve* um testemunho de uma redacção da *Crónica de 1344* mais antiga do que as actualmente conhecidas: Basto (1960: 192).

¹³ Basta dar como exemplo o caso de A. J. Saraiva, que, embora mencione frequentes vezes a *Crónica de Veinte Reyes* nos seus estudos sobre a *IVª Crónica Breve* e as tradições lendárias de D. Afonso Henriques (o que nem sempre sucede com outros autores), manifesta a cada passo uma clara incompreensão do seu significado e do lugar por ela ocupado na evolução da historiografia ibérica. Posso documentar esta ideia com as suas afirmações acerca do chamado «episódio de Badajoz» num, aliás interessante, artigo da década de 60 em que só o desconhecimento dos processos de construção da crónica castelhana e suas relações com a obra do Arcebispo de Toledo – não com a de Lucas de Tuy, como, decerto por equívoco, diz Saraiva – podem explicar as suas afirmações: Saraiva (1969).

¹⁴ Pode ver-se uma notável síntese do labor de Catalán no texto de Inés Fernández-Ordóñez presente neste volume. O próprio Catalán vai enxameando os seus livros com anotações memorialísticas e reflexões/revisões metodológicas do seu trabalho. São, quanto a isso, particularmente apelativas as palavras por ele deixadas em Catalán (1976: 7-251).

¹⁵ A dívida de Catalán para com os trabalhos de Cintra não deixou nunca de ser reconhecida: Catalán (1992: 7).

¹⁶ Catalán (1962).

¹⁷ O carácter fragmentário da *IVª Crónica Breve*, que parece garantido pela sua epígrafe («Aqui se começa a estorea dos reis de portugall») foi um aspecto rapidamente notado e destacado por Catalán (1962: 224).

1341-1342 e seria basicamente uma algo rudimentar História da Península Ibérica desde os tempos de Pelayo até à batalha do Salado, quadrando-lhe por isso o nome de *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. Foi possível chegar a esta conclusão porque Acenheiro, de acordo com algumas características típicas da historiografia nacionalista do século XVI, contestou vivamente a bastardia de D. Teresa alegando em seu favor duas «corónicas velhisimas¹⁸», uma das quais, cujo conteúdo abarcava aquele lapso temporal, denotava evidentes pontos de contacto com o texto da *IV^a Crónica Breve*¹⁹. Esta poderia, assim, considerar-se um excerto daquela.

Em segundo lugar, e divergindo das ideias de Cintra a respeito da *IV^a Crónica Breve*, Catalán subtraiu essa *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* quer à iniciativa do Conde de Barcelos, que assim se teria limitado a usá-la como uma das suas fontes, quer à influência da cronística régia de inspiração afonsina.

Considero este último aspecto o ponto crucial das suas teses e a pedra angular em que deve assentar qualquer tentativa de explicação do surgimento de uma cronística nacional. Por isso, e também porque a crítica portuguesa nem sempre parece ter compreendido particularmente bem o que está em causa, permito-me demorar um pouco mais nesta questão, prometendo desde já simplificar o melhor que puder a natural complexidade destes assuntos.

Admitida a evidente proximidade da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* pelo menos no que ao reinado de D. Afonso Henriques diz respeito, Catalán concentrou aí a sua atenção chegando a conclusões bem diferentes das que propusera Cintra. Com efeito, segundo o grande investigador espanhol demonstrou de forma definitiva, o texto da *IV^a Crónica Breve* (e portanto a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*) não pode ser considerado uma tradução ampliada e actualizada da História de Portugal presente na *Crónica de Veinte Reyes*. A hipótese contrária, ou seja, que a *Crónica de Veinte Reyes* tenha usado a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* também não é, por sua vez, sustentável, bastando atentarmos na cronologia então estabelecida para a obra castelhana (fins do século XIII ou princípios do seguinte²⁰) para verificarmos que tal cenário nunca poderia sequer ter sido equacionado por Diego Catalán, e isto apesar

¹⁸ Acenheiro (1824: 5).

¹⁹ Para além dos casamentos e descendência de Afonso VI (incluindo o animado episódio do baptismo da Moura Zaida), Acenheiro mencionou ainda alguns aspectos do reinado de D. Afonso Henriques retirados da mesma crónica velha e coincidentes com o que se lê na *IV^a Crónica Breve*.

²⁰ E também esta cronologia tinha sido uma importante aportação de Cintra, pois Menéndez Pidal julgava a *Crónica de Veinte Reyes* posterior à de 1344.

de uma parte da crítica portuguesa ter vindo a atribuir-lhe tão equivocada opinião²¹. Na verdade, afastada a dependência da crónica portuguesa em relação à castelhana, a conclusão a que o mestre chegava só podia ser uma: *pelo menos no que ao reinado de D. Afonso Henriques diz respeito, a Crónica de Veinte Reyes e a Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal usam uma fonte comum*; essa fonte, precisa ainda Catalán, seria com toda a probabilidade um texto historiográfico português²² no qual, e tal como naquelas duas obras se verifica, a história do nosso primeiro rei era constituída por uma mistura de trechos narrativos, analísticos e genealógicos. Entretanto, analisando o pouco que hoje podemos conhecer da parte da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* dedicada aos reis asturianos, leoneses e castelhanos de Pelayo a Afonso VI (e já vimos que é graças a Acenheiro que temos acesso a estes aspectos), continua a verificar-se a independência da crónica portuguesa em relação à historiografia afonsina, pois a sua fonte foi aqui uma versão interpolada do *Liber Regum*²³ que ostenta a curiosa particularidade de ter sido aparentemente a mesma que os redactores da *Estoria de España* usaram²⁴.

As conseqüências deste novo enquadramento textual para a questão das origens da historiografia régia portuguesa parecem-me evidentes e podem enunciar-se em três alíneas:

- (i): a cronologia do seu nascimento não pode mais ser simplística e apressadamente colocada em meados do século XIV, pois há sinais inequívocos da elaboração de pelo menos um texto de características historiográficas em data anterior a finais do século XIII;
- (ii): o surgimento de uma crónica régia em língua portuguesa é independente da iniciativa historiográfica de Afonso X e seus seguidores castelhanos;
- (iii): não obstante esta independência, a primitiva historiografia em língua portuguesa e a primitiva historiografia em língua castelhana usaram alguns

²¹ Sucede, com efeito, que a crítica portuguesa tendeu muitas vezes a simplificar as teses de Catalán, vendo nas suas palavras, erroneamente, a ideia de que a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* tinha sido o antecedente, não só da *IVª Crónica Breve*, mas também da *Crónica de Veinte Reyes*. Documente-se com Maurício (1989), que considero o melhor estudo até hoje feito acerca da formação e evolução da lenda de Ourique. Não obstante, há que reconhecer que o próprio Catalán, nisso seguido por mim em Moreira (2008), contribuiu para o equívoco, falando quase sempre e só em «*IVª Crónica Breve*».

²² É de toda a justiça sublinhar que, denotando embora hesitações várias, a existência de um texto historiográfico português que pudesse ter sido fonte da *Crónica de Veinte Reyes* para o reinado de D. Afonso Henriques tinha já sido assinalada por Babbitt (1934: 211). E pode ainda notar-se, de passagem, que Babbitt, ao contrário do que viria a ser habitual em alguns estudos portugueses, defendia a unidade da *estória* lendária de D. Afonso Henriques, aspecto a que adiante me referirei.

²³ Sendo que, e como pertinentemente notou Catalán, também na parte dedicada aos reis portugueses a estrutura da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* é essencialmente a mesma do *Liber Regum*, ou seja, um esquema genealógico de base em que se vão inserindo narrativas de extensão variável.

²⁴ Para tudo isto, veja-se Catalán (1962: 205-288).

materiais comuns, denotando assim certo intercâmbio textual entre os dois reinos pelo menos desde a segunda metade de duzentos.

Consequentemente, o quadro traçado por Lindley Cintra perdia uma parte da sua operacionalidade e os primórdios da historiografia régia portuguesa, se por um lado se tornavam mais precisos, por outro recuperavam uma significativa e agora paradoxal obscuridade. De tal forma assim foi, que o próprio Diego Catalán se absteve de traçar as origens da historiografia em língua portuguesa em moldes diversos dos de Lindley Cintra, apesar das conclusões tão diferentes a que chegara.

A Primeira Crónica Portuguesa: datação, conteúdo e origem

Foi com base neste novo panorama traçado pelo *De Alfonso X al Conde de Barcelos* que pretendi, não há muito, situar e caracterizar um pouco melhor os primórdios da cronística régia portuguesa. Mais concretamente, concentrei-me naquele texto historiográfico fonte da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, que me pareceu ser o mais antigo e palpável vestígio de uma actividade cronística nacional, e procurei responder às seguintes, e aparentemente simples, questões: qual a data aproximada da sua redacção? Qual o seu conteúdo? Quais os seus promotores?

O problema da data aproximada da sua redacção tinha pelo menos um caminho seguro a percorrer: circunscritas as duas obras que recorreram directamente a esse texto primordial, haveria que estabelecer a cronologia de cada uma delas e considerar a datação da mais antiga como sendo o *término ad quem* da sua fonte. Diego Catalán, ao dar *Veinte Reyes* como seguramente anterior à crónica portuguesa, situando-a, com Cintra, por volta de 1300, fornecera já o essencial da operação. Mas investigações ulteriores, sobretudo de Inés Fernández-Ordóñez²⁵ e Mariano de la Campa²⁶, que conseguiram precisar o lugar do texto castelhano na evolução da cronística afonsina, permitiram avançar ainda mais, pois, ao considerarem a *Crónica de Veinte Reyes* como uma família de manuscritos da *Versão Crítica da Estoria de España*²⁷, a qual terá com toda a probabilidade sido redigida na fase

²⁵ Fernández-Ordóñez (1993).

²⁶ Campa Gutiérrez (2009).

²⁷ Família de manuscritos que tem a particularidade de copiar a *Versão Crítica* a partir do reinado de Fruela II, juntando-lhe, a seguir à morte de Fernando II de Leão, cópias da *Crónica de Castela* (reinados de Henrique I de Castela e Afonso IX de Leão, bem como parte dos de Afonso VIII de Castela e Fernando III) e

final da vida de Afonso X, entre 1282 e 1284, levaram a que se tivesse de recuar a datação do texto historiográfico português por ela usado até, quando muito, ao princípio dos anos 80 do século XIII. E se este recuo parece à primeira vista pouco relevante, a verdade é que ele tem pelo menos uma séria consequência: graças a ele, pode pela primeira vez encarar-se a possibilidade de ter existido uma actividade historiográfica em Portugal e em português ainda durante a época de D. Afonso III.

Quanto ao conteúdo desse texto, a grande questão é sabermos se ele abrangeria apenas o reinado de D. Afonso Henriques (pois disso estamos seguros) ou incluiria mais alguma matéria. Nesse sentido, perguntei-me se não haveria, nos restantes reinados portugueses da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* (conhecidos na íntegra, recorde-se, através da *IVª Crónica Breve*) algo que pudesse remontar ao mesmo texto em que o seu redactor tinha seguramente colhido a história do nosso primeiro rei, e, baseado em argumentos de diferente natureza, cheguei à conclusão de que ele incluiria já *muito provavelmente* o reinado de D. Sancho I e *possivelmente* também os reinados seguintes, até o de D. Sancho II pelo menos, numa forma não muito diferente daquela que actualmente se pode ler no manuscrito da *IVª Crónica Breve*²⁸. Tratar-se-ia, portanto, não apenas de uma história do reinado de Afonso Henriques, mas de uma verdadeira crónica dos reis de Portugal, talvez a mais antiga alguma vez escrita em vulgar, razão pela qual a poderemos apelidar de *Primeira Crónica Portuguesa*²⁹. Devo confessar que o próprio Diego Catalán não andou longe de um cenário semelhante, pois na introdução à sua edição da *Crónica de 1344* refere-se ao texto português que foi fonte da *Crónica de Veinte Reyes* e da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* como tendo sido «un texto historiográfico [...] en que la narración legendaria se hallaba ya combinada con los datos genealógicos e analíticos referentes a los primeros reyes portugueses³⁰». Pode ser que tivesse em mente sobretudo os reinados de Afonso Henriques e Sancho I, mas, e em todo o caso, é pena que a crítica portuguesa tenha deixado escapar tão importante pista de trabalho.

da *Crónica Particular de S. Fernando*. Veja-se, para além dos trabalhos referidos nas notas anteriores, Campa Gutiérrez (2003).

²⁸ Remeto, a este propósito, para Moreira (2008: 67-99), parecendo-me desnecessário repetir aqui tais argumentos. Mas faço notar a diferença existente quanto ao grau de certeza, digamos assim, do conteúdo do texto fonte da *Versão Crítica* e da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*: incluía *seguramente* o reinado de D. Afonso Henriques; *muito provavelmente* o de D. Sancho I e *possivelmente* os seguintes até o de D. Sancho II pelo menos.

²⁹ Como creio que se vai tornando evidente, não deve haver uma única página do meu estudo que não seja, pelas mais variadas razões, devedora do *De Alfonso X al Conde de Barcelos*. Ainda assim, permito-me chamar a atenção para o facto de o terceiro estudo deste livro ostentar, como cabeçalho das suas páginas, a designação «La primera crónica portuguesa». O texto a que Catalán aplicava essa designação não é propriamente o mesmo a que eu me refiro; mas a lógica da designação é idêntica.

³⁰ Ed. Catalán e Andrés (1970: XLIV).

Admitida a possibilidade de existência de uma pequena crónica dos reis de Portugal na segunda metade do século XIII *grosso modo* correspondente a dois terços daquilo que hoje se lê no manuscrito da *IV^a Crónica Breve*, deveria logicamente seguir-se o problema da identificação dos seus promotores. A este respeito, penso que basta a circunstância de estarmos perante um texto que seria, antes de tudo o mais que se queira, uma história da dinastia real portuguesa, para termos de admitir como significativamente provável que essa mesma dinastia (ou meios a ela intimamente ligados, para retomarmos a expressão de Cintra) tenha sido a sua promotora, e de facto não vejo razões para que assim não tenha sido. Pelo menos de uma coisa estou certo: se tivesse de agrupar esta *Primeira Crónica Portuguesa* em determinada família textual, essa seria, sem dúvida, a da cronística régia, e isto não só em virtude do objecto de que se ocupa, mas também graças à mundividência que nela se estrutura, a qual, basicamente centrada no problema das origens, legitimidade, transmissão, modelização e caracterização da realza³¹, patenteia o mesmo tipo de preocupações que encontraremos em textos posteriores de segura ligação ou iniciativa régia. De tal modo isto é assim que se pode falar numa verdadeira tradição de crónicas régias portuguesas, a qual, partindo da *Primeira Crónica Portuguesa* e suas ampliações (aspecto de que em seguida me ocuparei), e passando sucessivamente pela secção dedicada aos reis portugueses na *Crónica de 1344*, pela *Crónica de 1419* e pelos cronistas manuelinos revela, a par de evidentes e compreensíveis diferenças, a manutenção, por vezes *ipsis verbis*, das mais variadas ideias, temas e narrativas. O processo é interessante: de crónica para crónica, verifica-se um substancial acréscimo de matéria; mas a espinha dorsal de cada uma delas assenta, por inteiro, na crónica anterior. O que, se, por um lado, terá contribuído para certa canibalização textual e consequente rarefacção de manuscritos³², por outro denota uma curiosa linha de continuidade na forma como a monarquia portuguesa se foi representando ao longo dos últimos séculos da Idade Média.

Isto dito, é claro que as questões suscitadas por esta *Primeira Crónica Portuguesa* não se esgotam neste leque de – e sublinho a palavra – *hipóteses*. Há mais e há talvez melhor. Limitar-me-ei, porém, e antes de tentar a súpula final acerca das origens da historiografia régia em Portugal, a alguns outros aspectos.

³¹ Detalhei estes aspectos em Moreira (2008: 81-92).

³² Pode, com efeito, supor-se que o facto de cada uma destas crónicas ter incorporado a maior parte do texto da sua antecessora acabou por tornar algo desnecessárias as cópias dos textos mais antigos.

A *Primeira Crónica Portuguesa* e o *Liber Regum Interpolado*

42

Acabámos de ver que a *Primeira Crónica Portuguesa* está no início de uma tradição que viria a dar, com os cronistas dos séculos XV e XVI, os seus frutos mais acabados. Mas importa atentar um pouco em outros aspectos do seu percurso e constituição.

Em *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa* levantei, a este respeito, dois cenários: i) que o uso do *Liber Regum Interpolado* se tenha verificado, neste contexto, apenas até ao reinado de Afonso VI, pois, de aí em diante, e por razões cronológicas, seguir-se-ia a história dos reis de Portugal; ii) que a junção da *Primeira Crónica Portuguesa* com material oriundo do *Liber Regum Interpolado* poderia ter-se verificado já desde o início e, conseqüentemente, que se poderia considerar a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* como uma simples fase de redacção da *Primeira Crónica Portuguesa*, caracterizada por algumas actualizações e pontuais interpolações; no limite, e em nome da clareza expositiva, até a designação «*Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*» poderia ser banida.

Após isso, a descoberta e ponderação de um importante facto que até aí tinha passado completamente despercebido levou-me a reformular esta problemática. De forma paradoxal, o primeiro destes cenários, que eu supunha o mais sólido, veio a revelar-se-me totalmente falso; mas, e em contrapartida, o segundo parece-me hoje não só perfeitamente defensável como, até, o mais lógico.

Sucedede que Acenheiro, e ao contrário do que supunha Catalán, não aproveitou a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* apenas para dar conta da descendência de Afonso VI e de alguns episódios do reinado de D. Afonso Henriques. Embora a segunda parte da sua obra (isto é, aquela que vai de D. Pedro I a D. João II) seja, basicamente, e como notou Catalán, cópia do Sumário de Crónicas do ms. 290 Alcobacense da BN³³, há nela uma importante adição da responsabilidade do próprio Acenheiro, a qual se baseia explicitamente em «crónicas velhas». Trata-se de um animado episódio da época de Urraca I de Castela e Leão, em que seu filho Afonso Raimundez (o futuro Imperador Afonso VII), coadjuvado por um nobre da família dos Castro, prende sua mãe e respectivo companheiro, Pedro de Lara (que aqui é esposo legítimo da rainha). Bastaria a forma como Acenheiro se refere, neste ponto, à sua fonte para que considerássemos que também este trecho proveio da *Crónica*

³³ Catalán (1962: 217-218). O facto de Acenheiro ter baseado, segundo ele próprio afirma, esta parte do seu trabalho num Sumário preexistente e de esse Sumário poder ser identificado com o do ms. 290 é algo que não se pode descartar em nenhuma análise da sua obra. Basta ver as conclusões a que, a este respeito, chega Sena (1967), para verificarmos os perigos de tal «esquecimento».

Portuguesa de Espanha e Portugal; mas o mais interessante é que esse episódio surge também na *Versão Crítica da Estoria de España*, embora o seu redactor, norteado pelos princípios que habitualmente o regiam, tenha dado preferência ao relato do Arcebispo de Toledo – o que explica as diferenças existentes entre o seu texto e o da citação de Acenheiro. E, segundo noutra ocasião tive oportunidade de defender, esta coincidência não poderá senão explicar-se pelo facto de o episódio em causa provir, em última instância, do *Liber Regum Interpolado*, tendo daí passado, directa ou indirectamente, tanto para a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* como para a *Versão Crítica da Estoria de España*³⁴.

Ora, isto vem complexificar ainda mais o panorama que comecei por descrever. Em primeiro lugar, tenho de abandonar a minha ideia de que, em Portugal, o conteúdo do *Liber Regum Interpolado* foi usado apenas, e por razões essencialmente funcionais, até ao reinado de Afonso VI, pois, como vimos, foi-o seguramente também, e pelo menos, quanto ao reinado de D. Urraca. Mas, e por outro lado, creio que isto reforça o segundo cenário atrás elencado. Notemos, com efeito, a seguinte série de coincidências:

- i) A *Versão Crítica* conheceu e usou a *Primeira Crónica Portuguesa* e o *Liber Regum Interpolado*;
- ii) A *Primeira Crónica Portuguesa* e o *Liber Regum Interpolado* circularam juntos em Portugal, em data incerta mas seguramente anterior a meados do século XIV;
- iii) A estrutura da *Primeira Crónica Portuguesa*, denotando embora uma maior incidência em processos de junção de matérias que se diriam tipicamente cronísticos, é essencialmente a mesma do *Liber Regum*: uma genealogia régia entremeada de narrativas;
- iv) As narrativas lendárias sobre a época de D. Afonso Henriques e D. Urraca presentes na *Primeira Crónica Portuguesa* e no *Liber Regum Interpolado* apresentam evidentes e estreitas semelhanças a vários níveis: em ambas, um futuro rei, coadjuvado por um importante membro de uma família nobiliárquica, defronta e prende sua mãe e respectivo marido, obrigando este último a prometer nunca mais atentar contra a terra e a exilar-se; até textualmente se notam as semelhanças, por exemplo, no momento de humilhação do marido preso³⁵.

³⁴ Moreira (2009).

³⁵ «e des ahí premeo seo padrao, e tomou-lhe menagem de nūca mais tornar a sa madre; e foi-se o Comde Dom Pedro de Lara ultra mar» no texto oriundo do *Liber Regum Interpolado*, segundo a citação de

Estes factos concatenam-se de forma tão clara, que resisto a considerá-los meras coincidências. Em meu entender, a *Primeira Crónica Portuguesa* conheceu já o *Liber Regum Interpolado*, usando-o como guia para a estruturação geral do seu discurso, como fonte para a História ibérica a partir de Pelayo e, possivelmente, até como modelo de alguns episódios. Em consequência, e segundo o que há pouco dizia, a designação «Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal» poderá, a bem da clareza expositiva, eliminar-se. O que se terá passado é, muito simplesmente, que à *Primeira Crónica Portuguesa* se terão acrescentado, ao longo do tempo, pequenas actualizações e interpolações; mas o núcleo essencial, constituído por uma história ibérica oriunda de certa versão do *Liber Regum* e por uma história dos reis de Portugal, estaria lá desde o início.

A *Primeira Crónica Portuguesa*: origem dos seus componentes

Por outro lado, localizar nisto a que tenho chamado *Primeira Crónica Portuguesa* o início da tradição cronística nacional não significa necessariamente que não tenham existido, a par da tradição analítica que sabemos antiga³⁶, outras espécies textuais que da família real portuguesa se ocupassem e das quais a própria *Primeira Crónica* possa ter sido devedora. A este respeito, julgo do maior interesse começar por recuperar aqui palavras de José Mattoso que, descontado certo e compreensível laconismo, consubstanciam uma hipótese que me parece perfeitamente válida e que tenho pena não ter visto ser aprofundada. Dizia, com efeito, o ilustre historiador em artigo de finais dos anos 70 dedicado à tradição genealógica portuguesa: «não possuímos hoje qualquer escrito consagrado expressamente à família real. Mas deve ter existido pelo menos um, porque surgem vestígios dele no *De Rebus Hispaniae* do arcebispo D. Rodrigo de Toledo pouco depois de 1243, no *cronicon* latino de Alcobaça, cuja última notícia data de 1355, na *IV^a Crónica breve* [...] e na chamada

Acenheiro (1824: 129); «e prendeo seu padrao e sua madre. E o conde cuidou aa sseer morto, e fez-lhe preto e menajem que nunca entrasse em Purtugal. E disí foi-se pera terra d'ultra mar», na *Primeira Crónica Portuguesa*, ed. Moreira, (2008: 128-129); não há, nesta passagem, diferenças substanciais entre a *IV^a Crónica Breve*, a *Versão Crítica* e o *Livro de Linhagens*, o que garante que seria esta a lição da *Primeira Crónica Portuguesa*. Terá ainda o seu interesse notar que, e ao arrepio destas narrativas, *nem Pedro de Lara nem Fernão de Trava foram nunca historicamente casados com D. Urraca e D. Teresa*. Trata-se certamente de uma estratégia narrativa: e como entender que ela possa ter surgido *por acaso* em dois textos que viriam a circular juntos?

³⁶ E sobre a qual se pode agora ver Bautista (2009).

Crónica Breve do Arquivo Nacional [...]. Devia tratar-se [...] de um texto anterior a meados do século XIII e sucessivamente ampliado na corte portuguesa»³⁷.

Devo confessar que a leitura destas palavras do Professor Mattoso provocou em mim um simpático alvoroço, pois creio que há de facto razões para suspeitarmos a existência de algum texto genealógico, ou quiçá um pouco mais que isso, consagrado desde longa data à dinastia dos reis de Portugal que seria, além do mais, usado pela *Primeira Crónica Portuguesa*. Aqui deixo as mais importantes, poupando-me, porém, a pormenores.

Analisando o que seguramente seria a história do reinado de D. Afonso Henriques de acordo com a mencionada *Primeira Crónica Portuguesa*, penso que se observa nela, sem dificuldades de maior, a existência de três blocos textuais que tanto pela diversidade formal como pela existência de elementos linguísticos de ligação entre eles, indicia que tenham sido, em parte pelo menos, previamente independentes uns dos outros³⁸: um bloco narrativo centrado nas lutas do nosso primeiro rei com diversas forças oponentes (corresponderá à célebre «Gesta de D. Afonso Henriques» de que propositadamente não falei), um bloco genealógico sobre a descendência do rei e um bloco essencialmente analítico em que se tocam alguns dos seus actos militares e piedosos em estilo por vezes curiosamente próximo do testamentário³⁹.

Destes três blocos textuais, aquele que designei por «analítico» surge também, com muito pequenas diferenças, num texto originário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a chamada *Iª Crónica Breve*⁴⁰, apresentando, além disso, notórias semelhanças com anais produzidos nesse mosteiro. Isso significa, muito plausivelmente, que esse bloco tem, em última instância, uma origem crúzia (segundo D. Catalán⁴¹ e I. Fernández-Ordóñez⁴² já notaram) e que, portanto, o redactor da *Primeira Crónica Portuguesa* teve acesso a materiais deste mosteiro⁴³.

O outro sinal de existência de remotas tradições genealógicas sobre a família real portuguesa encontramos-lo na grande semelhança entre algumas passagens da obra

³⁷ Mattoso (1981: 45).

³⁸ Moreira (2008: 67-70). A divisão do texto consagrado ao reinado de D. Afonso Henriques em três blocos (narrativo, genealógico e analítico) remonta a Catalán (1962: 252-274).

³⁹ Designadamente na informação acerca das dádivas concedidas pelo rei à Ordem do Hospital, para que chama muito pertinentemente a atenção Mattoso (2009). Haverá que notar, em todo o caso, que esta passagem consta também da *Iª Crónica Breve*. Veja-se a nota seguinte.

⁴⁰ Ed. Peixoto (2000: 93).

⁴¹ Catalán (1962: 269).

⁴² Fernández-Ordóñez (1993: 243-244).

⁴³ Este bloco foi também objecto de atenção de Dias (2003: 125-134), trabalho cuja consulta devo à amabilidade da autora.

do Toledano e o texto da *Primeira Crónica Portuguesa*, designadamente em relação a D. Afonso II⁴⁴, as quais semelhanças foi demonstrado por Diego Catalán não poderem explicar-se por derivação do texto português em relação ao latino⁴⁵, mas que também não me parecem simplesmente atribuíveis ao acaso. Uma fonte genealógica comum ao Toledano e à *Primeira Crónica*, por mais estranha que a ideia pareça à primeira vista, é uma hipótese que não deverá ser posta de lado.

Também a respeito do bloco narrativo dedicado às lutas de D. Afonso I com uma série de oponentes, literariamente o mais interessante e mais estudado de todos (mas também, sem dúvida, o mais complexo), se poderão postular dívidas para com textos anteriores, seja ao nível do aproveitamento de hipotéticas narrativas preexistentes, seja no que toca à reconfiguração e reorientação de alguns episódios constantes de textos historiográficos portugueses ou castelhano-leoneses. Pouco tenho, de momento, a acrescentar ao que recentemente disseram J. C. Miranda⁴⁶ e J. Mattoso⁴⁷, mas parece-me, ainda assim, oportuno notar que a tese da origem épica⁴⁸ deste bloco parece estar a ser abandonada pela crítica; que as lutas de D. Afonso Henriques com a mãe e o padrasto deverão ser equacionadas também à luz do *Liber Regum Interpolado*, conforme acima indiquei; e que, independentemente da existência de hipotéticas narrativas anteriores que possam ter sido usadas pelo redactor da *Primeira Crónica Portuguesa* na feitura da *estória* de Afonso Henriques, considero que o resultado final do seu trabalho, longe de ser uma espécie de manta de retalhos, comporta assinaláveis níveis de coesão interna⁴⁹.

Tudo isto significa que o redactor da *Primeira Crónica Portuguesa* não terá partido propriamente do nada, mas terá baseado o seu trabalho num processo de reunião, junção, harmonização, continuação e reorientação de textos preexistentes, processo, afinal, típico da historiografia da época.

⁴⁴ Repare-se que não estamos a falar apenas de coincidências na lista dos filhos deste rei, o que seria assaz irrelevante, mas sim de coincidências quanto à apreciação global do reinado e quanto ao facto de se atribuir a D. Afonso a conquista de Alcácer do Sal e outros castelos, dado anti-histórico. Veja-se um confronto entre o texto português e o latino em Catalán (1962: 280).

⁴⁵ Catalán (1962: 280-281).

⁴⁶ Miranda (2009). A respeito das relações existentes entre a *Primeira Crónica Portuguesa* e o *Cronicon Lusitano* (mais um texto oriundo de Santa Cruz de Coimbra), questão focada neste artigo, veja-se um outro aspecto em Catalán (1962: 249-250).

⁴⁷ Mattoso (2009).

⁴⁸ Tese cujo primeiro proponente foi Theodore Babbitt, segundo recorda Cintra (2009: CCCLXVI e n. 135). O seu maior defensor viria a ser, porém, António José Saraiva: Saraiva (1991). Catalán deixou-nos uma cautelosa apreciação do problema em Catalán (2000: 53-58).

⁴⁹ Segundo defendo em Moreira (2008: 25-50), retomando e ampliando observações já feitas por Catalán (1962: 266-274); Neves (2001) e Barradas e Nabais (1996).

Apesar da brevidade e relativo esquematismo que, tanto quanto nos é dado ver, genericamente a caracterizaria, a verdade é que a *Primeira Crónica Portuguesa* teve uma notória difusão e jogou um importante papel na afirmação da historiografia régia em Portugal. Já vimos que ela foi usada pela *Versão Crítica da Estoria de España*⁵⁰, pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e pela *Crónica de 1344*, passando o seu texto, a partir do momento em que foi incorporado por esta última obra, a constituir a espinha dorsal de várias outras crónicas posteriores. É esse, sem dúvida, o seu maior legado, e particularmente no que se refere a D. Afonso Henriques, cuja imagem mítica é, ainda hoje, e mau grado múltiplas reformulações posteriores, marcada pelo que o seu anónimo redactor decidiu criar e/ou recriar⁵¹. Mas, para além de Afonso X, de D. Pedro e de Santa Cruz (onde, afinal, se copiou o texto mais próximo do original da *Primeira Crónica*) há ainda um outro centro produtor que a conheceu e modelou, e com o qual terminarei este conjunto de reflexões: refiro-me ao mosteiro de Alcobaça. Com efeito, o manuscrito da *IVª Crónica Breve* contém uma narrativa fundacional desse mosteiro, cujas personagens centrais são D. Afonso Henriques e seu suposto irmão D. Pedro Afonso, que não figura nem na *Versão Crítica*, nem no *Livro de Linhagens*, nem na *Crónica de 1344*⁵² e pode, por isso, considerar-se uma interpolação ao texto original da *Primeira Crónica Portuguesa*. Ora, parece evidente a origem alcobacense desta narrativa, facto que é, aliás, corroborado pela sua presença, em contexto idêntico ao da *IVª Crónica Breve*, num manuscrito oriundo desse mosteiro⁵³.

⁵⁰ As conhecidas relações familiares existentes entre Afonso X e Afonso III (sogro e genro) poderão explicar que uma cópia da *Primeira Crónica* tenha chegado às mãos do Rei Sábio – e quem sabe também explicarão, em sentido contrário, que o *Liber Regum Interpolado* tenha sido conhecido em Portugal. Deve, porém, ter-se em conta que a *Estoria de España* recorreu também a textos crúzios (*Cronicon Lusitano*), podendo, por conseguinte, S. Cruz ter tido alguma espécie de papel neste intercâmbio textual.

⁵¹ Haja em vista, sobretudo, a prisão de D. Teresa pelo filho, ou, porventura, até a associação de Ourique ao início da realeza de D. Afonso Henriques, aspecto que, embora possa ter algo de historicamente verdadeiro, terá dado entrada na produção historiográfica a partir justamente da *Primeira Crónica* (não obstante dever ser meditada uma observação de Francisco Bautista acerca de uma possível alusão a este facto contida nuns antigos anais de S. Cruz: Bautista (2009: 175-176).

⁵² Mau grado certa afirmação elíptica da *Crónica de 1344* que poderá ser entendida como alusão ao mesmo episódio; mas, para além do carácter dubitativo dessa alusão, deve notar-se que a *IIIª Crónica Breve*, que é cópia do reinado de D. Afonso Henriques segundo a *Crónica de 1344*, não a contempla.

⁵³ Veja-se Cintra (2009: CCCLXXIII). Trata-se do manuscrito que contém o texto normalmente conhecido pela designação *De Expugnatione Scalabis*, mas ao qual letra posterior juntou a narrativa da fundação de Alcobaça bem como as informações que, na *IVª Crónica Breve*, a rodeiam e remontam certamente à *Primeira Crónica Portuguesa*. Este fragmento da *Primeira Crónica* merece, sem dúvida, um pouco mais de atenção do que aquela que lhe tem sido concedida. Faço notar que, segundo propôs Tarouca (1951), é possível que este fragmento tenha sido manejado pelo redactor da *Crónica de 1419*, o que diz bem da sua antiguidade.

Quer isto dizer que Alcobaça, tal como Santa Cruz, podem não ter sido os promotores da *Primeira Crónica Portuguesa*; mas conheceram-na e vieram a ficar indissolivelmente ligados ao seu trajecto⁵⁴.

As origens da historiografia régia portuguesa: súmula

É agora altura de deixar resumido o que julgo ter sido o processo de elaboração de uma historiografia régia portuguesa. Assim, a par da vetusta tradição analística continuamente elaborada em mosteiros, terá existido desde longa data uma espécie de textos de cariz genealógico especificamente dedicados à família real. Ou nos primeiros anos do reinado de D. Dinis ou, e talvez mais provavelmente, ainda no tempo de D. Afonso III, e em meios afectos à corte régia, essa produção textual terá conhecido duas importantes novidades: usou-se pela primeira vez a língua vulgar e, dando-se mostras de um razoável amadurecimento técnico, procedeu-se à reunião, junção, harmonização e modelização de materiais preexistentes, originando-se assim a *Primeira Crónica Portuguesa*, texto independente da pujante tradição historiográfica de que já então se ia encarregando o *scriptorium* de Afonso X⁵⁵. Este primeiro impulso de criação de uma historiografia régia portuguesa, a que decerto não será alheia uma visão progressivamente encarecedora da instituição monárquica, terá tomado como guia uma versão do *Liber Regum* certamente originária do reino de Castela e Leão e caracterizada por uma assinalável presença de trechos lendários (Moura Zaida, D. Urraca e Afonso VII), que terá influído directamente no estilo e na configuração da *estória* de Afonso Henriques, trecho literariamente mais notável da *Primeira Crónica Portuguesa*. Entretanto, a cronística afonsina, que já se tinha aproveitado deste labor pioneiro, chega a Portugal e, nas mãos de Pedro Afonso de Barcelos, verdadeiro ponto de encontro de tradições régias e nobiliárquicas tanto portuguesas como castelhanas, funde-se

⁵⁴ À imagem do que terá sucedido com outros textos, designadamente o referido *De Expugnatione Scalabis*, também neste caso se verifica um intercâmbio textual entre Alcobaça e Santa Cruz: aquele mosteiro terá interpolado na *Primeira Crónica Portuguesa* a narrativa da sua fundação, vindo o texto assim constituído a ser conhecido e copiado em Santa Cruz. Acrescento, para terminar este apartado, que também a chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, texto redigido na corte de D. João I em 1429, conheceu uma cópia (e uma boa cópia) da *Primeira Crónica Portuguesa*, baseando nela grande parte das informações sobre D. Sancho I, bem como a notícia do casamento de D. Afonso Henriques. Veja-se Cintra (2009: CCCLII-CCCLIII).

⁵⁵ Note-se que a cronologia, o procedimento e, porventura, parte das motivações de ambos estes projectos historiográficos terão sido muito semelhantes; simplesmente, e como é óbvio, a tradição historiográfica, já então fortíssima, que vinha sendo patrocinada pela coroa castelhana-leonesa, bem assim como os meios humanos e materiais de que dispunha Afonso X, explicam a enorme diferença quanto aos resultados finais.

com a produção local dando origem à prosa historiográfica mais extensa que até então conhecêramos: o *Livro de Linhagens* e a *Crónica de 1344*, esta última, elo de ligação com os textos patrocinados pela dinastia de Avis. Ao mesmo tempo, os mosteiros de Santa Cruz e Alcobaça contribuíram também para a feitura (no primeiro caso) e para a preservação e difusão (em ambos os casos) da Primeira Crónica, deixando, assim, o seu nome indelevelmente ligado ao das origens da cronística régia em Portugal.

É claro que o que aqui fica não é senão a tentativa de, a traço grosso e sem esquecer anteriores construtores, erigir um edifício minimamente consistente. A robustez das suas partes é, porém, variável: certas peças encaixam melhor que outras, a fachada aguentar-se-á talvez mais que as traseiras, algumas brechas ficam por preencher e o autor será o primeiro a recusar permanecer muito tempo debaixo desta ou daquela abóbada. Outros arquitectos, outros engenheiros e outros operários são sem dúvida necessários. Todavia, e permito-me citar o Professor José Mattoso⁵⁶, é preciso cuidado, pois «o seu equilíbrio não é muito sólido! Se se mexer muito, pode cair tudo no chão! Para alterar o traçado, é preciso ser bom pedreiro ou ser bom arquitecto. Convém tomar precauções para não baralhar tudo de tal maneira que seja impossível ter a mínima ideia da traça primitiva».

⁵⁶ Mattoso (2006: 15).

Bibliografia:

- Acenheiro, Cristóvão Rodrigues (1824). *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Tomo V da «Collecção de Inéditos da História Portugueza». Lisboa: Real Academia das Sciencias.
- Babbitt, Theodore (1934). «Observations on the *Crónica de Once Reyes*». *Hispanic Review*, 2(3), pp. 202-216.
- Barradas, Aurélio e Fernando Nabais (1996). «A gesta de D. Afonso Henriques: épica e ética». In *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães*, vol. 3, pp. 57-80. Guimarães: Câmara Municipal e Universidade do Minho.
- Basto, Artur de Magalhães (1960). *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bautista, Francisco (2009). «Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica (Siglos VII-XII)». *Talia Dixit*, 4, pp. 113-190. URL: <http://www.unex.es/arengas/taliadixit4.htm>. [Consultado a 17/11/2009].
- Campa Gutiérrez, Mariano de la (2003). «*Crónica de Veinte Reyes*». *Revista de Literatura Medieval*, 15(1), pp. 141-153.
- (2009). *Estoria de España de Alfonso X. Estudio y Edición de la Versión Crítica desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II*. Analecta Malacitana, Anexo LXXV. Málaga: Universidad de Málaga.
- Catalán, Diego (1962). *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos.
- (1976). *Gran Crónica de Alfonso XI*. Madrid: Gredos.
- (1992). *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y Evolución*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- (2000). *La Épica Española. Nueva Documentación y Nueva Evaluación*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- Catalán, Diego e Maria Soledad de Andrés (1970). *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos/Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- Cintra, Luis Filipe Lindley (2009). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (reimp. da edição de 1951).
- Dias, Isabel (2003). *Culto e Memória textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao século XVI)* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, policopiada).
- Faria, Isabel Hub (1999). *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos.
- Fernández-Ordóñez, Inés (1993). *La Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid.
- Lanciani, Giulia e Giuseppe Tavani (2000). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Maurício, Carlos Coelho (1989). «Entre silêncio e ouro – sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa». *Ler História*, 16, pp. 3-28.

- Mattoso, José (1981). *A Nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- (2006). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2009). «A primeira Crónica Portuguesa». *Medievalista online*, 6. URL: <http://www2.fch.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>. [Consultado a 15/11/2009].
- Miranda, José Carlos (2009). «Na génese da Primeira Crónica Portuguesa». *Medievalista online*, 6. URL: <http://www2.fch.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-miranda.htm>. [Consultado a 15/11/2009].
- Moreira, Filipe Alves (2008). *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas.
- (2009). «Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia afonsina». *Guarecer on-line* (fundo de publicações do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade). URL: <http://www.seminariomedieval.com/guarecer/fam2009.pdf>. [Consultado a 9/10/2009].
- Neves, Leonor Curado (2001). «Uma Épica Medieval Portuguesa?». In *História da Literatura Portuguesa*, vol. I: *Das origens ao Cancioneiro Geral*, pp. 163-187. Lisboa: Alfa.
- Peixoto, Fernando Venâncio (2000). *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa: Edição do autor.
- Pimenta, Alfredo (1948). *Fontes Medievais da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Saraiva, António José (1969). «Sur le texte de la tradition épique d'Afonso Henriques: Analyse stylistique comparée des versions de la *Cronica de Veinte Reys* et de la *Quarta Crónica de Santa Cruz de Coimbra*», *Bulletin des Études Portugaises. Nouvelle Série*, 30, pp. 11-37.
- (1991). *A Épica Medieval Portuguesa* (2ª ed.). Biblioteca Breve. Lisboa: ICALP.
- Sena, Jorge de (1967). *Estudos de História e de Cultura*, vol. I. Lisboa: Revista Ocidente.
- Tarouca, Carlos da Silva (1951). «Terão aparecido as crónicas perdidas de Fernão Lopes?». Lisboa: Separata da *Revista Brotéria*.
- Veiga, Artur Botelho da Costa (1939). *Estudos de História Militar Portuguesa*. Lisboa: Edição do autor.
- Villanueva, J. Pérez (1991). *Ramón Menéndez Pidal. Su vida y su tiempo*. Madrid: Espasa Calpe.

(Página deixada propositadamente em branco)

José Carlos Ribeiro Miranda

Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigador do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (IF-FLUP/FCT).

53

HISTORIOGRAFIA E GENEALOGIA NA CULTURA PORTUGUESA ANTERIOR AO CONDE D. PEDRO DE BARCELOS

Da fundação do reino de Portugal, cujas etapas iniciais ocorrem ao longo do século XII, até à época em que D. Pedro, Conde de Barcelos, concretiza os seus vários projectos de escrita, escoo-se um longo período que não é comum ver tratado em conjunto no que diz respeito à produção de textos literários. Seja porque tal tarefa obriga a colocar lado a lado obras escritas em latim e em língua vulgar, que a prática universitária se obstinou em acantonar em disciplinas próprias e irremediavelmente opostas, seja porque os preciosismos exclusivistas na definição do que cabe ou não no conceito de «literatura» cavaram trincheiras inultrapassáveis entre textos que, sendo formalmente diversos, tratam frequentemente os mesmos temas; seja apenas porque a noção de História entendida como encadeamento temporal de acções humanas nas quais é possível destacar uma lógica interna atravessa entre nós um período de menor euforia, é difícil encontrar instrumentos que respondam a uma questão aparentemente simples, que é a de saber qual o sentido da produção literária em Portugal no período em apreço.

Não estando nos horizontes do presente trabalho suprir esta falha, que exigirá o concurso de esforços diversificados, também não cremos que ofereça qualquer utilidade considerar isoladamente algumas obras fora do respectivo contexto de escrita ou ignorar as linhas de força e as tradições em que se inscrevem e que de alguma forma actualizam. Tal procedimento apenas pode resultar em abordagens parcelares, unicamente descritivas e historicamente limitadas e pobres. Avaliar a natureza social ou institucional da produção historiográfica e genealógica ao longo do período em questão não é tarefa que possa ser levada a cabo fora de uma compreensão do comportamento dos actores envolvidos e das conjunturas que se vão sucedendo num prazo necessariamente dilatado. Impõe-se assim um breve conjunto de considerações que nos deverá fazer remontar

ao Portugal do séc. XII e às etapas que marcaram a constituição da monarquia e do reino.

Conquanto o tema possua uma dimensão em que o mito e a tradição se arriscam a impedir definitivamente uma observação serena e distanciada dos acontecimentos históricos¹, parece ser hoje correntemente aceite que aqueles sucessos – a constituição do poder monárquico autónomo e a delimitação do reino enquanto entidade reconhecida interna e externamente – decorrem essencialmente da acção convergente de um ramo da família régia leonesa-castelhana e de um forte grupo de infanções locais sem ligações directas às famílias condaís dominantes no território, ou com laços frouxos de vinculação a essas famílias², que levaram a cabo algo que se configura como uma revolta autonomista coroada de inegável êxito³.

Ponderada a literatura que sobre o assunto foi sendo escrita, tanto em Portugal como no conjunto da Península Ibérica em épocas não muito posteriores àquelas em que esses acontecimentos têm lugar, verifica-se que a autonomia portuguesa se apoia em alguns argumentos dos quais o primeiro é inegavelmente a aceitação de Afonso Henriques como herdeiro de um poder político proveniente da rainha Teresa. Tal aceitação tem lugar não apenas no interior do espaço português mas sobretudo na coroa unificada leonesa-castelhana sob o comando de Afonso VII. A esse argumento virá juntar-se um outro, cuja repercussão será enorme na literatura a partir dos anos finais do séc. XII, que é o reconhecimento da acção militar de Afonso Henriques e dos seus apoiantes, da qual resulta a apropriação de territórios sob o domínio muçulmano só efemeramente detidos, em tempos próximos, pelas monarquias cristãs.

Entre estas conquistas há que destacar as de Santarém e de Lisboa, cuja importância se estriba no facto de concederem à jovem monarquia portuguesa direitos que, à luz dos consensos da época, esta não podia reclamar facilmente sobre outras partes do território português situadas mais a norte. Com efeito, a soberania decorrente da conquista ao muçulmano sobre as regiões de Portucale ou de Braga eram secularmente reclamadas pelos

¹ Tanto pela informação exaustiva que reúne e pondera como pelas conclusões a que chega, e sobretudo pelo método utilizado na abordagem das várias fontes, onde prevalece uma constante e inconformada questionação crítica, remetemos apenas para Mattoso (2006).

² Mattoso (1982: 37-114).

³ Embora o governo da Rainha D. Teresa possa revelar já características configuradoras de uma monarquia autónoma, sobretudo no contexto em que tal instituição se pode entender no séc. XII, reportamo-nos essencialmente à conjuntura social e institucional que possibilitou o acesso ao poder de Afonso Henriques após S. Mamede, tal como é interpretada por Mattoso (1985b), até à consolidação desse poder que terá ocorrido nos cerca de dez anos seguintes, processo consumado na paz de Valdevez – ou Portela do Vez, segundo a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, ed. Falque, Gil e Maya (1990: 188).

reis astur-leoneses⁴, e permanecia ainda muito viva a memória das campanhas portuguesas de Fernando Magno incidindo sobre os territórios entre Douro e Mondego, tão numerosos eram os textos redigidos entre os séculos XI e XIV que comemoravam ou apenas recordavam tal empresa militar⁵.

Esta escolha de argumentos só se entende porque, na Espanha cristã ao longo do séc. XII, a aquisição de direitos políticos pela acção militar de conquista atinge um consenso muito elevado, sobrepondo-se a outras legitimidades que também afloravam, como a que associava o poder territorial à ideia de reposição do reino visigótico, forjada desde cedo pela coroa leonesa e objecto de apropriação castelhana a partir dos finais do séc. XII⁶, ou a que decorria de direitos imperiais reclamados por poderes extra-peninsulares, recorrente ao longo de séculos⁷. A conquista de territórios próprios, para mais de importância e prestígio incontornáveis, era algo que todos os grupos monárquicos ibéricos – ou senhoriais candidatos à condição monárquica – procuravam, e que rapidamente se transformavam em argumento para afirmação de uma legitimidade difícil de pôr em causa.

Na sua diversidade formal e na especificidade da sua circulação, os mecanismos da literatura tiveram um papel importante na divulgação destes sucessos militares, tornando-os conhecidos e presentes à consideração daqueles que se entendia serem os interlocutores prioritários. A literatura foi, como era frequente nas sociedades mediterrânicas desde a Antiguidade, uma arma política de peso. É assim que se compreende a redacção do poema sobre a conquista de Almeria, que acrescentava um importante título de conquista própria a um rei, Afonso VII, que pretendia transpor para a Península os ideais imperiais

⁴ Mencionadas em ambas as versões conhecidas da *Crónica de Afonso III*, as conquistas em terras portuguesas de Afonso I das Astúrias passaram para toda a crónica posterior que teve este texto como fonte.

⁵ Lembremos que é na narrativa destinada a celebrar a conquista de Coimbra por Fernando Magno contida no *Codex Calixtinus* (circa 1250) que pela primeira vez surge Santiago no campo de batalha, tema destinado a ter uma extensa fortuna ao longo dos séculos XII e XIII. Mesmo sofrendo a concorrência de uma mais incisiva intervenção do apóstolo guerreiro na batalha de Clavijo travada por Ramiro I, narrativa redigida em meios leoneses ainda no séc. XII, o relato da conquista de Coimbra transitará para a crónica ibérica posterior em latim e em vulgar. Cf. Falque (2002). Embora já não adornada com a intervenção do Apóstolo das Espanhas, a conquista de Coimbra será ainda lembrada num poema épico dos finais do séc. XIII de cuja circulação há vestígios em Portugal, como veremos adiante.

⁶ Sobre o tema, ver Martin (1984); Bautista (2009); Le Morvan (2009).

⁷ A este propósito, é importante chamar a atenção para a *Historia de rebus Hispaniae*, redigida por volta de 1243, onde o arcebispo Rodrigo de Toledo reserva um importante capítulo para a refutação das reclamações de soberania sobre a Espanha provenientes de além-Pirenéus, enumerando os vários condes e reis que adquiriram a terra peninsular por direito de conquista. Entre eles, conta-se Afonso Henriques com referência às suas vitórias: «Vlixbonam, Sanctam Hireneam, Elboram, Sintriam cepit Aldefonsus qui primus in Portugalia habuit regis nomen», ed. Fernández Valverde (1987: 129-130) Especificamente para o território português, é de ter em conta um interessante capítulo que Brandão (1632-2008: 145-146) reserva aos actos de soberania exercidos por um representante do império romano-germânico de visita a Portugal no tempo de D. Dinis. Sobre o tema, ver ainda Maravall (1995: 403-472).

então em crescendo no centro europeu, expressos na sua *Chronica Adefonsi Imperatoris*; e é também nessa linha que se deve entender, provavelmente, a redacção da *Historia Roderici* e do *Carmen campidoctoris*, verdadeiros manifestos do direito de conquista, conquanto a empresa a que se referem, o reino de Valência, tenha abortado e não seja fácil apurar, de momento, com que objectivos tais obras foram redigidas⁸.

Em conformidade, também em Portugal começa por ser escrito um texto de evocação da conquista de Lisboa, sob a forma de carta de um cruzado, destinado a circular fora da Península mas que estudos recentes relacionam com iniciativas assumidas com o concurso da corte portuguesa⁹, ao qual se segue um outro, o *Indiculum foundationis Monasterii Sancti Vicentii*¹⁰, em que a conquista de Lisboa ocorre como pano de fundo para a construção de um espaço sagrado destinado a tornar-se emblemático. O louvor da conquista aprofunda-se e hiperboliza-se no *De Expugnatione Scalabis*¹¹, com a convocação da retórica da legitimação divina da acção guerreira a que corresponde a utilização de um tipo de escrita tributária das narrativas dos textos sagrados¹².

Embora o assunto careça de uma investigação aprofundada e actualizada, é sobretudo nos anos imediatamente posteriores à morte de Afonso Henriques que ganha forma a iniciativa de utilizar a escrita literária para a consolidação de um ideário político legitimador por parte dos meios governantes portugueses, do qual a redacção do *De Expugnatione Scalabis* pode ter já sido uma manifestação. Todavia, esse projecto virá a conhecer a sua peça fundamental no *Cronicon Lusitano*, escrito compósito onde tradições analísticas antigas (os *Annales Portucalenses Veteres*¹³) são prosseguidas por outras mais recentes (os *Annales Domni Alfonsi Regis*¹⁴), sendo essa base estrutural expandida com recurso a outras fontes cronísticas, como a *Crónica Albeldense*, ou a narrativas de origem não identificada, provenientes da transmissão oral ou da iniciativa de quem promoveu o texto¹⁵. A conquís-

⁸ A *Historia Roderici* foi datada por Menéndez Pidal (1969, II: 917) e Catalán (2000: 277-280) dos inícios do séc. XII, mas ultimamente têm surgido propostas de uma datação mais tardia, apontando para a segunda metade ou mesmo para a última década desse século. Cf. Martin (1992: 35-36); Montaner (2009).

⁹ Ver a argumentação aduzida por Branco (2001).

¹⁰ Brandão (1632-2008: 291-294).

¹¹ Brandão (1632-2008: 289-191).

¹² Cf. Guincho (2001).

¹³ Cf. David (1947: 257-340).

¹⁴ Cf. Blöcker-Walter (1966: 151-161).

¹⁵ A selecção de fontes diversas e respectiva conformação num relato organizado são procedimentos que normalmente se associam ao trabalho cronístico e não à mera anotação analística. Assim, o *Cronicon Lusitano* (também chamado *Chronica Gottorum*) será já uma proto-crónica ou mesmo uma recolha ordenada de materiais que permitiriam redigir uma crónica. Não é normalmente tido em conta que este texto circulou pela Península na forma atrás descrita, tendo sido conhecido e aproveitado pelo *scriptorium* alfonsino no seu vasto

ta territorial é aqui uma constante, embora ocorra associada a outros temas legitimatórios, como o auxílio divino ou a reclamação da herança dinástica que remonta a Afonso VI, o conquistador de Toledo, e à rainha Dona Teresa. Este último aspecto constitui um dos articuladores do discurso destes textos, revelando-se no facto de todos eles contabilizarem o reinado de Afonso Henriques a partir da vitória de S. Mamede¹⁶.

Este projecto de escrita é revelador de um poder régio que se constrói e se afirma no concerto ibérico e europeu, procurando, por isso, ajustar a sua imagem a uma pauta que seria reconhecível por parte dos seus possíveis interlocutores fora do reino. O uso do latim na construção de uma prosa que alinha os argumentos já mencionados, mesmo constituindo uma opção conservadora¹⁷, revelou-se ajustado aos propósitos enunciados. Não transparece em nenhum momento que os destinatários destes textos fossem internos, o que significa que os meios crúzios responsáveis por este projecto de escrita não sentiam que os actores sociais que haviam servido de suporte à constituição da monarquia se tivessem afastado do projecto. Ou seja, a acção guerreira e conquistadora de Afonso Henriques, prolongada em circunstâncias peníveis por Sancho I nos primeiros anos do seu governo,

trabalho compilatório de fontes historiográficas. Cf. Cintra (1950: CCLXXVII-CCLXXVIII); Catalán (1962: 69, 92); Fernández-Ordóñez (1993: 251-253).

¹⁶ Naquela que é uma das mais densas páginas até agora escritas sobre esta matéria, Cintra (1951: CCCXCII-CCCXIV e n. 214) via nas afinidades de escrita entre o *De Expugnatione Scalabis*, a *Vita Theotoni* e a *Chronica Gottorum* (*Cronicon Lusitano*) o sinal identificativo de uma mesma autoria, o que dava consistência à ideia de se estar perante um projecto concertado de escrita. Ultimamente, porém, foi proposta por Nascimento (1998: 222) uma datação mais recuada para a *Vita Theotoni*, que exige a reponderação da problemática textual desta obra. Se é verdade que a ausência de referência à canonização de S. Teotónio aponta para que a redacção primitiva do texto tenha ocorrido logo após a morte do prior crúzio em 1162, há contradições insanáveis no seu interior que permanecem por explicar, nomeadamente a que diz respeito ao momento da atribuição da titulação régia a D. Afonso Henriques. Com efeito, ao longo de grande parte da obra não só essa titulação se dá por volta de 1140 (sem que haja, contudo, qualquer correlação explícita entre essa titulação e a batalha de Ourique), como são visíveis argumentos que inviabilizam a atribuição do qualificativo régio a Afonso Henriques antes desse período. Todavia, na parte final da obra indica-se de um modo reiterado que Afonso Henriques reinava já desde S. Mamede, em sintonia com o que é dito tanto no *Cronicon Lusitano* como no *De Expugnatione Scalabis*. Tendo em conta este facto, bem assim como os argumentos já adiantados por Cintra, resta-nos pensar que o texto que contém a biografia de S. Teotónio conheceu uma reformulação, cuja dimensão cumpre averiguar, no âmbito do projecto de escrita a que nos vimos referindo.

¹⁷ Na mesma época, o reino da Navarra, com o qual o reino de Portugal partilha uma similar posição de periferia relativamente aos reinos de Leão e Castela (mesmo que esses reinos possuíssem, na altura, coroas distintas), faz opções totalmente diversas no tocante à mobilização da escrita como arma de afirmação legitimatória. Com efeito, na redacção do *Liber Regum* («Libro de los lignages de los reies», designação recentemente proposta por Georges Martin ao colóquio «Historiographie royale léonaise, castillane et navarraise du XIIe siècle. 2 Le *Liber Regum*, Paris, 2009»), obra escrita em meios afectos à corte de Sancho VI e destinada a dar consistência genealógica a uma casa régia que certamente sentia residir aí a sua maior debilidade, o latim é substituído pela língua vulgar e a prosa narrativa cede o passo à construção genealógica. Sobre esta obra, ver Catalán e Andrés (1970: LIII-LIV); Martin (1992: 27-33).

constituía uma empresa suficientemente aglutinadora das forças sociais mais relevantes para retirar viabilidade ou utilidade a alguma forma específica de expressão aristocrática¹⁸.

Os desalinhamentos aristocráticos

Sabemos todavia que mesmo na fase inicial deste projecto político autonomista existiram focos de tensão e fissuras no bloco dominante encabeçado por Afonso Henriques. Um desses momentos ocorreu após o desastre de Badajoz em 1169. Em circunstâncias que não é possível compreender em toda a sua dimensão, a assunção das responsabilidades de governo por parte do futuro rei Sancho foi acompanhada do exílio de algumas figuras de topo da aristocracia, como Pero Pais da Maia, alferes régio durante vinte e dois anos¹⁹, e até de membros da família real como Fernando Afonso, filho ilegítimo do rei, que mais tarde virá a ser Grão-Mestre da Ordem de S. João do Hospital²⁰.

Singularmente, a primeira manifestação trovadoresca em galego-português terá origem num homem, João Soares de Paiva, que se contou entre esses exilados após Badajoz, conquanto a sua actividade poético-musical pouco tenha tido a ver com o que por então se ia passando no reino de Portugal. Na realidade, como procurámos mostrar noutra local²¹, o «Ora faz ost'o senhor de Navarra», único texto conhecido do primeiro dos trovadores que usaram o galego-português, compreende-se no contexto das movimentações políticas de um grupo senhorial cujos interesses se fixavam no norte e centro peninsulares – os Cameros –,

¹⁸ Uma vez mais, o recurso à comparação entre o que se passa em Portugal e noutros pontos da Península ajuda a interpretar tanto o que existe como o que está em falta. Por esta mesma altura, senão mesmo antes, circulavam na área castelhana tradições épicas que seriam mais ou menos desenvolvidas, conforme a crítica que a elas se refere possua uma sensibilidade mais ou menos «tradicionalista», que davam conta de diferendos essencialmente relacionados com o poder e a terra. Como exemplo, veja-se o *Poema de Mio Cid*, cuja redacção conhecida data de 1207, onde o dissídio entre Afonso VI e o Cid, que é também a oposição entre duas camadas da aristocracia com implantações territoriais diversas – cf. Catalán (2002: 11-31) –, terá como corolário a efêmera conquista de Valência e uma actualização de toda a conflitualidade existente entre os vários reinos e domínios do Norte cristão. É ainda de ter em conta que um dos motivos mais fecundos dos cantares jogralescos, reflectindo, a nosso ver, as expectativas dos públicos que os escutavam e lhes pagavam, era a partição dos reinos por Fernando Magno, que uma vez mais se situava no âmbito do grande tema da instabilidade na definição da terra e do respectivo poder. Na realidade, a épica castelhana medieval foi-se nutrido em grande medida da permanente inconformidade entre poderes e território, fazendo desta situação histórica o eixo articulador de um género literário. Sobre a épica castelhana ver a poderosa síntese de Catalán (2000). Um confronto entre as tendências da literatura no ocidente e no centro da Península foi já por nós ensaiado em Miranda (1998).

¹⁹ Cf. Ventura (1992, II: 991).

²⁰ Sobre a identificação desta personagem, ver Castro (1992). Este autor chama ainda a atenção para a documentação que mostra a associação de Teresa ao governo do reino ao lado do irmão, futuro Sancho I, nos anos que imediatamente se seguem ao desastre de Badajoz.

²¹ Ver Miranda (2004: 15-77).

bem à margem do reino de Portugal. Todavia, esse texto não mais é do que a ponta visível de uma actividade que representa um forte acto de afirmação de uma cultura aristocrática já bem enraizada na Europa de então, fundamentada em valores tipicamente feudo-vasalícos. O facto de os modelos literário-musicais que são próprios da poesia trovadoresca se terem difundido ao longo de cerca de uma geração em direcção aos círculos da nobreza situada mais a Ocidente, no reino de Leão e sobretudo na Galiza, significa que se haviam transformado num meio particularmente apto a exprimir a cultura aristocrática também nesta área geográfica da Península, vindo logicamente a suceder o mesmo em Portugal, sobretudo a partir do momento em que as circunstâncias o permitiram.

Na realidade, não é possível apurar qualquer presença da cultura trovadoresca em Portugal antes de 1217, ano em que Garcia Mendes de Eixo regressa do exílio em Leão a que o apoio às infantas irmãs de Afonso II o havia levado anos antes. A partir de então, o fenómeno irá difundir-se rapidamente, poucas sendo as linhagens mais relevantes que não lhe ficaram de algum modo associadas²². Mas os Sousões, a quem se deve a dianteira nesse domínio, reuniam um notável conjunto de condições para assumirem a vanguarda da afirmação de uma cultura aristocrática em Portugal, já que, se no tempo dos primeiros reis portugueses se haviam revelado uma linhagem fielmente alinhada com a política régia, nos anos iniciais do reinado de Afonso II irão passar, eles também, para o campo da dissidência e do exílio. Possuíam importância social, força política e certamente capacidade militar. O afastamento relativamente aos territórios onde detinham honras e prerrogativas senhoriais, num contexto de incerteza e de crise prolongada, criou as condições para que se dotassem de símbolos próprios de reconhecimento, entre os quais se conta o apoio directo à actividade trovadoresca²³.

As modalidades do canto trovadoresco tiveram a particularidade de usar a língua vulgar contra o domínio do latim nas formas textuais a que aludimos. Se exceptuarmos a precoce, mas efémera, utilização do galego-português em 1214 pelo rei Afonso II na

²² Para a disseminação do fenómeno trovadoresco pelas cortes senhoriais do ocidente da Península Ibérica, veja-se Oliveira (1994: 303-440; 2001b). Ron Fernández (2005) alarga o quadro já definido, integrando nele figuras como Martin Sanches, filho de Sancho I e de Maria Aires de Fornelos, de quem era vassalo o importante trovador Joan Soares Somesso.

²³ Na sua esclarecida introdução à genealogia dos Sousões, Pizarro (1999, I: 209-210) chama a atenção para o facto de esta linhagem ter sido extremamente precoce na utilização de sinais heráldicos em Portugal, bem assim como no uso de um apelido estabilizado – *de Sousa* –, sendo ainda a única, até à segunda metade do séc. XIII, a quem era atribuída uma designação condal. Todos estes elementos revelam uma especial atenção ao domínio do simbólico como veículo de consagração do poder e do prestígio. A profunda adesão à cultura trovadoresca demonstrada por Garcia Mendes, no único texto que dele se conserva, vai rigorosamente na mesma direcção. Cf. Miranda (2004: 165-177).

redacção do seu testamento elaborado nesse ano, num contexto marcado por uma crise política intensa²⁴, esta língua tornar-se-á em Portugal, durante cerca de meio século, um património exclusivo da poesia trovadoresca, com a concomitante supremacia da cultura aristocrática daí decorrente. Mais ainda, as formas e modalidades desta cultura literária e musical vieram a revelar-se tão apropriadas à expressão aristocrática em Portugal que outras tipologias textuais de algum modo relacionadas com a cultura aristocrática, embora com diferentes temáticas e formulações discursivas, acabaram por se diluir no seu seio, provocando em Portugal um panorama literário deveras unilateral mas em todo o caso perfeitamente compreensível à luz do que vimos afirmando²⁵.

Ora a cultura trovadoresca, tal como se configurou em Portugal naquela que foi já uma «segunda geração de trovadores galego-portugueses»²⁶, desconhece as noções de território e de tempo²⁷. Traduzindo preocupações e olhares voltados essencialmente para o funcionamento do grupo aristocrático donde emana, cultiva obsessivamente a temática do amor que se institui como simbolizador das tensões tanto entre sexos como entre estratos e grupos. Tal facto é perfeitamente detectável quando a própria sublimação erótico-literária é ultrapassada, dando lugar a uma referencialidade mal contida que aflora em temas como a política matrimonial ou o rapto, tão típicos dessa fase do trovadorismo português. Isto significa que a percepção do mundo é interna ao grupo aristocrático e dependente essencialmente da regularidade do seu funcionamento. Tão surpreendente autismo, apercebido pelos estudiosos como monotonia ou escassez de horizontes, apenas significa que essa cultura não faz eco de conflitualidades territoriais, nem sequer de ameaças provenientes de qualquer instituição régia que pusesse em causa a ordem aristocrática. As primeiras, como vimos, não existiam; e as segundas menos ainda, se for tido em conta que o acontecimento político central deste período – a deposição do rei Sancho II – é amplamente condicionado por um conflito cavado no seio da aristocracia que suportava o fenómeno trovadoresco²⁸. O exclusivismo da expressão trovadoresca no panorama português deste período não traduz apenas a pujança da iniciativa aristocrática em Portugal, sendo revelador de algo mais extenso e profundo, que é a hegemonia política e social dessa mesma

²⁴ Cf. Mattoso (1985a).

²⁵ Sobre o assunto, ver Miranda (1988).

²⁶ Miranda e Oliveira (1995).

²⁷ Sobre esta temática, ver Oliveira (2001a).

²⁸ Como é sabido, os ecos trovadorescos dos acontecimentos portugueses que se desenrolam em torno da guerra civil de 1245 são provenientes do círculo de trovadores e jograis afectos ao príncipe Afonso, compreendendo-se no âmbito das iniciativas de apoio ao monarca português levadas a cabo pelo futuro rei-Sábio. Sobre o assunto, ver Santos (2009).

aristocracia sobre o reino de Portugal que acompanha uma fase de intensa senhorialização e de simultâneo condicionamento da monarquia.

Se o poder sobre a terra não colocava desafios visíveis à aristocracia, também não era ainda chegado o tempo de abandonar o olhar sobre o momento presente e convocar as memórias criadoras de identidades e legitimadoras de prerrogativas. Esse olhar defensivo virá a justificar-se mais adiante, quando da corte régia surgirem amostras de incomodidade perante a extensão e intensidade do domínio aristocrático sobre o reino. Ora a historiografia é essencialmente memória, qualquer que seja a modalidade da organização discursiva que adopte. Assim, do lado aristocrático do reino de Portugal, o vazio historiográfico que a história veio a registar apenas significa que essa fase defensiva não chegara ainda e que não se justificava que os mecanismos que constroem as memórias fossem então activados no plano da escrita.

Na realidade, o que se torna surpreendente não é tanto a permanência da actividade trovadoresca em Portugal ao longo de um período tão extenso, mas o silêncio por parte de outras instâncias das quais poderiam provir testemunhos, de qualquer tipologia ou língua, do uso das potencialidades do investimento literário²⁹. Entre os finais do séc. XII e a mencionada actividade dos anos finais do reinado de Afonso III, a corte régia portuguesa não parece ter-se interessado pela produção de textos de qualquer tipo, nomeadamente de propósitos historiográficos, os mais ajustados a acompanhar os processos de afirmação de um poder monárquico. Longo e surpreendente silêncio, intimamente ligado, a nosso ver, à fragilidade política vivida pelo poder régio português ao longo de todo esse período, que viu sucederem-se invasões territoriais, um rei enfraquecido a quem sucede um filho ainda muito jovem, tudo entremeadado por várias derrotas políticas e militares que vão levando a uma guerra civil endémica, culminando numa insólita deposição régia da qual emergirá um poder assente em compromissos necessariamente debilitantes³⁰. Esta situação só virá a alterar-se na década de 1260, ou seja, já na parte final do reinado de Afonso III, altura a partir da qual os equilíbrios da escrita, acompanhando as redefinições dos equilíbrios

²⁹ Ressalve-se a continuidade da produção literária proveniente de meios monásticos ou clericais que, todavia, parece manifestar um progressivo afastamento relativamente à política régia. Um exemplo desse facto é o *Carmen Gosuini* escrito para celebrar a conquista de Alcácer – cf. Herculano (1856: 102-104) – sobre cuja proveniência não foi até agora possível apurar nada de concreto. Sobre o assunto, ver Pereira (2000).

³⁰ Para os acontecimentos do tempo de Afonso II e de Sancho II, remetemos o nosso leitor para as biografias régias elaboradas por Vilar (2005) e Fernandes (2006). Sobre a recomposição do poder régio português nos anos imediatamente posteriores à crise de 1245, ver Ventura (1992, I: 275 e seg.).

sociais e institucionais, não mais cessarão de se alterar velozmente, reformulando radicalmente o panorama até então conhecido neste domínio.

62

«Crónica» e campo historiográfico em Portugal

É frequente argumentar-se que a ausência no espaço português de verdadeiras manifestações cronísticas até ao momento em que D. Pedro, Conde de Barcelos, concretiza o projecto da sua *Crónica de Espanha* constitui como que uma menoridade endémica, devida a uma dificilmente disfarçável menoridade cultural do reino³¹. A nosso ver, não iludindo as circunstâncias políticas que atrás referimos, em si explicativas de um défice de iniciativa literária por parte da corte régia portuguesa, torna-se difícil compreender como seria possível, no séc. XII ou no seguinte, meios portugueses produzirem algo semelhante a uma «crónica», se deste género tivermos como modelo a cronística leonesa e castelhana com a sua sucessão de dinastias que se estendem ao longo de um período temporal de vários séculos. Elaborar tal tipo de texto só poderia significar a assunção do passado histórico da monarquia leonesa e a sua continuidade, o que colidiria frontalmente com o princípio autonomista que presidiu à fundação do reino ocidental.

Em Portugal, a herança astur-leonesa sempre foi convenientemente secundarizada, o mesmo não se passando relativamente aos grandes monarcas castelhanos de ascendência navarra, Fernando Magno e Afonso VI. O primeiro soube tecer importantes alianças com os infanções portugueses, substituir a dinastia dominante em Leão e concretizar campanhas militares que levaram à conquista de parte importante do reino de Portugal; ao segundo, para além da manutenção de uma idêntica linha de apoio militar ao Ocidente, sobretudo no difícil contexto da invasão almorávida, ficar-se-á a dever a paternidade daquela que primeiro se havia de chamar «rainha» em Portugal. Além disso, embora em contextos diversos, ambos os monarcas terminaram os respectivos governos com a divisão dos reinos que lhes haviam pertencido, o que se tornava auspicioso para um território onde se iam definindo claras tendências autonomistas.

Na sua parte analítica mais antiga, já o conteúdo do *Cronicon Lusitano* é revelador desta situação quando reduz os reis asturianos e leoneses a meros e descontínuos aponta-

³¹ Cintra (1951: CDXII-CDXIII); Catalán (1962: 207-213).

mentos que apenas são retidos porque de algum modo se relacionam com Portugal³², ao contrário do que sucede com Fernando Magno ou Afonso VI, sobre os quais se conservam narrativas mais desenvolvidas ou informações de tal modo preciosas que virão a ser utilizadas pelos redactores da *Estoria de España* alfonsina, como vimos atrás. Ao proceder deste modo, institui-se no melhor testemunho das razões que levaram a que a «cronística neo-isidoriana», a não ser no projecto assaz particular e extravagante de Pedro Afonso³³, nunca viesse a ter qualquer réplica em Portugal, nem por parte dos meios interessados em construir uma imagem historiográfica da realeza, nem por aqueles que interpretavam a fundação do reino à luz de pressupostos aristocráticos, como veremos adiante.

De resto, a «crónica» régia ibérica medieval, conquanto nascida em Leão e tendo conhecido alguns prolongamentos e actualizações ao longo do séc. XII³⁴, é essencialmente um produto dos grandes cronistas latinos da primeira metade do séc. XIII, a contar com uma realidade complexa que era a súbita expansão da monarquia castelhana-leonesa para sul, aumentando de uma forma notável o território sobre o qual esta exercia a soberania, mas incrementando também os problemas de gestão de uma tal diversidade de gentes, de línguas e de interesses³⁵. Ora tais preocupações são fundamentalmente alheias ao ambiente português, podendo mesmo, como pensamos que sucedeu³⁶, gerar neste reino mais desconfiança do que aproximação, o que dificultaria a criação de condições para que essa cronística, laudatória da expansão em nome da herança gótica, suscitasse algum tipo de interesse, muito menos ainda de apropriação³⁷.

Tal como já havia sucedido na produção historiográfica do reino de Portugal do séc. XII, quando, na segunda metade do séc. XIII, meios portugueses tomarem a iniciativa de redigir uma memória do reino em vulgar – a *Primeira Crónica Portuguesa*³⁸ –, fá-lo-ão

³² Para além destes apontamentos, há que chamar a atenção para as informações contidas neste escrito relativas à acção dos infanções portugueses no período posterior às invasões de Almansor. Na esteira de David (1947: 334-335), já Mattoso (1982a) indicava a provável proveniência de Santo Tirso daquelas notícias que diziam respeito aos senhores da Maia, enquanto Krus (1998) situava no Mosteiro de Grijó aquelas que se referem a membros da família patronal deste cenóbio. A terem uma origem autónoma, constituirão sem dúvida a primeira manifestação de uma escrita de raiz aristocrática no espaço que virá a ser Portugal.

³³ Sobre o modo como a história ibérica, nomeadamente a problemática do goticismo, é encarada pelo conde D. Pedro de Barcelos, ver o artigo de Maria do Rosário Ferreira constante do presente volume.

³⁴ As duas crónicas latinas imediatamente posteriores ao reinado do conquistador de Toledo – a anónima *Silense* e a crónica compilada e prosseguida pelo bispo Pelaio de Oviedo –, serão actualizadas em ambiente castelhano, no final do séc. XII, na *Crónica Najerense*.

³⁵ Sobre o sentido da cronística latina castelhana do séc. XIII, ver Martin (1992: 201-316).

³⁶ Cf. Miranda (2008).

³⁷ Sobre o goticismo na cronística leonesa e castelhana, ver nota 6.

³⁸ Moreira (2008); Mattoso (2009a).

acentuando ainda mais a descontinuidade face à herança castelhana-leonesa, ao concederem um papel quase fundacional a uma personagem oriunda de um espaço não-ibérico, o conde Henrique da Borgonha.

Deste modo, à inexistência de um espaço semântico-ideológico para a emergência de uma crónica «neo-isidoriana», tal como esta vem sendo definida, vem juntar-se, ao longo de parte importante do séc. XIII, uma acentuada fraqueza política dos meios régios portugueses. Estes dois factores concorrem para tornar inviável não apenas a concepção de um projecto cronístico promovido pela corte régia portuguesa, mas até mesmo qualquer processo de afirmação institucional por via da escrita.

De um velho livro de linhagens

Esta situação irá prolongar-se pelo menos até ao final da década de sessenta do século em questão, altura em que deverá ter sido redigida, em meios afectos à corte régia, a *Primeira Crónica Portuguesa*³⁹. Como já afirmámos noutra local⁴⁰, esse projecto cronístico deve ser lido à luz das ocorrências que então vão tendo lugar, nomeadamente as que traduzem a adopção de práticas reveladoras de uma maior consciência do exercício do poder da realeza, como a instituição do cargo de meirinho-mor ou a apropriação de legislação alfonsina propiciadora de uma prática da governação não apoiada na aristocracia⁴¹. Entre os vários conflitos abertos nesse período, interessa-nos particularmente aquele que leva Gil Martins de Riba de Vizela a abandonar o cargo de mordomo-mor que havia sido seu por cerca de onze anos, bem assim como as várias tenências que detinha no reino, para rumar a Castela, donde não virá a regressar, juntamente com o filho, Martim Gil. Com os Riba de Vizela afastam-se também de Portugal os senhores de Albuquerque e André Fernandes de Castro, sogro de Martim Gil, na sua efémera passagem pelo reino⁴²,

³⁹ A *Primeira Crónica Portuguesa* foi situada por Moreira (2008: 22) antes de 1282, altura em que é utilizada por Afonso X na composição da sua *Versão Crítica da Estoria de España*. Porém, a transcrição de vários passos constantes do fragmento do *Liber Regum* que acompanhava a crónica portuguesa já na versão inicial do projecto cronístico da *Estoria de España* (circa 1270) torna muito provável que essa crónica já existisse também pela mesma data. A este propósito ver Moreira (2009) e ainda as considerações do mesmo autor no texto publicado no presente volume.

⁴⁰ Miranda (2009b).

⁴¹ É por esta altura que se traduz o *Fuero Real* castelhano, onde é consagrada a capacidade legislativa independente do rei, naquele que pode ter sido o primeiro texto extenso e não documental redigido em português. A propósito, ver Ferreira (1987, I: 37).

⁴² Tenente de Riba Minho de 1256 a 1262, cf. Ventura (1992, II: 1006).

desfazendo-se assim um dos pilares da aliança aristocrática em que Afonso III baseara o seu governo até então⁴³.

Esta conjuntura reúne, a nosso ver, as condições que propiciaram a redacção da *Primeira Crónica Portuguesa*, acto pelo qual a corte régia portuguesa punha fim a um silêncio de décadas. Na realidade, por muita que tenha sido a deferência para com a nobreza de infanções revelada por esse texto cronístico – deferência magnificamente representada na figura de Soeiro Mendes que auxilia o jovem Afonso Henriques na decisiva batalha contra a mãe –, toda a sua trama narrativa acentua um perfil de independência da dinastia régia quer relativamente à sua ascendência enquanto ramo da dinastia castelhana-leonesa, quer face aos restantes grupos e instituições que colaboraram na empresa política e guerreira de então. É à dinastia régia que a crónica atribui, por inteiro, a «conquista» do reino de Portugal.

Proferida num momento de acesa disputa como terá sido o vivido ao longo da década de sessenta, tal declaração pode bem ter levado os Riba de Vizela, a linhagem portuguesa mais ligada aos grupos aristocráticos castelhanos, a socorrer-se de meios argumentativos e representativos que a poesia trovadoresca não estava já em posição de oferecer. E assim, com toda a probabilidade, terá nascido o *Livro Velho de Linhagens*, marco de extrema importância na alteração do perfil da cultura aristocrática em Portugal e o segundo investimento historiográfico de algum vulto realizado em língua vulgar do Ocidente peninsular num relativamente curto espaço de tempo⁴⁴. Na linha do que já sucedia com a pequena crónica régia, também aqui a aristocracia inaugurava o seu pronunciamento no capítulo da definição da terra que reclamava como sua e da legitimidade do seu comando, socorrendo-se para isso da sua representação da memória.

Aparentemente muito afastados na sua tipologia de escrita, o texto régio e o aristocrático terão tido todavia mais pontos de contacto do que é visível à primeira vista, já que ambos decorrem, embora de formas completamente distintas, do *Liber Regum*, compêndio genealógico composto na Navarra nos finais do séc. XII⁴⁵ cuja fortuna em Portugal se veio a revelar surpreendente⁴⁶. Na realidade, investigação recente⁴⁷ tem vindo a acumular argumentos no sentido de afirmar que a *Primeira Crónica Portuguesa* não começava, na sua forma originária, com a vinda de D. Henrique à Península, mas um pouco mais atrás,

⁴³ Sobre o sentido dos acontecimentos vividos em Portugal nesta altura, veja-se a síntese de Mattoso (2009b).

⁴⁴ Para uma diferente contextualização da elaboração do *Livro Velho de Linhagens*, fundamentada numa cronologia um pouca mais adiantada, ver Krus (1994: 197-208).

⁴⁵ Sobre o *Liber Regum*, ver a nota 17.

⁴⁶ Para o *Liber Regum* em Portugal, consultar Cintra (1950a) e (1950b); Miranda (2010).

⁴⁷ Ver Moreira (2008) e ainda o artigo do mesmo autor publicado no presente volume.

com uma relato genealógico que sumariava a dinastia astur-leonesa desde a sua fundação com Peláio até Afonso VI, o conquistador de Toledo, baseado no *Liber Regum*⁴⁸. Porém a partir daí o texto evolui para uma escrita narrativa de pauta épica, embora devidamente entremeada com outras formas discursivas, em alguns casos analíticas ou enumerativas, num conjunto de natureza cronística. Ou seja, conquanto tendo como ponto de partida um texto genealógico, que lhe serve de introdução, depressa se afasta dessa modalidade de discurso para adoptar uma outra de maior eficácia perante uma potencial audiência colectiva, sobretudo quando associada ao uso da língua comum.

O *Livro Velho de Linhagens* adopta do *Liber Regum* a mesma estrutura organizativa, em que o sintagma genealógico predomina sobre as formas analíticas ou narrativas, utilizando em alguns pontos a mesma terminologia e expressões expositivas muito idênticas⁴⁹. Apesar disso, aproxima-se de novo da *Primeira Crónica Portuguesa* ao conceder um espaço quase autónomo à narração extensa, com a conhecida *Lenda de Gaia*, num trecho sem paralelo no livro navarro. Para a sua elaboração, cuja redacção primitiva terá ocorrido por volta de 1270⁵⁰, o linhagista não contou apenas com informação genealógica proveniente do espaço português. Uma observação atenta revela que, para além do *Liber Regum* e de uma versão do **Conto de Salomão* com base no qual concebeu a *Lenda de Gaia*⁵¹, se socorreu ainda de anais de matéria castelhana⁵² e de uma narrativa épica em língua vulgar, certamente versificada, na qual uma das personagens centrais era o rei Fernando Magno.

Isto significa que a preocupação do seu redactor não foi apenas documental, como muitas vezes se assume, mas que contemplou alguns investimentos numa mais cuidada representação do passado, o que se torna particularmente visível no prólogo e nas partes iniciais dos dois títulos que actualmente o compõem. Nada de surpreendente, tendo em conta que o prólogo enuncia os propósitos da obra e as referidas partes enumeram a fundação e a fase inicial das linhagens a que se referem, Sousa e Maia, onde se concentram informações cruciais sobre a respectiva identidade histórica.

⁴⁸ Foi com esta forma que Cristóvão Rodrigues Acenheiro o conheceu no início do séc. XVI, levando Catalán (1962: 207-288) a identificá-lo como *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*.

⁴⁹ Sobre estes aspectos, ver Miranda (2009c).

⁵⁰ A datação desta obra foi fixada por Veiga (1943), e posteriormente acolhida por Cintra (1951) e Catalán (1962) e (1970), a partir da cronologia das personagens mais recentes nela mencionadas. Embora uma datação ligeiramente menos recuada tenha sido proposta por Mattoso (1980b), e posteriormente aceite por Krus (1994), com fundamento em breves alusões a eventos ocorridos depois de 1285, o mesmo autor Mattoso (1999) veio a considerar que o livro teria tido duas fases de redacção, sendo de conservar para a primeira, aquela sobre a qual incidem as nossas observações, a datação já anteriormente proposta.

⁵¹ Miranda (1988); (Ferreira, 1998); Ramos (2004).

⁵² Miranda (no prelo).

Todavia, considerada a natureza de cada uma, essas fontes tão díspares na tipologia – um escrito genealógico em língua vulgar, uma relação analística em latim, e um animado conjunto narrativo de novo em vulgar – têm origem castelhana e contam-se entre aquelas que foram também usadas em textos marcantes da construção da identidade mítica daquele território ibérico. Na realidade, os Juízes de Castela, donde descendem quer os condes autonomistas, quer o Cid Rui Diaz, são peças centrais da construção do *Liber Regum*; os mencionados anais identificam os fundadores de Burgos e de Amaia; e o primeiro monarca castelhano, aquele que unificou Castela e o reino de Leão, do qual os condados do Ocidente eram parte integrante, é celebrado nos poemas épicos conhecidos e utilizados pela cronística alfonsina e pós-alfonsina aos quais o redactor do *Livro Velho* teve acesso.

A ponderação do uso destas fontes adquire particular significado se efectuada à luz das conhecidas alegações do Prólogo segundo as quais a conquista do reino de Portugal ao mouro se ficara a dever à acção das cinco linhagens, omitindo-se totalmente qualquer referência ao concurso da monarquia portuguesa nesse processo. De facto, na sua perspectiva política e ideológica, a um evidente afastamento da nobreza portuguesa, em nome da qual falava, relativamente à dinastia reinante em Portugal devia corresponder uma deliberada e notória aproximação aos poderes que se haviam afirmado no centro da Península. Deste modo, o genealogista aumentava o raio territorial da acção das linhagens envolvidas bem para além dos limites do reino e adicionava-lhes o prestígio proveniente de alianças matrimoniais com poderosas dinastias régias ou grupos aristocráticos de toda a Península⁵³.

Ainda assim, é necessário detectar diferentes estratégias seguidas no livro relativamente a cada uma das mais importantes linhagens nele consagradas. Enquanto para os da Maia, na condição de linhagem mais antiga, mas também já extinta por linha masculina, se procurava uma origem remota num rei Ramiro anterior à fundação de Leão ao qual a historiografia atribuía a vitória na batalha de Clavijo, complementando essa origem com sucessivas alianças matrimoniais asturianas e biscainhas, aos de Sousa, linhagem não só ainda activa, mas sem dúvida a mais importante do reino para além da linhagem régia, as preferências do genealogista iam, num período primordial, para alianças matrimoniais castelhanas, nas figuras de Don Diego, povoador de Burgos, e sobretudo de Fernando Magno, por meio de um seu hipotético filho bastardo, figura que, à falta de realidade histórica, teve uma fortuna importante nos mencionados poemas épicos.

⁵³ Miranda (2009c).

Em ambos os casos, a busca de uma legitimidade que provém do centro da Península é evidente, com especial relevo para uma orientação que vai ao encontro da mitologia histórica castelhana. Em contraponto, as ligações ao antigo mundo leonês são subtilmente desviadas ou até rasuradas⁵⁴, o mesmo se passando no tocante à casa real portuguesa, sobre a qual se proferem palavras azedas ou se faz puro silêncio⁵⁵.

Uma *Crónica de Castela* traduzida

Cerca de uma geração depois, numa iniciativa que tem tanto de pioneiro quanto de surpreendente, é traduzida para galego-português a *Crónica de Castela*. Esta crónica é uma peça especial no contexto da cronística em vulgar dos finais do séc. XIII. Considerada por Diego Catalán «la más interessada en el estamento nobiliario, la menos afín a la jerarquía eclesiástica y la menos dependente de la corona entre nuestras historias anteriores al siglo XV⁵⁶», arranca contudo do esforço alfonsino, ou seja, dos materiais reunidos no *scriptorium* de Afonso X tendo em vista a concretização da redacção da *Estoria de España*. Será pouco posterior à *Versão Amplificada* escrita em 1289 na corte de Sancho IV e com esta versão partilha um ascendente comum, embora na parte referente à história mais recente, da morte de Afonso VI em diante, esse parentesco se transfira para a *Versão Crítica da Estória de España*, a última das versões elaboradas debaixo do controle directo do Rei-Sábio⁵⁷.

A *Crónica de Castela* é concebida, portanto, em meios situados perto da corte régia mas com uma enorme abertura ao mundo da nobreza. Na realidade, ao contrário do que sucedia com a cronística alfonsina, que combinava de uma forma equilibrada tradições historiográficas leonesas e castelhanas, a *Crónica de Castela* oferece uma perspectiva castelhanizante da história peninsular. Um dos elementos centrais dessa perspectiva é o manifesto desinteresse

⁵⁴ Em Miranda (no prelo) procurámos mostrar que, na *Lenda de Gaia*, a estratégia de afastamento relativamente à dinastia leonesa consiste na oposição entre o filho primogénito de Ramiro I, Ordonho I, que se desprestigia por condenar à morte a própria mãe, e o filho mais novo do vencedor de Clavijo, Alboazar, que continua a linhagem do pai em Portugal. Esse mecanismo narrativo era de tal modo actuante à época que virá a ser recuperado e ampliado pelo Conde D. Pedro no seu *Livro de Linhagens* para servir de fundamento a uma versão totalmente inovadora da lenda dos Juizes de Castela. Sobre esta temática, ver Ferreira (2010).

⁵⁵ Referimo-nos naturalmente ao conhecido apontamento narrativo transmitido pelo LV, ed. Mattoso e Piel (1980: 27-28,1M7), em que Afonso Henriques e D. Mendo, o Sousão, se afrontam com evidente desprestígio para o rei.

⁵⁶ Catalán (2002: 227).

⁵⁷ Cf. Catalán (1962: 17-204); Campa (2000).

pela dinastia leonesa, que em várias ocasiões se dá por extinta, sucedendo precisamente o contrário com a ascendência que remonta de Fernando Magno aos condes de Castela e à realeza navarra. Essa ascendência condal castelhana é, todavia, transposta para a prosa cronística a partir do texto de um cantar épico a que já atrás aludimos, actualmente conhecido pela versão tardia designada *Mocedades de Rodrigo*, cujo início, centrado na lenda dos Juízes de Castela, segue as linhas genealógicas inauguradas pelo *Liber Regum*⁵⁸.

Condes de Castela e linhagem de Rodrigo Diaz de Bivar formam assim as duas linhas genealógicas que vêm confluir na narrativa desta crónica castelhana. As suas primeiras páginas narram extensamente episódios onde sobressai o extraordinário par formado pelo rei Fernando e pelo jovem Rui Diaz, numa cavaleiresca disputa de funções entre o rei e o cavaleiro onde facilmente se reconhece o fundamental da pauta ideológica aristocrática nos finais do séc. XIII⁵⁹.

Tendo em atenção as alusões à deposição de Sancho II que contém, a *Crónica de Castela*, no seu original, conhece ainda materiais provenientes de Portugal, provavelmente a *Primeira Crónica Portuguesa* que fora já usada por Afonso X na *Versão Crítica da Estória de España*⁶⁰. Interessa ainda directamente ao reino do Ocidente da Península por outros motivos. Tanto a cronística anterior, latina ou vulgar, cujo texto retoma, como as *Mocedades de Rodrigo*, que lhe servem de fonte complementar para a parte inicial, são pródigas em afirmar que Fernando Magno é o conquistador de Coimbra e de todo o reino de Portugal situado entre o Douro e o Mondego⁶¹.

Todavia, as razões que ditaram que uma crónica tão centrada na percepção castelhana da Península obtivesse o favor de uma tradução galego-portuguesa executada entre 1295 e 1312 não parecem ter sido apenas essas. A aclimação da *Crónica de Castela* em ambiente galego-português só se compreende se tiver existido um núcleo aristocrático no Ocidente peninsular que perfilhava ideias legitimatórias semelhantes às que haviam já sido expressas anos atrás no *Livro Velho de Linhagens*, e ainda que esse grupo tenha tido uma convergên-

⁵⁸ É no início desta crónica que encontramos a versão mais radical da descontinuidade dinástica asturiana que conhecemos, cujo modelo é contudo o que se encontra já nas *Mocedades de Rodrigo*: «quando finou el rey dó Pelayo, o Mótesião, ficou o rreyno de Castela sen rey. Et fizerô y dous alcalles[...]» ed. Lorenzo (1975, I: 308). No entanto, segundo Martin (1992: 456), as *Mocedades* recolhem toda a matéria referente aos Juízes de Castela e sua posteridade, bem como as equívocas menções aos reis navarros («Sancho Abarca») não directamente do *Liber Regum*, mas sim do *Poema de Fernán González*.

⁵⁹ Cf. Martin (1992: 503-519).

⁶⁰ Cf. Moreira (no prelo).

⁶¹ Foi já avançada, por Montaner (1988), a ideia de que teria existido uma parte deste cantar épico, entretanto perdida, onde a campanha militar em «Portugal, essa tierra jensor» apresentava uma dimensão mais ampla do que o poema actualmente conhecido ou a crónica transmitem .

cia com os meios aristocráticos castelhanos situados próximo da corte régia, responsáveis pela produção daquela crónica.

70

Elementos de recepção da *Crónica de Castela*: A2a e A2d

A tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* existente (normalmente designada pela sigla A2⁶²) foi ainda acompanhada por dois textos importantes para compreender o ambiente em que se veio a ancorar. Um deles destinou-se a fornecer a continuação a uma narrativa que terminava com a morte de Afonso IX e a unificação das coroas castelhana e leonesa em 1230 com Fernando III. Na realidade, em pouco mais de um fólio, esta versão conclui-se com uma breve súplica do restante período de governo de Fernando III, da totalidade do reinado de Afonso X e ainda de Sancho IV. Transitando de uma forma flagrante da ideologia legitimatória decorrente da própria crónica para as suas consequências políticas, esse breve texto, específico da tradução galego-portuguesa, mostra-se de grande dureza para com a política de Afonso X, sobretudo no tocante ao confronto com os nobres que marcou o final do reinado do rei Sábio e aos conflitos que ditaram a sua deposição de facto⁶³:

Et este rrey dom Afonso britou os foros aos poboos et deytouilles muytos peytos et muytos pedidos ena tera et bateu moedas de muytas guisas [...] Et o papa soube en verdade do arçobispo de Sanctiago don Gonçalvo Gomes et do Bispo dom Martiño de Leó em como desaforaua seus poboos et nó lle quiso dar o imperadgo [...] E depoyos este rrey dom Afonso moueu-se para fazer hũ grande agrauamento a seus poboos, que quen ouuesse valia de dos marcos de prata que lle dese uno; et os poboos teuerõse ende por muyto agrauados et alcarõse todos cono jnfante don Sancho, seu fillo, et guerrearõ con el dous anos; et elle foy exardado dos rreynos estes dous anos, saluo Sevilla en que ficou com algũos poucos castelos⁶⁴.

Seguindo uma lógica compreensível, dos meios da nobreza portuguesa que anos antes tinham revelado, no *Livro Velho de Linhagens*, uma manifesta hostilidade à monarquia que os governava intra-muros, emanava agora uma nova geração que mantinha a mesma atitude, mas desta vez para com o monarca que, no reino unificado de Leão e Castela,

⁶² Para o que se segue, ver Miranda (2008a).

⁶³ Ver Alfonso (2002).

⁶⁴ A2d, ed. Lorenzo (1975: 899).

mais se destacara na oposição às pretensões senhoriais. Decididamente, a realeza, qualquer que ela fosse, desde que decidida a seguir uma política de supremacia face à aristocracia, era uma instituição com a qual estes meios conviviam mal...

A versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela* presente em A teve ainda a precedê-la um texto que, apesar da sua reduzida dimensão e aparente irrelevância literária, se reveste de uma importância singular. Na realidade, tal como tivemos já oportunidade de defender, a *Crónica de Castela*, na sua origem, não se destinou a constituir uma parte de um todo, ao contrário do que a sua posterior utilização pelo Conde de Barcelos e pela *Crónica de 1404*⁶⁵ pode dar a entender, visto que contém em si os elementos informativos suficientes para que não seja necessário explicar os seus antecedentes. Todavia, a ser-lhe aposta uma introdução, dificilmente esse texto poderia afastar-se muito da construção genealógico-legitimatória do *Liber Regum*, a única que veiculava uma alternativa consistente e castelhanizante à tradicional construção cronística leonesa.

É isso que vai suceder em A2a⁶⁶, tendo o redactor galego-português interpretado com uma extraordinária coerência os princípios em que se fundamentava a crónica que se propunha introduzir. E na realização deste propósito torna-se particularmente significativo que tanto as fontes a que vai recorrer como a fixação dos momentos e personagens que dão corpo a esse passado, onde o mito e a História se confundem, sejam em alguma medida os mesmos que haviam já sido seleccionados para compor partes nevrálgicas do *Livro Velho de Linhagens*. É necessário, todavia, ter em conta tanto as aproximações como as diferenças entre estes dois textos, em ordem a avaliar o respectivo significado. Enquanto no *Livro Velho de Linhagens* (LV) apenas se detecta o conhecimento do *Liber Regum* (LR) em algumas referências e evocações localizadas, em A2a este compêndio genealógico navarro é literalmente transcrito numa porção importante, desde a vinda dos Godos à Península até à ruptura dinástica do tempo de Afonso II.

Também o redactor de A2a, à semelhança do que ocorrera com o de LV, investiu fortemente na figura do rei Ramiro. Desta vez, porém, não se alude a esse Ramiro como cabeça de uma qualquer linhagem de infanções, mas como o rei que protagonizou a ruptura com o poder muçulmano, recusando-se a pagar o tributo das cem donzelas. Num breve episódio, indica-se que, chamado à batalha em Clavijo, Ramiro vê a vitória sorrir-lhe pela

⁶⁵ Cf. Catalán (1995).

⁶⁶ O texto pode ler-se em Lorenzo (1975: 900-903). Para o que se segue remetemos o leitor para Miranda (2009a).

aparição de Santiago em forma de cavaleiro branco, após o que retribuirá essa ajuda com a concessão dos famosos «votos»:

72

Apus este rreynou dom Rramiro que pobrou Leom et lidou cónos mouros daalẽ mar e daaquẽ mar por parias que os cristaos dauã aos mouros, C mjinjas et uirgens, as L de nobles et as L de popullares. Ëna primeyra lide fforon vençudos os cristãos e acollerõse a huã mota. Et allj lles apareçeo o apostolo Ssantiago a el rrey e dissolles que en outro dia, como quer que fossen poucos, que lidassem cónos mouros et que el pareceria y muy fforte caualleyro et que u[ẽ]ceriã. Et en outro dia lidarõ cô eles et matarõ ende LXX uezes mjl et fforon os mouros v[ẽ]çudos et ffillarõ os cristãos Callaforra. Entõ derõ os vodos a Ssantiago [...] ⁶⁷.

Neste ponto, torna-se também patente a utilização directa, embora de uma forma resumida, do texto do *Privilegio de los votos a Santiago*, enquanto no LV a dádiva do rei Ordonho a Santiago como retribuição dos favores recebidos – os «votos», afinal – se confinara a uma breve alusão, reveladora de um conhecimento indirecto de tal fonte ⁶⁸.

Embora LV e A2a sigam rumos divergentes na manipulação da figura do rei Ramiro, convergem em alguns pontos, dando a entender que há uma real proximidade entre estas duas iniciativas de escrita. A maior das convergências residirá mesmo na inserção de Ramiro I e do seu filho Ordonho num esquema sucessório herdado do *Liber Regum* que definitivamente não a comportaria, já que esta obra indica que a linhagem asturiana foi descontinuada a partir de Afonso II, o Casto. Essa singularidade não histórica tem sido vista como um inexplicável lapso ⁶⁹, e assim terá de ser interpretada caso não se tenha em conta o que tal anomalia pode significar no contexto literário português. Num estudo recente ⁷⁰, tivemos a oportunidade de defender a plena intencionalidade da inclusão de Ramiro I e do seu filho Ordonho neste texto como evocação da construção mítica realizada em torno destas personagens no *Livro Velho de Linhagens*.

A2a e o *Livro Velho* recorrem ainda a anais de matéria castelhana donde são provenientes as alusões aos próceres D. Diego de Burgos e D. Rodrigo de Amaia (este apenas em A2a), e ainda algumas das acções protagonizadas quer por Ramiro, quer pelo seu filho Ordonho, nomeadamente o «povoamento» da «vila de Leom», que em A2a é atribuído ao primeiro.

⁶⁷ Lorenzo (1975: 902).

⁶⁸ LV, ed. Mattoso e Piel (1980: 50, 2A2).

⁶⁹ Cf. Cintra (1950b); Catalán (1962: 307).

⁷⁰ Miranda (no prelo).

Por último, a gesta das *Mocedades de Rodrigo*, na versão conhecida no séc. XIII, é evocada tanto na parte final de A2a – o filho de Sancho Garcês é Sancho, de acordo com aquele poema, e não o Infante Garcia de que fala a historiografia⁷¹ – como no *Livro Velho de Linhagens*, quando menciona em lugar de destaque o filho de Fernando Magno, «par d'emperador». Esta pode constituir em absoluto *a mais antiga menção conhecida* quer ao epíteto do rei castelhano, quer à personagem do seu filho bastardo⁷².

É mais amplo o leque de fontes pertencentes ao «campo historiográfico» utilizado por A2a do que pelo *Livro Velho de Linhagens*. Contudo, a base estrutural é a mesma porque se trata das fontes sistematicamente utilizadas ao longo do séc. XIII para fazer e refazer o passado mítico castelhano. Que seja possível rastreá-las no Ocidente peninsular, sobretudo em Portugal, é bem revelador do perfil identitário daquela porção da nobreza galego-portuguesa onde esses textos circulavam e donde saíram as iniciativas linhagísticas e historiográficas a que nos vimos referindo⁷³.

Uma nova iniciativa genealógica: o *Livro do Deão*

A retoma da iniciativa genealógica sob a forma de um novo livro de linhagens não se fará sem que tenham decorrido algumas décadas mais⁷⁴, com a redacção do chamado *Livro do Deão*. Trata-se do menos conhecido dos livros genealógicos medievais portugueses por aparentemente ser aquele que menor investimento faz em processos de construção simbólica,

⁷¹ Cf. Lorenzo (1975: 903).

⁷² «Dom Munio Fernandes de Touro filho de El Rey D. Fernando que *foy par* demperador». Seguimos aqui a lição do Ms. 47.XIII.10 da Biblioteca do Palácio da Ajuda, fol. 33r corrigindo *par* em *par*.

⁷³ Embora não tenhamos elementos objectivos que apontem neste ou em qualquer outro sentido, tendo em conta as observações que já fizemos em Miranda (2009a e no prelo), estes textos podem bem ter sido elaborados em meios afectos a Martin Gil de Riba de Vizela (ou «de Sousa»), segundo Conde de Barcelos, na derradeira fase da sua vida. Para além de esta personagem ter tido relações familiares e políticas intensas com meios castelhanos, sendo em Castela que termina os seus dias, a utilização da figura do Rei Ramiro de Clavijo nesta obra, em consonância com o *Livro Velho de Linhagens*, pode bem funcionar como um sinal para-heráldico de identificação do grupo familiar que, embora em gerações diferentes, patrocina ambos os textos.

⁷⁴ Certamente pela mesma época em que tem lugar a redacção da versão galego-portuguesa da *Crónica de Castela*, é traduzida também, desta vez a partir do árabe, a chamada *Crónica do Mouro Rasis*. Tal como se torna perceptível tanto pela tradição manuscrita da obra como pelas abundantes informações indirectas conservadas que lhe dizem respeito, trata-se de uma iniciativa da corte de D. Dinis, por muito que na sua redacção tenha estado envolvido Gil Peres, o capelão de Per'Eanes de Portel. Não encontramos nessa obra o suporte para nenhuma construção do passado com um sentido semelhante ao das obras a que nos vimos a referir, e temos dificuldade em compreender o alcance e a configuração do projecto aristocrático dos Aboim-Portel que nela transpareceria, como pretende Rei (2005). Podendo ser lida como uma História da Espanha alternativa à versão leonesa, a sua tradução pode ter tido como propósito aumentar o caudal já iniciado pela *Primeira Crónica Portuguesa*, tal como foi sugerido por Moreira (2008: 95-97). Mas o tema é ainda demasiado incerto para que seja possível ir mais além.

não faltando quem apenas veja nele um mero documento. Na realidade, lido o seu prólogo unilateralmente pode bem parecer que assim é, sobretudo porque são aí alegadas razões de natureza eminentemente prática para a sua confecção⁷⁵. Além disso, a expansão da matéria genealógica com grande generosidade, não se limitando a duas grandes linhagens e respectivas ramificações e esquemas de aliança, também parece ir nesse sentido. Mas, vendo mais de perto, outras pistas de leitura podem facilmente ser encontradas, levando a pensar que se trata de um livro que de algum modo reage contra os vários implícitos daquele que fora patrocinado pelos Riba de Vizela algumas dezenas de anos antes.

O *Livro do Deão* é uma obra genealógica em que a primazia é toda ela concedida aos Sousaes que encabeçam a matéria com cinco títulos, alguns dos quais dedicados a linhas originariamente femininas, contra apenas dois títulos dos da Maia, sendo que um deles tem início com o dissídio interno pelo qual Soeiro Mendes da Maia não teria acolhido o irmão, Gonçalo Mendes, no couto de Santo Tirso⁷⁶. A reposição de alguma matéria ausente do *Livro Velho* permite ao genealogista fazer o elemento de referência⁷⁷ da linhagem dos de Sousa «consograr» com os da Maia na geração anterior à de Soeiro Mendes, conferindo-lhe assim uma maior antiguidade nos primórdios da fundação do reino. Por virtude da emergência do seu irmão Gonçalo Mendes, Soeiro Mendes deixa também de ser o elemento de referência para os da Maia, recuando essa função para Gonçalo Trastamires da Maia.

Estas operações são acompanhadas de outras que as complementam, como seja o desaparecimento da fase arcaica de ambas as linhagens. Todavia, no caso dos senhores da Maia, o que se omite é um prestigiante e fundacional passado, cujo sentido já atrás mencionámos; no caso dos de Sousa, essa omissão terá incidido tanto sobre as hipotéticas alianças matrimoniais castelhanas a que nos referimos, como sobre a não menos hipotética hostilidade para com Afonso Henriques e para com o avô deste, o conquistador de Toledo. O linhagista não quis atribuir a nenhuma linhagem portuguesa uma origem ou dependência que a remetesse para fora do espaço português sob a tutela benéfica de Afonso VI⁷⁸, no tempo do qual, e sob o beneplácito do qual, se terá originado toda a nobreza portuguesa:

⁷⁵ «[...] deste livro se pode seguir muita prol e arredar muito dano ca muitos vem de bom linhagem e non no sabem eles, nem no sabem os reis, nem no sabem os grandes homens [...]». Prólogo, §§1-2, LD, ed. Mattoso e Piel (1980: 61).

⁷⁶ Cf. LD, ed. Mattoso e Piel (1980: 125, 7A1).

⁷⁷ O elemento a partir do qual se dá a divisão da linhagem em ramos femininos e secundários para além do ramo principal. Cf. Miranda (2009c).

⁷⁸ ... embora o casamento de Egas Gomes de Sousa com uma filha de Gonçalo Trastamires da Maia tenha levado a que a linhagem da Maia tivesse início com esta personagem, historicamente anterior ao governo de Afonso VI.

[...] delo tempo del rei dom Afonso, o que ganhou Toledo, acá foram feitos os mais dos mosteiros e das igrejas e dos coutos e das honras. Ca em tempo deste rei que reinou longamente foram muitos ricos homens e infanções que ora poremos por padroens onde descendem os filhos d'algo⁷⁹.

Uma vez que é também em Afonso VI que tem origem a monarquia portuguesa – e aqui o livro retoma um dos mais antigos dos critérios legitimatórios do reino no seu todo, como vimos no início do presente estudo⁸⁰ –, segue-se que nobreza e monarquia se encontram irmanadas numa unidade fundamental.

Mais do que contribuir para identificar o «deão» para quem o livro foi escrito certamente por volta de 1340⁸¹, resulta desta breve apreciação que o segundo dos livros genealógicos feitos em Portugal se afasta decisivamente dos princípios que subjazem à redacção das obras atrás mencionadas, revelando alheamento relativamente às tradições da Maia e à sua orientação peninsular ao mesmo tempo que limpa as máculas castelhanas atribuídas no *Livro Velho* aos Sousa, cuja memória preserva com mais afinco. Assim, deve ter tido origem certamente em meios próximos da corte régia portuguesa, em todo o caso desligados da realidade ibérica.

É também sintomático que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, redigido pouco depois com pleno conhecimento do *Livro do Deão*, vá retomar muitas das partes do *Livro Velho* que este havia abandonado, fazendo-o embora em obediência a lógicas completamente inovadoras e apenas compreensíveis no âmbito global do projecto de escrita do filho bastardo do rei D. Dinis.

⁷⁹ Prólogo do LD, ed. Mattoso e Piel (1980: 3).

⁸⁰ «[Egas Moniz] fez senhor do reino o criado, a pesar da madre, a rainha dona Teresa, *de cuja parte o reino vinha*», LD, ed. Mattoso e Piel (1980: 131, 9A2).

⁸¹ Cf. Veiga (1943); Mattoso e Piel (1980: 15-18).

Bibliografía:

76

- Alfonso, Isabel (2002). «*Desheredamiento y desafuero*, o la pretendida justificación de una revuelta nobiliaria». *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispanique Médiévale*, 26, pp. 99-129.
- Bautista, Francisco (2009). «Genealogía y leyenda». *e-Spania*, 7 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/index18086.html>. [Consultado a 20/11/2009].
- Branco, Maria João (2001). «A Conquista de Lisboa na Estratégia de um Poder que se Consolida». In *Nascimento* (2001), pp. 9-51.
- Brandão, Frei António (1632). *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, Lisboa: Pedro Craesbeck (reimp. Lisboa: INCM, 2008). [*Indiculum foundationis Monasterii Sancti Vicentii* (ed.), pp. 291-294. *De Expugnatione Scabalis* (ed.), pp. 289-191].
- Blöcker-Walter, Monica (1966). *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeiten*. Zürich: Fretz und Wasmuth Verlag. [*Annales Domni Alfonsi Regis* (ed.), pp. 151-161].
- Campa, Mariano de la (2000). «Las versiones alfonsíes de la *Estoria de España*». In Fernández-Ordóñez (2000), pp. 83-106.
- Catalán, Diego (1962). *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos.
- (1995). «La expansión al occidente de la Península Ibérica del modelo historiográfico “Estoria de España” – Nuevas precisiones». In *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*, Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (orgs.), pp. 521-535. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2000). *La épica española. Nueva documentación y nueva evaluación*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- (2002). *El Cid en la historia y sus inventores*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- Catalán, Diego e Maria Soledad de Andrés (1970). *Edición Crítica del Texto Español de la Cronica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos
- Castro, José Ariel de (1992). «Afonso de Portugal, 11º Grão-Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, e o Século XII Português». In *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, pp. 819-857. Coimbra.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1950a). «O *Liber Regum* e outras fontes do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro». *Boletim de Filologia*, 11(2), pp. 224-251.
- (1950b). «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*». *Bulletin Hispanique*, 52, pp. 27-40.
- (1951). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cooper, Louis (1960). *El Liber Regum. Estudio lingüístico*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».

- David, Pierre (1947). *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora.
- Falque, Emma (2002). «El llamado *Privilegio de los votos*, fuente del *Chronicon mundi* de Lucas de Tuy». *Habis*, 33, pp. 573-577.
- Falque, Emma, Juan Gil e Antonio Maya (1990). *Chronica Hispana Saeculi XII* (ediderunt). Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis, 71. Turnhout: Brepols. [*Chronica Adefonsi Imperatoris* (ed.), pp. 149-248].
- Fernandes, Hermenegildo (2006). *D. Sancho II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fernández-Ordóñez, Inés (1993). *Versión crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid.
- (2000). *Alfonso X el sabio y las crónicas de España* (org.). Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Fernández Valverde, Juan (1987). *Roderici Ximenii de Rada de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica* (cura et studio). Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis, 72. Turnhout: Brepols.
- Ferreira, José de Azevedo (1987). *Afonso X. Foro Real*. 2 voll., Lisboa: INIC.
- Ferreira, Maria do Rosário (1998). «Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha». In *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As Relações de Fronteira no Século de Alcañices. Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – História*, II série, 15, pp. 1567-1579.
- (2010). «O Liber Regum e a representação aristocrática da Espanha na obra do conde D. Pedro de Barcelos». *e-Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19675>. [Consultado a 2/07/2010].
- Guincho, Maria dos Anjos (2001). «A funcionalidade do Relato da Conquista de Santarém na construção da imagem de Afonso Henriques». In *Actas do 6º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Rio de Janeiro: n. pub. [CD-rom].
- Herculano, Alexandre (1856). *Portugaliae Monumenta Historica Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências, vol. I [*De Expugnatione Scalabis* (ed.), pp. 93-95. *Carmen Gosuini* (ed.), pp. 102-104].
- Krus, Luís (1994). *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*. Redondo: Patrimonia.
- (1998). *Lição de Síntese para Provas de Agregação* (apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado).
- Le Morvan, Gaël (2009). «La *Chronica naiarensis*: d'un néo-gothisme astur-léonais à un néo-gothisme castillan». *e-Spania*, 7. URL: <http://e-spania.revues.org/index18028.html>. [Consultado a 20/11/2009].
- Lorenzo, Ramón (1975). *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla* (ed. crítica anotada, con introducion, índice onomástico y glosário), vol. I. Orense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijóo» [ed. texto introdutorio (A2a), pp. 900-903; ed. tradução galego-portuguesa da *Crónica de Castela* (A2b), pp. 305-794; ed. epílogo (A2d), pp. 898-900].
- Maravall, José Antonio (1997). *El concepto de España en la Edad Media* (4ª ed.). Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

- Martin, Georges (1984). «La chute du royaume visigothique d'Espagne dans l'historiographie chrétienne des VIIIe et IXe siècles». *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 9, pp. 207-233.
- (1992). *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*. Paris: Klincksieck.
- Mattoso, José (1980). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- (1981). *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Estampa.
- (1982a). «O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa». In *Religião e Cultura da Idade Média Portuguesa*, pp. 481-509. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1982b). *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimaraes & C.^a Editores.
- (1985a) «A crise de 1245». In *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, pp. 57-75. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1985b). «A Primeira Tarde Portuguesa». In *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, pp. 11-35. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1999). «A transmissão textual dos livros de linhagens». In *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, pp. 565-584. Lisboa: Edições Cosmos.
- (2006). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2009a). «A Primeira Crónica Portuguesa». *Medievalista on line*, 6. URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>. [Consultado a 15/11/2009].
- (2009b). «O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política». In *Naquele Tempo. Ensaios de história medieval*, pp. 515-546. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, José e Joseph Piel (1980). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. I: *Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Menéndez Pidal, Ramón (1969). *La España del Cid*, (7^a ed.). 2 voll., Madrid: Espasa-Calpe
- Miranda, José Carlos Ribeiro (1988). «A “Lenda de Gaia” dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?». *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – Línguas e Literaturas*, II série, 5, pp. 483-515.
- (1995). «Os Trovadores e a Região do Porto. I – En Doiro, antr'o Porto e Gaia». *O Tripeiro*, Junho/Julho, pp. 197-200.
- (1995). «Os Trovadores e a Região do Porto. II – Pois boas donas som desemparadas». *O Tripeiro*, Dezembro, pp. 375-381.
- (1998). «A Dimensão Literária da Cultura da Nobreza em Portugal no Século XIII». In *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*. *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – História*, II série, 15, pp. 1551/1566.

- (2004). *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*. Porto: Edições Guarecer.
- (2009a). «A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e estratégias». In *Seminário Medieval 2007-2008*, M. R. Ferreira, J. C. R. Miranda e A. S. Laranjinha (eds.), pp. 61-97. Porto: Estratégias Criativas. URL: http://www.seminariomedieval.com/guarecer/sm0809/A2aNET%5Bdefinitivo_11.08%5D%5B1%5D.pdf. [Consultado a 14/09/2009].
- (2009b). «Na génese da Primeira Crónica Portuguesa». *Medievalista online*, 6. URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-miranda.htm>. [Consultado a 15/11/2009].
- (2009c). «Do *Liber Regum* ao *Livro Velho de Linhagens*». (a publicar em *Seminário Medieval 2009*). URL: http://www.seminariomedieval.com/MIRANDA_DO_LR_aoLVL%5B1%5D.pdf. [Consultado a 23/12/2009].
- (2010). «Do *Liber Regum* em Portugal antes de 1340». *e-Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19315>. [Consultado a 2/07/2010].
- (no prelo). «Do rex Ranimirus ao Rei Ramiro: A Heráldica Literária em Portugal no séc. XIII» (conferência em curso de publicação nas actas do XIII Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Valladolid, 2009).
- Miranda, José Carlos Ribeiro e António Resende de Oliveira (1995). «A segunda geração de trovadores galego-portugueses: temas, formas e realidades». In *Medioevo y literatura. Actas del V congreso da la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Juan Paredes Núñez (ed.), pp. 499-512. Granada: Universidad de Granada.
- Montaner Frutos, Alberto (1988). «La **Gesta de las mocedades de Rodrigo* y la *Crónica Particular del Cid*». In *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Vicente Beltrán (ed.), pp. 431-444. Barcelona: PPU.
- (2009). «El proyecto historiográfico del *Archetypum Naiarense*». *e-Spania*, 7 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/index18075.html>. [Consultado a 20/11/2009].
- Moreira, Filipe (2008). *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas.
- (2009). «Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia alfonsina». *Guarecer on-line* (fundo de publicações do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade). URL: <http://www.seminariomedieval.com/guarecer/fam2009.pdf>. [Consultado a 12/10/2009].
- (no prelo). «A primitiva cronística portuguesa e a historiografia castelhana do século XIII: novas hipóteses» (em curso de publicação nas actas do XIII Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Valladolid, 2009).
- Nascimento, Aires A. (1998). *Hagiografia de Santa Cruz. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio e Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2001). *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Lisboa: Vega.
- Oliveira, António Resende de (1994). *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsu-*

- lares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*. Lisboa: Colibri.
- (1995). *Trobadores e Xogrades. Contexto Histórico*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- (2001a). «Afinidades Regionais. A casa e o mundo na canção trovadoresca galego-portuguesa». In *O Trovador Galego-Português e o seu Mundo*, pp. 35-50. Lisboa: Editorial Notícias.
- (2001b). «Arqueologia do Mecenato Trovadoresco em Portugal». In *O Trovador Galego-Português e o seu Mundo*, pp. 51-62. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pereira, Maria Teresa Lopes (2000). «Memória cruzadística do feito da tomada de Alacácer (1217)». In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, pp. 321-357. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Pizarro, José Augusto (1999). *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 voll., Porto: Universidade Moderna.
- Ramos, Maria Ana (2004). «Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom... Nova versão de *A Lenda de Gaia*». *Crítica del texto*, 7(2), pp. 791-843.
- Rei, António (2005). «O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel». *Callipole*, 13, pp. 19-27.
- Ron Fernández, Xabier (2005). «Carolina Michaëlis e os trobadores representados no Cancioneiro da Ajuda». In *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda hoxe*, pp. 121-188. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Santos, Herlânder (2009). *D. Sancho II. Da deposição à composição das fontes literárias do séc. XIII e XIV* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada).
- Sousa, D. António Caetano de (1739). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Siliviana da Academia Real (reimp. Coimbra: Atlântida, 1946). [*Livro Velho de Linhagens* (ed.), pp. 247-267].
- Veiga, A. Botelho da Costa (1943). «Os Nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)». Lisboa: Separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*.
- Ventura, Leontina (1992). *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 voll. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).
- Vilar, Hermínia Vasconcelos (2005). *D. Afonso II*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Maria do Rosário Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (IF-FLUP/FCT); Centro de Literatura Portuguesa (CLP-FLUC/FCT).

81

D. PEDRO DE BARCELOS E A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO IBÉRICO

A obra do Conde: breve ponto da questão

D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, filho primogénito bastardo de El-Rei D. Dinis de Portugal, é das figuras a um tempo mais ilustres e mais obscuras da cultura medieval portuguesa. Foi-lhe há muito reconhecida a paternidade de duas extensas e relevantes compilações: um nobiliário¹, que influenciou de forma decisiva a produção genealógica peninsular dos séculos seguintes, e um cancionero trovadoresco², que permitiu a preservação do acervo poético da manifestação lírica cortês galego-portuguesa, então já em declínio. Obras nascidas de uma actividade de recolha a que os eruditos e estudiosos não parecem ter dado importância suficiente para se interrogarem sobre o sentido que fazia, ou poderia fazer, um tal afã compilatório em âmbito aristocrático peninsular ao avizinham-se os meados do século XIV.

O ano de 1951 veio mudar definitivamente o perfil autoral do Conde de Barcelos, trazendo-o à ribalta da produção historiográfica medieval hispânica. Com efeito, Luís Filipe Lindley Cintra defendeu então ser a *Crónica de 1344* uma obra com redacção primitiva em Português, tendo mostrado, além disso, que o seu autor não poderia ter sido senão o Conde de Barcelos³. Porém, o texto original dessa obra estava perdido, dele sobrevivendo apenas uma tradução castelhana, incompleta, em manuscrito do século XV⁴.

¹ O *Livro de Linhagens*, ed. Mattoso (1980).

² O *Livro das Cantigas*, deixado em testamento pelo Conde de Barcelos a Afonso XI de Castela e entretanto perdido, mas que terá servido de base às cópias renascentistas de Angelo Colocci (respectivamente o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, antes *Colocci-Brancuti*, e o *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana*). D. Pedro Afonso é autor de algumas das derradeiras composições trovadorescas que aí figuram.

³ Ver Cintra (1951: CXXVII-CXC).

⁴ Trata-se do ms. *M*, 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca, com 338 fólhos; os foll. 104r-134v do ms. *E*, &-II-i da Biblioteca de El Escorial, preservam também um fragmento em castelhano da obra. Para uma

Na ausência de um testemunho português da versão primitiva, Cintra optou por dar a conhecer, na sua monumental edição crítica intitulada *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵, o texto português de uma refundição anónima, redigida *circa* 1400⁶, que não corresponde na realidade à crónica do Conde. A refundição substitui toda a parte inicial do texto atribuível a D. Pedro, que não assenta na progressão cronológica linear típica de anais e crónicas mas numa sucessão de listas de matriz genealógica⁷, por uma versão muito distinta, compatibilizada com a tradição da *Estoria de Espanha*⁸; e reescreve sem grandes modificações narrativas (o que não é equivalente a sem alterações de sentido⁹) o remanescente da obra, que na redacção original se filiava já na escola alfonsina¹⁰.

Em 1970, Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés vêm remediar parcialmente este equívoco, ao darem a público o texto da tradução castelhana da redacção original da *Crónica de 1344*, na porção em que a refundição *circa* 1400 a havia mais profundamente desfigurado¹¹. Porém, por essa altura, a colagem da personalidade literária do Conde de Barcelos ao texto editado por Cintra estava já feita, e, na prática, irá prevalecer na opinião culta portuguesa¹². Quanto à porção da tradução castelhana da redacção original em que a refundição não introduziu alterações de fundo, permanece ainda inédita na quase totalidade, e embora alguns autores façam dela um uso

descrição actualizada destes testemunhos, ver Catalán (1970: LXXIII-LXXIV).

⁵ Ed. Cintra (1954, 1961 e 1990).

⁶ Ver Cintra (1951: XXIX-XL).

⁷ Esta porção da *Crónica de 1344* é chamada «não-cronística» por a sua atípica estrutura ser alheia ao modelo historiográfico alfonsino. Cintra (1951: XXXI-XXXVI) e Catalán (1970: XVI-XVII, XXX e LII) descrevem o seu conteúdo e destacam a importância que os esquemas genealógicos, aplicados à história universal ou local, apresentam em várias das suas passagens. Contudo, essa matriz alternativa, embora marque fortemente o texto, não é suficiente para, por si só, dar conta das perplexificantes repetições de matéria, recuos temporais e reajustamentos espaciais que nele se verificam. Ferreira (2010) esboça uma nova proposta de entendimento dos princípios estruturantes que presidem à selecção e ordenação da matéria historiográfica na secção inicial da crónica tal como o Conde de Barcelos a idealizou.

⁸ Ver Cintra (1951: XXXVI-XXXVIII).

⁹ Ver, a esse respeito, as observações de Inés Fernández-Ordóñez (2008) sobre os processos de reescrita historiográfica medieval.

¹⁰ Esta porção da crónica teve como fontes principais um testemunho da versão amplificada da *Estoria de Espanha*, entre Ramiro I e Vermudo III, e, subsequentemente, a *Crónica de Castela* e uma *Crónica Particular de S. Fernando*. Ver Cintra (1951: CCCX-CCCXVI), Catalán (1962: 305-312 e 1970: XLIV-XLIX).

¹¹ A edição crítica de Catalán e Andrés (1970) – referida neste estudo como ed. Catalán (1970) – dá a conhecer os foll. 1r-55v do Ms. *M*.

¹² Afirmção verdadeira mesmo em âmbito universitário, onde tal identificação textual tende a ser em teoria reconhecida como abusiva sem no entanto restringir na prática o uso do texto da edição Cintra como representativo da época e do meio próprios de D. Pedro Afonso.

pontual¹³, encontra-se virtualmente intocada por estudos específicos¹⁴. Num tal panorama, estamos ainda longe de dispor de um texto que possa considerar-se representativo da *Crónica* de D. Pedro de Barcelos.

Quanto ao *Livro de Linhagens*, os problemas são diferentes, mas igualmente perturbadores do estabelecimento da autoria. Não oferece dúvida a atribuição ao Conde de uma redacção desta obra datável de entre 1340 e 1344¹⁵. Porém, este nobiliário, tal como nos chegou¹⁶, foi sujeito ao longo do século XIV não apenas a sucessivos acrescentos¹⁷, mas a complexas reformulações, tratadas por António José Saraiva e José Mattoso¹⁸, das quais se destaca a que terá sido levada a cabo *circa* 1380, centrada na linha de descendência Maia/Trastâmara/Pereira, que ocupa o título XXI da obra¹⁹. Contudo, os limites textuais e ideológicos desta intervenção mantêm-se difusos, e daí advém que muitos dos episódios narrativos mais extensos do nobiliário se encontrem sob suspeita de refundição²⁰. Está, pois, minada a credibilidade da chancela do Conde de Barcelos sobre muitos dos interessantíssimos relatos romanescos presentes no *Livro de Linhagens* que a tradição lhe atribui.

Assim sendo, o Conde de Barcelos tornou-se uma espécie de pai putativo de um conjunto de obras que parecem de facto ter surgido por sua iniciativa mas que, no decorrer do tempo, se terão afastado da redacção inicial, convertendo-se numa amálgama textual refractária a tentativas de interpretação enquanto escrita coerente e culturalmente significativa.

A unidade ideológica da obra do Conde

O que aqui me proponho é apresentar algumas observações que apontam no sentido oposto. Advogar que, quando nos debruçamos criticamente sobre os testemunhos mais ou menos adulterados que da escrita do Conde nos restam, vemos emergir uma persona-

¹³ Ver Armistead (2000) e Dias (2003).

¹⁴ Ressalvando-se alguns episódios de maior vulto transcritos e estudados no contexto de provas académicas. Ver Ferreira (2005: 689-754) e Gomes (2006: 108-117).

¹⁵ Ver Cintra (1951: CLXXXIV-CLXXXVI).

¹⁶ Ver Mattoso (1980: 9-34) e Mattoso (1999: 575-580).

¹⁷ Ver Veiga (1943).

¹⁸ Ver, respectivamente, Saraiva (1971) e Mattoso (1980: 7-8, 34-50, e 1999: 575-580).

¹⁹ Sobre a importância concedida no *Livro de Linhagens* do Conde e suas reformulações a este ramo de entronque feminino na linhagem da Maia, ver Krus (1994).

²⁰ Ver Saraiva (1971) e Mattoso (1980: 43-44, e 1999: 576).

lidade autoral bem definida, conscientemente interventiva e que, mais do que compilar fontes, as reescreve numa perspectiva orientada²¹. O que essa personalidade autoral nos deixou não tem nada de avulso, de casuístico ou de flutuante; pelo contrário, constitui verdadeiramente uma obra, dotada de uma coerência ideológica profunda e portadora de uma intencionalidade poderosa, apesar das contradições ou paradoxos que surgem por vezes à flor do texto.

Como ponto de partida, é importante ter em mente que D. Pedro Afonso foi, antes de mais, um linhagista – como a atípica porção inicial da redacção primitiva da *Crónica de 1344* não deixa esquecer. Assim, irei focar-me em duas das grandes linhagens ibéricas medievais, a castelhana Casa de Lara e a portuguesa Casa da Maia, mais precisamente na forma como as respectivas origens míticas aparecem representadas nas obras historiográficas atribuídas ao Conde de Barcelos (usarei, por um lado o *Livro de Linhagens*, na edição crítica de Mattoso, e, por outro a *Crónica de 1344* – segundo o manuscrito *M* da BUS²² e, como texto supletivo, a *Refundição c. 1400* na edição crítica de Cintra).

O episódio fundacional da linhagem de Lara, a chamada «lenda dos Sete Infantes», encontra-se duplamente presente na obra do Conde, onde comparece no *Livro de Linhagens* e na *Crónica de 1344*. Verificam-se, quer entre essas duas ocorrências, quer relativamente às fixações prévias do mesmo episódio nas sucessivas versões da *Estória de Espanha*, discrepâncias curiosas que, como defendi num trabalho anterior, a análise de fontes não permite esclarecer satisfatoriamente²³. Começando pelo nobiliário, a lenda dos Infantes encabeça o título X, dedicado à Casa de Lara. Nesta versão, singulariza-se não tanto pela brevidade, comparável àquela com que comparece na *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel, mas pela profunda alteração de enfoque narrativo relativamente a todos os restantes testemunhos, anteriores ou posteriores, da lenda. Com rigor, seria mais adequado chamar-lhe «episódio do nascimento de Mudarra Gonçalves, patriarca da linhagem de Lara», pois é esse o acontecimento que, no *Livro de Linhagens*, orienta o relato. Na sombra, ficam várias personagens a quem a tradição alfonsina dava grande peso no drama da morte dos infantes (Rui Vasquez, D. Lambra, D. Sancha), já que toda a acção se centra aqui nos

²¹ Por vezes, as manipulações de informação recebida são tão flagrantes e revelam-se tão conscientes da construção de um novo sentido que bem poderíamos acrescentar Pedro de Barcelos à ilustre galeria medieval de historiógrafos «falsários» ibéricos – Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Afonso X... – apresentada por Georges Martin (2001).

²² Transcrição da porção correspondente (foll. 119r-143v) em Ferreira (2005: 690-753).

²³ Cintra tentou explicar esta e outras singularidades dos relatos do Conde como fruto de diferenças entre as fontes, algumas das quais não identificáveis, que D. Pedro teria à sua disposição nos dois momentos de escrita, o do nobiliário e o da crónica. Para uma refutação detalhada desta ideia, ver Ferreira (2005: 79-111).

ascendentes familiares de Mudarra: o seu pai Gonçalo Gustioz, e a sua mãe, apresentada como prima do rei mouro Almançor. Outro traço distintivo desta versão é o destaque dado ao mesmo Almançor, que surge como a personalidade mais destacada do episódio, modelo de grandeza, liberalidade e equidade régias.

Pois bem, o parentesco deste rei exemplar com a moura mãe de Mudarra vai ser alterado na fixação da lenda na *Crónica de 1344*. Aí, o Conde retoma no essencial a estrutura narrativa da lenda a que as versões da *Estória de Espanha* já nos tinham habituado, mas – sem surpresa, se tivermos em conta a reconhecida parcialidade da sua Crónica a favor dos Lara²⁴ – substitui o sucinto relato alfonsino dos acontecimentos atinentes a Mudarra por uma extensa parte onde as peripécias conducentes ao seu nascimento misto, a sua infância entre os mouros no reino de Almançor, uma vez mais representado de forma majestosa, e, por fim, as suas aventuras e glória em terra cristã se encontram notavelmente expandidas. Quanto à mãe do herói, não é aqui uma mera prima mas a própria irmã de Almançor; e, num detalhe muito significativo, este, não tendo filhos, vai instituir Mudarra, seu sobrinho avuncular²⁵, em herdeiro de todo o seu reino e riquezas. É de realçar o facto de, na re-fundição *circa* 1400, a elaborada descrição das entrevistas amorosas entre Gonçalo Gustioz e a moura surgir muito condensada, estando, além disso, omitidos ou alterados alguns dos elementos da caracterização valorizante de Almançor que figuram no ms. *M*²⁶.

A questão da identidade da moura dá origem ainda, nesta versão da lenda dos Infantes, a um detalhe que constitui uma das mais flagrantes incongruências internas da *Crónica de 1344*: a dupla concepção de Mudarra. Tal como nos textos da tradição alfonsina, a crónica portuguesa refere sucintamente como Gonçalo Gustioz concebe o herói pouco depois de ser aprisionado, em Córdoba, pelo rei Almançor. Nada sugere, aí, que a moura que o rei destina para a humilde tarefa de servir o cativo cristão, e que virá a ser mãe do filho deste, seja sua parente. Porém, aparentemente esquecido desta circunstância, o redactor relata de novo, e desta vez com grande profusão de detalhes, a concepção do vingador dos Infantes, situando-a agora num momento posterior da história, depois de Gonçalo Gustioz ter tido a fatídica notícia da morte dos seus sete filhos. Ora, a moura que neste passo figura como mãe de Mudarra é a própria irmã de Almançor, enviada por este, condoído, para consolar o pai dos Infantes, destroçado pelo luto. Isto, com poucos fólhos de permeio. Qualquer que possa ter sido a causa próxima deste deslize, ele denuncia a insegurança de quem compila

²⁴ Ver Cintra (1951: CXX-CXXV), Escalona (2000: 151, n.1) e Doubleday (2004: 113, 117-118, 167-170).

²⁵ Sobre o avunculado, ver Ruiz-Doménec (1984: 227).

²⁶ Ver Ferreira (2005: 631-666, 671-673).

e redige ao reunir numa mesma sequência narrativa os elementos imperfeitamente compatibilizados de um relato ainda em processo de construção.

86

Posto isto, retornemos à questão genealógica. Na longa série de fixações historiográficas da matéria lendária dos Sete Infantes iniciada por Afonso X, os escritos do Conde de Barcelos serão os primeiros a mencionar a existência de uma relação de parentesco entre a mãe de Mudarra e Almançor²⁷. Curiosamente, essa relação concretiza-se em laços diferentes nas duas fixações da história de Mudarra, que, sucessivamente, D. Pedro Afonso irá patrocinar: de filho de uma prima, o herói passa a filho da irmã do rei mouro. O que terá então motivado o estreitamento do parentesco da mãe de Mudarra com Almançor, entre o nobiliário e a crónica do Conde? Estariam ambos os laços familiares consignados em fontes diferentes e anteriormente desconhecidas, que teriam chegado às mãos do Conde separadamente, sendo que aquela que referia o laço familiar mais próximo apenas lhe teria sido acessível após a interrupção do seu labor genealógico, já bem entrada a década de 1340? É uma hipótese possível, claro, mas uma hipótese que se revela fraca, em termos de generalidade e de economia, quer do ponto de vista meramente mecânico de filiação de relatos, quer do ponto de vista hermenêutico. Com efeito, tal hipótese apenas permite explicar um dado isolado, a alteração do parentesco, quando o que aqui está em causa é um conjunto de indícios apontando para um percurso de valorização social e ética da ascendência moura de Mudarra Gonçalves²⁸. Afinal de contas, mesmo na breve forma genealógica da lenda adoptada pelo *Livro de Linhagens*, Almançor era já apresentado como uma personagem de estatura superior. A longa narrativa da *Crónica de 1344* mais não faz do que trabalhar textual e ideologicamente, levando-os mais longe, os mesmos elementos valorativos já convocados no nobiliário, tecendo assim imagetivamente, nas entrelinhas do texto, uma reconfiguração conciliante da relação, ou de alguns tipos de relação, entre cristãos e mouros peninsulares. Um traço ideológico que temos razões para supor ser uma idiossincrasia do Conde de Barcelos, já que, como foi dito acima, a refundição *circa* 1400 o irá rasurar.

Até este momento, lidámos com textos cuja paternidade podemos, de forma fiável, atribuir ao Conde de Barcelos. Mas vejamos se a sua obra putativa contém outros elementos que apontem na mesma direcção. Reveladoramente, Mudarra Gonçalves não é o único filho de moura nobre e pai cristão a quem cabe ser o patriarca de uma linhagem ilustre.

²⁷ A versão amplificada da *Estória de Espanha* não a afirmava, mas continha já os elementos que permitiam deduzi-la, ao referir que Mudarra era parente de Almançor, o que não poderia acontecer senão por parte da mãe.

²⁸ Ver Ferreira (2005: 91-95, 671-673).

No mesmo caso se encontra Alboazar Ramirez, de quem descendem os fidalgos da casa da Maia, segundo o muito reformulado título XXI do *Livro de Linhagens*²⁹. Aí, Alboazar Ramirez é então o filho do Rei Ramiro II de Leão e da irmã do rei mouro de Gaia, Alboazar. Digo no *Livro de Linhagens* do Conde, porque, tal como a lenda dos Sete Infantes, também a lenda de Gaia, um complexo relato de raptos e contra-raptos de mulheres cristãs por homens mouros e de mulheres mouras por homens cristãos no qual se prendem as raízes míticas da família da Maia³⁰, tinha sido previamente objecto de fixação genealógica, neste caso no *Livro Velho de Linhagens*, ainda do século XIII³¹. Ora, nessa versão anterior, nem o rei cristão em causa é inequivocamente Ramiro II, confluindo nele elementos que podem apontar quer para o I quer para o II Ramiros da tradição historiográfica leonesa³², nem a moura de quem ele vem a ter um filho é irmã do rei mouro. Trata-se apenas de uma serviçal no palácio deste, que se torna adjuvante de Ramiro quando ele aí se apresenta para recuperar a rainha que o rei mouro, pintado com negras tintas, lhe tinha raptado.

No nobiliário do Conde, porém, não só a mãe de Alboazar Ramirez é a irmã do rei Alboazar, raptada por Ramiro II, como, contradizendo uma vez mais o *Livro Velho*, é sobre o rei cristão que recai o ónus do primeiro rapto. Abre-se assim espaço para uma caracterização valorizante do rei mouro, que, em contraste, surge como um modelo de qualidades, justo e magnânimo. Além disso, este relato genealógico é internamente coerente, e apresenta, por isso uma superior eficácia narrativa. Com efeito, não só nobilita a moura destinada a ser a matriarca da linhagem da Maia, como resolve satisfatoriamente o dilema da duplicação de funções das personagens mouras femininas, que acima vimos ser necessária para distinguir, por um lado, a mulher não guardada que serve o rei cristão em posição desfavorável em terra de mouros, e, por outro, a mulher de alta estirpe e impoluta reputação que irá gerar o filho deste.

²⁹ O tal cuja certa reformulação torna incerta a extensão da autoria do Conde nos relatos romanceados que nele figuram.

³⁰ Ver a este respeito Miranda (1988) e Ferreira (1998).

³¹ Sobre a datação do *Livro Velho*, ver Mattoso (1999: 566-571).

³² Sobre a identificação histórica com Ramiro I, ver Miranda (2008: 23), e ainda do mesmo autor «Do *Rex Ranimirus...*» (no prelo). Independentemente disso, o pormenor do corno que o herói toca antes da sua prevista execução, sendo embora habitual nos derivados da conto oriental sobre a infidelidade da mulher do rei Salomão – ver reconstituição da matéria narrativa em Ferreira (1998: 1567-1569) –, como é o caso da lenda de Gaia, não deixa de convocar a personagem de Ramiro II, que a cronística latina recorrentemente associa ao toque deste instrumento guerreiro, e que assim aparece imagetivamente inscrita na lenda a partir do momento em que esta é protagonizada por um rei Ramiro. O estreitamento entre os dois Ramiros estabelece-se pois precocemente neste conto genealógico.

Como vimos, na lenda dos Sete Infantes da *Crónica de 1344*, a dupla funcionalidade desta personagem leva Gonçalo Gustioz a semear Córdova de bastardos... Contudo, a narrativa do *Livro de Linhagens* do Conde cinde em duas a personagem feminina, estabelecendo a existência distinta de uma serviçal e de uma princesa cujas actuações são no texto absolutamente disjuntas. Se, aquando da sua fixação cronística da lenda dos Sete Infantes, o Conde tivesse já chegado a esta possibilidade de diluição do problema, é de crer que optasse por uma solução equivalente ao narrar os encontros entre Gonçalo Gustioz e as sucessivas mouras que lhe saem ao caminho. Ou seja, a versão da lenda de Gaia presente no título XXI parece de facto ser posterior à versão da lenda dos Infantes da *Crónica de 1344*. Mas essa versão será da responsabilidade do reformulador de 1380, ou estaria já em amadurecimento na escrita do Conde de Barcelos?

As observações feitas ao longo deste estudo chamam a atenção para o facto de a exaltação da Casa da Maia a que a narrativa das respectivas origens míticas procede no nobiliário não ser feita segundo um molde particular, antes relevando de uma estratégia ideológica de fundo cuja concretização textual abrange pelo menos uma outra linhagem, a de Lara, e que pode ser notada em pontos da obra de D. Pedro Afonso que não sofreram a interferência dos mesmos refundidores. Assim sendo, afigura-se lógico entender as sucessivas versões destas lendas genealógicas como estando inscritas num mesmo *continuum* de coesa elaboração simbólico-narrativa. Ora, se as narrativas tiverem evoluído de acordo com um processo fortemente idiossincrático iniciado pelo Conde, a probabilidade de que, décadas depois, aqueles que refundiram a sua obra tenham retomado e prosseguido todas as especificidades significativas do processo inicial afigura-se diminuta. De facto, conforme afirmámos acima, no caso concreto da *Crónica de 1344* temos indícios de que foi exactamente o contrário – o apagamento dos traços significativos específicos da redacção do Conde – que veio a acontecer *circa* 1400. Uma reflexão que torna pertinente questionar e repensar o conteúdo e os limites da refundição *circa* 1380 do *Livro de Linhagens*.

As respostas, neste âmbito, não são nunca certezas mas hipóteses mais ou menos prováveis, conjecturas mais ou menos credíveis. Ora, dados todos os paralelismos e correspondências, quer no nível dos processos de construção simbólico-narrativa, quer no plano do alcance ideológico, detectados entre estas duas reescritas de lendas genealógicas, não faz sentido pensá-las como tendo-se operado independentemente uma da outra. Pelo contrário, é intuitivo, e revela-se heurístico, entendê-las como etapas no desenrolar de um mesmo projecto de escrita, três tempos de concretização de um mesmo modelo conceptual em busca de expressão textual eficaz.

Uma vez mais, é o próprio Conde, ou melhor, o que resta da sua escrita, que nos empresta elementos em favor desta argumentação. Com efeito, se dúvidas poderíamos ter acerca da ligação postulada, e entretecida, por D. Pedro de Barcelos entre estas duas ocorrências de uniões mistas de cristão e moura – e, por intermédio delas, entre as linhagens da Maia e de Lara –, o título X do *Livro de Linhagens*, sobre o qual não pesa suspeita de reformulação, vem dissipá-las. Logo no início, encabeçando o relato fundacional do qual nasce Mudarra Gonçalves, lê-se: «Dom Gonçalo Gostiiz foi filho de dom Gosteuz Gonçalves e de dona Hurtiga Ramirez, filha d’el Rei Ramiro»³³. Ora esta personagem, desconhecida do *Livro Velho de Linhagens*, é precisamente a irmã que, com o nome de Artiga, o título XXI dá a Alboazar Ramirez: a filha de Ramiro II e da princesa moura irmã do nobre rei Alboazar³⁴. O que torna Mudarra Gonçalves sobrinho-bisneto avuncular, se assim se pode dizer, de Alboazar Ramirez. E, sendo a versão genealógica do nascimento de Mudarra a primeira etapa, do ponto de vista redaccional, deste elaborado entrançado de imagens e linhagens em torno das uniões mistas, esta pequena referência antecipatória revela que todo o plano genealógico estava gizado desde o início, mesmo que os pormenores da sua concretização narrativa pudessem ainda ser obscuros³⁵.

Mais: o episódio primordial, em termos cronológicos agora, desta apropriação de bom sangue mouro por linhagens cristãs não surge num ponto aleatório do tempo peninsular mas num momento fundacional que vinha já sendo preparado desde o título III. Aí, o *Livro de Linhagens* afasta-se momentaneamente da sua fonte para esse passo, o *Liber Regum*³⁶, alterando a inserção temporal e a situação desencadeadora da instituição dos Juizes de Castela. Com efeito, no *Liber Regum*, esse episódio de transferência de soberania da realeza para entidades eleitas sobrevinha na sequência da morte sem descendência de Afonso o Casto; ora, no *Livro de Linhagens*, a eleição dos Juizes surge isolada das fontes conhecidas, sendo transposta vários reinados, transformando-se em castigo pelos crimes de Ordonho

³³ Ver ed. Mattoso (1980: 147, 10A1).

³⁴ Ver ed. Mattoso (1980: 211, 21A1). Corroborando a atribuição do laço entre as linhagens de Lara e da Maia à pena do Conde e não do refundidor, verifica-se que, na primeira redacção da *Crónica de 1344*, no contexto da explicação da razão para o facto de os sete filhos de Gonçalo Gustioz serem chamados Infantes, é dito que «los del solar de Lara [...] venian de los treyes de Leon», ed. Catalán (1970: 205, cap. 128). Ora tal afirmação encontra a sua concretização genealógica precisamente em Artiga Ramirez, personagem específica do *Livro de Linhagens*, que este, isolado das fontes, dá como filha a Ramiro II de Leão e como mãe a Gonçalo Gustioz de Lara.

³⁵ Sobre as uniões mistas e a aura messiânica de alguma forma atribuída aos heróis delas nascidos no contexto da restauração do domínio cristão sobre a terra de Espanha, ver Ferreira (2009: 192-198).

³⁶ Recuando na certeza (1962: 402) acerca do uso exclusivo do *Libro de las Generaciones*, enquanto representante da tradição narrativa do *Liber Regum*, na feitura do *Livro de Linhagens*, Catalán (1970: LX) manifesta as suas perplexidades sobre a qual ou quais das versões o Conde aí teria recorrido.

III, filho e sucessor de Ramiro II³⁷. A narrativa do título XXI vem corroborar esta nova motivação emprestada ao episódio, reforçando ainda a culpa de Ordonho ao associar ao «pecado [...] contra sa madre» o facto de este ter sido «deserdado dos poboos de Castela»³⁸. Num processo de anulação simbólica imagetivamente correspondente à morte sem descendência dos sete Infantes de Lara, Ordonho vê-se assim desapossado das várias vertentes do seu futuro: da soberania plena sobre Castela, reclamada pelos Juízes e sua descendência; e também do papel de patriarca da mais alta nobreza peninsular, assumido por seu irmão Alboazar Ramirez.

O reinado de Ramiro II configura-se pois, no *Livro de Linhagens* do Conde, como um momento nevrálgico onde simultaneamente se recusa e se renova o sangue Godo do passado. Uma encruzilhada na qual se redefine o devir da Espanha com base numa reapreciação genealógica da legitimidade que assiste àqueles que reclamam o direito de a senhorear. Porém, a renovação resultante deste processo não é unívoca, e o carisma distribui-se por vários pólos. A um desses pólos, o dos Juízes, irão buscar legitimidade as dinastias dos territórios periféricos ao poder leonês matricial, Castela e Navarra. No outro, ir-se-ão filiar, remoados de sangue mouro, aqueles a quem o título XXI designa como os «boons e nobres fidalgos de Castela e Portugal»³⁹. O efectivo domínio muçulmano de parcelas consideráveis de território peninsular tinha sido definidor do modo de vida e de legitimação social da nobreza peninsular: a reconquista territorial, entendida como a obrigação e o privilégio de recuperação armada da terra que constituía património ancestral da cristandade ibérica, ou, melhor dizendo, daquelas classes guerreiras a quem a posse e a

³⁷ Ver ed. Mattoso (1980: 106, 3E19): «E os Castelãos veendo em como el rei dom Hordonho de Leon havia mortos os senhores [...] ajuntaram-se [...] e fezerom dous alcaides».

³⁸ Ver ed. Mattoso (1980: 210, 21A1), onde é a sentença do (ainda) infante Ordonho que condena à morte a sua mãe adúltera, e é essa culpa antiga que vai mais tarde ser entendida, («disserom despois as gentes»), como a causa profunda da perda do direito do rei Ordonho à terra de Castela. Que a questão dos Juízes de Castela terá sido objecto privilegiado da atenção do Conde, e que as manipulações a que este submeteu o episódio correspondente não terão sido alheias a considerações sobre as linhagens que aqui destaco, da Maia e de Lara, é sugerido também na porção inicial da *Crónica de 1344*. Aí, o episódio, desinserido da estrutura cronológica e dissociado de qualquer motivação explícita, é sumariamente referido no capítulo dedicado aos reis das Astúrias e Leão, ed. Catalán (1970: 205, cap. 128). Como que suspenso no tempo, encontra-se no final da relação de reis e é imediatamente seguido de uma referência elogiosa à casa de Lara, à sua alta ascendência goda e à sua filiação na linhagem real leonesa. Para uma apreciação detalhada da forma como o episódio dos Juízes de Castela é reelaborado na obra do Conde de Barcelos, ver Ferreira (2010).

³⁹ Ed. Mattoso (1980: 204, 21). Não deixa de ser curioso notar que, segundo o Conde, o filho de Alboazar Ramirez irá casar com uma neta de Nuno Rasoira, Eomeldola Gonçalves – ed. Mattoso (1980: 212, 21A3) –, revivificando assim o alto sangue dos reis de Leão, prévio ainda à desqualificante falta de Ordonho, com o sangue novo de um dos eleitos Juízes, e colocando por conseguinte a linhagem da Maia sob um duplo carisma que de alguma forma recompõe a legitimidade dispersa.

defesa da terra incumbia⁴⁰. Um modo de vida velho mais do que de gerações, de séculos, que implicitamente instituía a guerra em forma possível de coexistência etno-religiosa de cristãos e mouros em solo peninsular⁴¹. Porém, numa Ibéria em rápida mutação política e onde a presença muçulmana, quase residual, era sentida cada vez menos como uma ameaça à soberania dos reinos cristãos e mais como uma afronta puramente religiosa, a reconquista, enquanto prática inclusiva de restauração territorial, via sobrepor-se-lhe de forma decisiva o ideal de cruzada com o seu corolário de exclusões⁴². Os «boons e nobres fidalgos de Castela e Portugal» eram assim despojados da sua função simbólica de guardiães da terra, tornada obsoleta pelo inexorável curso da História.

A escrita do Conde parece começar a tomar forma por volta de 1340. Ora a década de quarenta do século XIV e a sua fértil produção literária têm como pano de fundo um acontecimento de poderoso significado cultural e político em âmbito peninsular: a batalha do Salado. Este confronto, travado a 30 de Outubro de 1340 nas margens do rio do mesmo nome, junto a Tarifa, na ponta norte do estreito de Gibraltar, foi o culminar de um conjunto de ofensivas e contra-ofensivas bélicas centradas no domínio das águas que o estreito guardava e que, desde há décadas, a norte-africana dinastia Marinida disputava à marinha de Aragão e Castela⁴³. Na verdade, uma questão de controlo marítimo mais do que de ocupação territorial, e que portanto se revestia de diminuta importância

⁴⁰ Tanto o termo como o conceito de «reconquista» são complexos e polémicos. No contexto deste estudo, importa ter em conta que a recuperação militar da Espanha se tornou uma empresa a longo prazo cujo protagonismo foi reclamado não só pelas monarquias como pela aristocracia que as servia ou delas se servia. Para alguns aspectos relevantes da forma como as instâncias guerreiras cristãs peninsulares, realeza e nobreza, se foram ao longo dos séculos de ocupação muçulmana relacionando simbolicamente com esta «reconquista», ver Ferreira (2009: 182-192).

⁴¹ D. Juan Manuel, o mais destacado representante da ideologia aristocrática na Castela da primeira metade do séc. XIV, apresenta no seu *Libro de los Estados* um extenso, detalhado e rigoroso código de conduta guerreira destinado a ser observado pelos nobres cavaleiros cristãos na luta contra os mouros – ed. Alvar e Finci (2007: 575-587, I, lxxv-lxxix). Trata-se de preceitos muito críticos da crueldade gratuita e da pilhagem indiscriminada, aplicáveis a esta guerra específica que o nobre castelhano considera distinta de qualquer outra e a que atribui motivações puramente territoriais: «á guerra entre los cristianos e los moros, et abrá fasta que ayan cobrado los cristianos las tierras que los moros les tienen forçadas; ca, quanto por la ley nin por la seta que ellos tienen, non avrían guerra entre ellos» – ed. Alvar e Finci (2007: 429, I, xxx).

⁴² Centrando-se em Portugal mas desenvolvendo uma argumentação extensível ao contexto peninsular, Erdmann (1940: 5) é taxativo quanto à impossibilidade de assimilar, em termos motivacionais, a reconquista peninsular, que considera uma empresa política de recuperação territorial, à noção de Cruzada, entendida como guerra santa apoiada num pressuposto de exclusividade religiosa. Os conceitos em causa são complexos e multifacetados, tornando-se difícil defini-los de forma a enquadrarem consistentemente a prática guerreira cristã contra os mouros nas diferentes realidades sociológicas e político-religiosas que se sucederam na Península ao longo dos muitos séculos de domínio muçulmano sobre parcelas maiores ou menores do território. Como abordagens recentes da problemática ideológica em torno destes dois conceitos na Ibéria Medieval, ver O'Callaghan (2003: 1-22) e a síntese de González-Jiménez (2003).

⁴³ Sobre as circunstâncias e consequências militares e políticas da batalha do Salado, e os alinhamentos de forças que aí se perfilam de ambos os lados, ver Bishko (1975: 436-438) e Sousa (2005: 210-219).

simbólica no contexto da representação da Espanha como património a recuperar e preservar. Contudo, o desembarque Marinida no sul com vista à captura do porto de Tarifa foi envolvido numa retórica defensiva que o assimilava a uma nova invasão moura da Espanha⁴⁴ e fazia perigar o bastião ocidental da cristandade. Na exaltada dinâmica assim criada, o rechaço das pretensões dos Marinidas, entretanto aliados ao rei de Granada, congregou forças militares não apenas de Castela, o único reino peninsular que mantinha fronteira com os mouros, mas também de Aragão e Portugal contra um inimigo considerado comum.

Se para alguns sectores da sociedade peninsular, e em particular portuguesa, esta chamada às armas pôs em marcha o espírito de cruzada⁴⁵, ela foi para outros vivida e entendida como a actualização e a cristalização da memória idealizada de uma Espanha a que o desígnio comum da reconquista conferia uma unidade supra-territorial. O conhecido relato da Batalha do Salado, preservado no título XXI do *Livro de Linhagens* do Conde⁴⁶, dá testemunho da segunda destas perspectivas e constitui uma inflexível afirmação da superioridade de um modo de fazer e de viver a guerra com o mouro que encontrava nas praias de Gibraltar o seu ocaso⁴⁷.

⁴⁴ A representação de períodos de revés contra os mouros e de crise ou ruptura política entre os reinos cristãos de acordo com um esquema que retomava basicamente, com novas personagens, a narrativa apocalíptico-providencialista da perda e da recuperação da Espanha, reencenando assim ciclicamente, com personagens adaptadas às novas circunstâncias, um passado de queda e prometida redenção, era um recurso simbólico-narrativo a que a historiografia hispânica estava afeita. Sem contar com a efabulação sobre a culpa do Rei Rodrigo e do advento de Pelágio enquadrando a perda inicial da terra – ver Pardo (2006) –, podemos citar como exemplos de acontecimentos suscitando a utilização desta estratégia as devastações de Almançor – ver Bautista (2006: 72-76), que faz radicar na homologia com a perda de Espanha a construção da figura do conde Sancho Garcia de Castela segundo a *Chronica Najerensis* –, e a invasão Almorávida – ver Ferreira (2009: 196-198), que interpreta a reescrita da morte do infante Sancho, filho de Afonso VI e da moura Zaida, na historiografia do séc. XIII como uma alegoria da perda da Espanha.

⁴⁵ Torna-se neste contexto muito relevante a observação de Bishko (1975: 438), que defende ter sido já após o fechamento da fronteira territorial com os mouros, no séc. XIII tardio e no séc. XIV, que Portugal, por intermédio das ordens militares, demonstrou maior furor cruzadístico.

⁴⁶ Ver ed. Mattoso (1980: 241-56, 21G15). A questão da autoria desta narrativa sobre a Batalha do Salado, que se centra na figura do Prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira – ver Saraiva (1971) e as observações de Amado (1993) –, está longe de estar esclarecida. A forma digna, e até elogiosa em termos de honra guerreira, como os mouros são representados, bem como a ética cavaleiresca que comanda as acções quer de um campo quer do outro no desenrolar da batalha, tornam-se particularmente significativas se tivermos em conta que o seu herói, sendo o mais alto dignitário de uma ordem militar, deveria estar conotado com os valores e os métodos próprios da Cruzada, que assentavam na radicalização da alteridade do mouro e na des-humanização da sua imagem e pessoa. Mesmo que possa não ser da responsabilidade autoral directa do Conde de Barcelos, a narrativa comunga da ideologia aristocrática integradora da memória hispânica que este estudo tem vindo a explicitar na obra deste filho de D. Dinis, estando fora de dúvidas que se enquadra num projecto de escrita compatível com o que ele, em várias frentes, desenvolveu.

⁴⁷ O relato da Batalha do Salado incluído no *Livro de Linhagens* não é o único testemunho literário desta funda divergência. As repercussões político-ideológicas da batalha e a polémica entre cristãos que, na década de 1340, opunha a reconquista à cruzada, e a defesa patrimonial e recuperação territorial à intolerância religiosa e ex-

O Salado transformou-se no maior recontro armado entre cristãos e muçulmanos desde as Navas de Tolosa, e saldou-se por uma vitória igualmente gloriosa; mas foi também o último empreendimento conjunto da cristandade hispânica unida contra um adversário real, sem dúvida, mas com o qual a luta se tinha, ao longo dos séculos, ritualizado, tornando-se, assim, num factor poderosamente estruturante do imaginário da nobreza peninsular.

É neste contexto que pode ganhar sentido a miragem da legitimação simbólica dos valores aristocráticos em perda, associando certas linhagens ao preenchimento de expectativas providenciais através da recuperação de heróis de tipo messiânico, gerados por um pai cristão e uma mãe moura, heróis cujo destino simbólico parece ser o de trazer a ordem, a unidade e a regeneração a uma Espanha representada como dividida e destroçada a partir do seu interior⁴⁸.

O Conde e a ideologia neogótica

A questão do neogoticismo, ou seja da fundamentação do direito ao senhorio sobre a Espanha na existência de uma continuidade sucessória entre a monarquia Goda e dos reinos peninsulares medievos⁴⁹, é um outro aspecto que, pelas suas amplas implicações na construção do pensamento político peninsular ao longo da Idade Média e mesmo já em plena Idade Moderna⁵⁰, merece ser perscrutado na escrita do Conde. De facto, esse é um elemento ideológico que se revela estruturante nas mais antigas crónicas asturianas e que, afirmado, negado ou reformulado, mantém a sua actualidade na elaboração historiográfica dos reinos cristãos que, nos séculos XII e XIII se expandiam e definiam no território peninsular⁵¹. Seria

termínio étnico deixaram abundante rasto na literatura peninsular coeva. Na sua esmagadora maioria, contudo, os textos situam-se na perspectiva oposta ao relato do *Livro de Linhagens*. Basta lembrar o *Poema de Afonso XI*, o fragmento do *Poema da Batalha do Salado* de Afonso Gerales ou o muito interessante, embora menos conhecido, *In sancta et admirabili Victoria Christianorum* – ed. Ramos (1996) –, texto português comemorativo dessa batalha, provavelmente associado às celebrações fúnebres do rei Afonso IV, no qual a hostilidade face ao mouro, visto não como um adversário guerreiro mas como o inimigo absoluto que é imperioso erradicar, se expande para além do campo de batalha e se manifesta em actos de crueldade que não poupam mulheres nem crianças.

⁴⁸ Ver Ferreira (2009: 192-198).

⁴⁹ Sobre a génese da doutrina neogótica e suas implicações políticas, ver Martin (1984). Ver igualmente a síntese de Ladero Quesada (1993) e o estudo de Deswarte (2003).

⁵⁰ Sobre a forma como, nos finais da Idade Média e dealbar da Idade Moderna, a posteridade literária do mito godo foi interpretada nas suas consequências jurídicas e políticas para a soberania do reino de Portugal, ver o interessante estudo de Tarrío (2006).

⁵¹ Sobre o percurso do neogoticismo na *Estoria de España* alfonsina e suas sequelas, ver Fernández-Ordóñez (2000); sobre o neogoticismo na *Chronica Najarensis* e no *Liber Regum*, ver os recentes trabalhos de Le Morvan (2009 e 2010).

impensável que D. Pedro Afonso se mantivesse alheio a essa ubíqua problemática legitimatória, e que a sua representação do passado ibérico não manifestasse a sua posição ideológica. Contudo, os elementos que tanto a *Crónica de 1344* como o *Livro de Linhagens* nos fornecem sobre o assunto afiguram-se, numa primeira análise, contraditórios.

Esboçarei uma breve perspectiva crítica da questão, que permita entender a complexidade e especificidade da posição ideológica do Conde de Barcelos. Numa síntese esquemática, é possível dizer que a evocação do domínio ancestral da terra, por um lado, e do senhorio por direito de conquista, por outro, tendem, enquanto formas de legitimação do poder sobre o território peninsular, a hierarquizar-se de forma diferenciada consoante as circunstâncias políticas. Desde pelo menos os tempos de Afonso III de Oviedo, tanto a legitimidade do título régio ostentado pela dinastia astur-leonesa, quanto a reclamação do direito ao *imperium* sobre a Espanha a ele associada se alicerçavam fundamentalmente no pressuposto, habilmente forjado pela historiografia coeva, da continuidade genealógica entre os reis godos da península e os reis astur-leoneses que se tinham empenhado na recuperação do território dominado pelos seus postulados avós⁵².

À medida, porém, que o território reconquistado aumentava e a linha de fronteira se tornava mais extensa e mais afastada do centro do poder (que, sintomaticamente, se deslocara entretanto de Oviedo para León), os poderes locais sediados nos territórios periféricos implicados não apenas na acção militar de extensão territorial e de defesa das fronteiras mas também na efectiva ocupação dos novos espaços cristãos começaram a desafiar o domínio soberano da monarquia central e a reivindicar e construir a sua autonomia política. É o caso de Navarra e de Castela; será, posteriormente, o caso de Portugal. Tal como fizera, séculos antes, a monarquia leonesa⁵³, também estes novos poderes vão procurar na representação do passado a legitimação simbólica da sua soberania, mas desta feita para alicerçar ideologicamente a sua recusa do *imperium* leonês. Neste processo, o caso castelhano singulariza-se por um desvio e apropriação da legitimidade gótica, como, na segunda metade do século XII, demonstra a *Chronica Najarensis* ao construir um neogo-

⁵² Sendo controversa a ascendência goda de Pelágio, a figura de Afonso I, filho do mítico duque Pedro de Cantábria, suposto descendente de Leovigildo e Recaredo, tinha sido investida como ponto de entronque dinástico asturiano privilegiado com a linhagem dos reis godos no seu momento mais glorioso. Sobre o investimento legitimatório astur-leonês na personagem de Afonso I, ver o estudo de Escalona (2004).

⁵³ Ver Martin (1984: 217-233).

ticismo entendido não em termos étnicos e genealógicos, de transmissão do sangue real, mas éticos e ideológicos, de continuidade e defesa do conceito imperial da Espanha⁵⁴.

Porém, a reformulação neogótica castelhana – a que a crescente centralidade geopolítica do reino de Castela na Península Ibérica haveria de conceder longa fortuna –, constituiu a base legitimatória de pretensões imperiais, mais do que de uma afirmação de autonomia territorial e soberania política. Aí, a representação castelhana do passado, tal como a navarra e a portuguesa, lança mão do direito de conquista e, subsidiariamente, de povoamento⁵⁵. É neste contexto de múltiplas legitimações que surge a lenda e a problemática referentes aos Juízes de Castela⁵⁶, instâncias de poder instituídas numa situação de quebra de varonia ou de carisma régio, legitimadas não por sucessão genealógica mas por designação electiva pelos seus pares, e confirmadas pela sua acção em prol da conquista, defesa e povoamento da terra. O *Liber Regum*, datado dos finais do séc. XII, e as suas sucessivas reescritas⁵⁷, caracterizadas em bloco pela interrupção da linhagem régia asturiana em Afonso II o Casto e pelo conseqüente advento de poderes autónomos nas regiões marginais da Navarra e de Castela, é uma das mais acabadas manifestações da aspiração legitimatória de campos políticos hostis à herança leonesa do *imperium visigodo*, reclamando contra ela o direito de conquista. A favorável fortuna que o *Liber Regum* e as suas reescritas tiveram no também autonomista e periférico território de Portugal⁵⁸ é significativa e indiciadora da existência de um padrão ideológico comum às margens territoriais. O movimento de oposição global que assim se esboça entre a centrípeta fixidez goticista e o dinamismo centrífugo desenvolvido pela conquista parece espelhar a tensão inevitável entre a centralidade e a periferia dos territórios em causa.

Por outro lado, como mostrou Inés Fernández-Ordoñez⁵⁹, no florescimento historiográfico castelhana em vulgar das últimas décadas do século XIII, quando as coroas de Leão e de Castela se encontravam já definitivamente unidas sob a égide desta última, trans-

⁵⁴ Sobre as especificidades da apropriação historiográfica do goticismo por Castela, ver Bautista (2006: 73-75 e n. 36) e Le Morvan (2009: §§34-39).

⁵⁵ Sobre as várias acepções (política, administrativa e demográfica) deste conceito no âmbito da reconquista peninsular, ver Menéndez Pidal (1960). No presente trabalho, o termo é usado com o sentido – que sobressai da interpretação de Mattoso (1993: 451-457) do uso do verbo «populare» na historiografia e diplomática coevas – de imposição efectiva de um poder político sobre um território mediante a sua reorganização administrativa.

⁵⁶ Sobre a evolução historiográfica deste tema fundador da autonomia castelhana e a compreensão dos valores políticos que lhe foram sendo contextualmente atribuídos, ver o magnífico estudo de Martín (1992).

⁵⁷ Sobre o significado e a fortuna desta obra genealógica navarra, ver o volume 9 (2010) da revista on-line *e-Spania*, que lhe está inteiramente dedicado.

⁵⁸ Ver Cintra (1950a, 1950b, 1951: XCVII-CV), Catalán (1962: 305-312, 357-408, e 1970: LIII-LXII, Miranda (2009a: 72, 90-91, e 2010) e Ferreira (2010).

⁵⁹ Ver Fernández-Ordoñez (2000).

formando assim aquilo que tinha sido um território periférico e autonomista no centro político da Espanha reconquistada de «mar a mar»⁶⁰, a questão neogótica mantinha-se actual. Mais do que no direito à recuperação da terra e ao seu senhoreamento efectivo, centrava-se contudo, agora, na aspiração ao *imperium* sobre a Espanha, por parte de Afonso X, e na legitimidade e consequências da divisão dos reinos cristãos peninsulares no âmbito da reconquista⁶¹. De facto, tanto a redacção primitiva da *Estoria de España* como a *Versão Crítica* da mesma obra, ambas elaboradas sob a chancela alfonsina, reclamam a continuidade entre a dinastia castelhano-leonesa e a monarquia goda e repudiam a ideia da divisibilidade do *imperium* sobre a terra cristã. Nenhuma destas situações encontra eco na *Versão Amplificada* de 1289, elaborada no reinado de Sancho IV, obra que se manifesta, pelo contrário, favorável à ideia de que a recuperação territorial cabe aos «naturais» da terra, não sendo um direito exclusivo dos eventuais herdeiros dos reis godos⁶². Pouco depois, a *Crónica de Castela* irá veicular propósitos semelhantes.

Estes diferentes posicionamentos ideológicos correlacionam-se, por um lado, com a afirmação regalista constitutiva dos escritos alfonsinos, onde se verifica uma crescente preocupação com o reforço das prerrogativas e autoridade do monarca, e, por outro, com a representação estamental da Espanha presente na *Versão Amplificada* e na *Crónica de Castela*, onde o governo resulta de um pacto entre o monarca e a aristocracia que o apoia e coadjuva, de tal forma que o rei não é já o único agente da história, dividindo o protagonismo com os «altos homens» do reino.

Ora, pelos mesmos anos de 70 e 80 em que Afonso X de Leão e Castela invocava a legitimidade goda como fundamento do *imperium*, o goticismo parece não ter tido expressão favorável no reino de Portugal. Os textos de natureza historiográfica em vernáculo do ocidente peninsular contemporâneos dos escritos alfonsinos ou anteriores a eles – o *Livro Velho de Linhagens*, de *circa* 1270⁶³, e a *Primeira Crónica Portuguesa*, anterior a 1282⁶⁴ – são sem margem para dúvida redigidos na perspectiva legitimatória decorrente do direito de conquista. O primeiro propõe-se falar das linhagens dos «bons homens filhos

⁶⁰ É com esta expressão que o séc. XIII guarda a memória da acção conquistadora de Fernando III, pai de Afonso X, tanto na tradição da *Estoria de España* como na lírica trovadoresca.

⁶¹ Ver Fernández-Ordoñez (2000: 43-49, 55-58).

⁶² Ver Fernández-Ordoñez (2000: 61-62, 65).

⁶³ Ver Mattoso (1999: 566-571). Alguns detalhes formulares e linguísticos do *Livro Velho de Linhagens* levaram Miranda (2009b) a pôr a hipótese de que a mais antiga obra genealógica portuguesa terá conhecido o *Liber Regum*, com cuja ideologia anti-centralista parece em vários pontos identificar-se.

⁶⁴ Ver Moreira (2008: 67-80).

d'algo [...] que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal»⁶⁵; o segundo apresenta o reino de Portugal como um território ganho pelas armas do seu primeiro rei e autonomizado pela oposição armada às lealdades galegas da nobreza portugalense e ao imperialismo leonês. Dois textos redigidos no quadro do diferendo entre a nobreza e a coroa que marcou o reinado de Afonso III de Portugal após meados da década de sessenta do século XIII⁶⁶, porém procedendo de meios diversos e com objectivos opostos, sendo um deles guiado pela afirmação da nobreza e o outro pela exaltação da realeza de Portugal. Dois textos que, apesar dessas divergências e contrariamente ao que se passava em Castela, comungam do mesmo alheamento face à legitimidade neogótica, aderindo em bloco ao direito de conquista. Os argumentos legitimatórios parecem assim ordenar-se, no decurso do século XIII, segundo um duplo paradigma que opõe em eixos que se articulam entre si, aristocracia contra monarquia e autonomia periférica contra a centralidade do poder territorial.

Neste pano de fundo, a invocação pelo Conde, na década de quarenta do século seguinte, da ascendência goda dos Lara, e as complicadas manobras de entronque das casas de Lara e da Maia na monarquia astur-leonesa, que acima foram tratadas, parecem destacar-se como manifestações de um passadismo mal interpretado, desenquadrado de ambos os eixos paradigmáticos acima referidos e no qual a ascendência goda dissociada de qualquer reclamação de dignidade régia surge como um traço desfuncionalizado. Semelhantemente, o objectivo expresso do Conde, no *Livro de Linhagens*, de «meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha»⁶⁷, parece configurar uma recusa da oposição distintiva entre centro do poder e periferia territorial. Ora, nas obras historiográficas do século anterior, a ausência dessa oposição equivalia, em termos ideológicos, à assunção da invisibilidade política dos territórios marginais e à apologia de uma soberania única. Posição sobremaneira estranha, tendo em conta por um lado que quem fala é filho do rei de um território periférico, Portugal, e, por outro, que não se perfila no horizonte do discurso por ele enunciado nenhuma figura régia que possa ser o recipiente de um poder peninsular único e soberano. Pelo contrário, é invocada a autoridade axiomática da máxima sabedoria antiga para postular a dispensabilidade de um monarca: «Esto diz Aristotles: que se homẽes

⁶⁵ Ed. Piel e Mattoso (1980: 23).

⁶⁶ Sobre o contexto político de afirmação régia e «domesticação» da nobreza tradicional onde este diferendo se origina, ver Mattoso (2009: 532-542).

⁶⁷ Ed. Mattoso (1980: 55).

houvessem antre si amizade verdadeira nom haveriam mester reis nem justiças ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus»⁶⁸.

A adensar este quebra-cabeças, temos os elementos que apontam para uma aceitação sem reservas da descontinuidade entre a monarquia goda e a monarquia asturiana. Nesse sentido, funcionam as referências, sucessivamente reiteradas ao longo das complicadas circunvoluções de escrita características da porção inicial da *Crónica de 1344*, que não deixam esquecer que o fim da monarquia goda se dá com o rei Rodrigo, «el que perdió la tierra» e foi o «postrimero rrei de los godos»⁶⁹. Tais referências surgem mesmo em pontos em que o Conde não se limita a seguir as fontes mas redige capítulos de síntese originais, realçando por conta própria essa situação de fecho de um mundo⁷⁰. Também a ascensão de Pelágio ao trono asturiano é, na mesma obra, sucessivamente apresentada em redacções ligeiramente distintas mas de sentido concordante⁷¹. Embora não seja nunca explicitamente negada a ligação do primeiro chefe guerreiro da reconquista ao mundo godo que ruía, o texto não fornece quaisquer elementos que possam indiciá-la positivamente. Pelo contrário, a ascensão de Pelágio à dignidade régia é consistentemente relatada como uma eleição motivada por considerações estritamente guerreiras e territoriais: «E los christianos que sse acogeron a las montanañas de Asturias quando fu el desbarato del rrei don Rrodrigo, veyendo que se perdia la tierra, alçaron por rrei entre si el rrei don Pelayo, el que llamaron Montesino». Donde se deduz, por um lado, que Pelágio não é mais nem menos godo do que aqueles «christianos» que o elegem; e, por outro, que não é para dar continuidade à dinastia goda que é eleito: «E fue alçado por rrei en las cuevas de Esturias. E deste rrei en adelante non fueron llamados godos»⁷².

Igualmente significativa é a forma como, já na parte da *Crónica de 1344* que tem como fontes principais obras da tradição cronística pós-alfonsina⁷³, o Conde acolhe o episódio da partição dos reinos de Fernando I pelos seus filhos. De acordo com a tradição alfonsina,

⁶⁸ Ed. Mattoso (1980: 55).

⁶⁹ Estas afirmações são sucessivamente reiteradas. Ver ed. Catalán (1970: 27-28, 197, 199-200).

⁷⁰ No curiosíssimo capítulo 127 da *Crónica de 1344*, ed. Catalán (1970: 197-199), que faz o computo dos reis (não mouros) que foram senhores de Espanha desde o advento dos Godos até Afonso XI e recorda em traços largos as circunstâncias em que se deram entretanto mudanças de senhorio, é estabelecida uma distinção explícita entre dois grupos de reis: «Asi que los rreyes godos fueron por toda cuenta treynta e seys. E los rreyes de Leon e de Castilla fueron por toda cuenta treynta e siete» (198).

⁷¹ A eleição de Pelágio surge sempre associada à perda da terra por Rodrigo – ver ed. Catalán (1970: 27-28, 197, 199-200).

⁷² As citações deste parágrafo correspondem à versão do episódio da eleição de Pelágio e consequente *translatio* do senhorio da Espanha que é contada no cap. 127, ed. Catalán (1970: 197-199).

⁷³ Trata-se da secção da redacção primitiva ainda inédita, testemunhada pelo Ms. *M*.

Fernando Magno recusa acatar a objecção à partição dos reinos apresentada por seu filho Sancho, que alegava que a antiga lei goda não permitia a divisão da Espanha. Porém, enquanto nos textos da *Estória de España* esta recusa se configura como uma afirmação gratuita de poder régio «lo non deixarie de fazer por esso»⁷⁴, na *Crónica de 1344* Fernando invoca o direito que lhe assiste de fazer a sua vontade pelo facto de a união dos reinos ser um feito seu pessoal e não algo que lhe tivesse sido legado: «lo non deixaria de fazer por esso ca el lo gañara»⁷⁵. Este argumento, ecoando o primado do direito de conquista sobre a legitimidade goda, não é original do Conde, pois aparecia já na *Crónica de Castela*⁷⁶, que é neste ponto a fonte principal da *Crónica de 1344*. Mas não deixa de ser significativa a adesão de D. Pedro Afonso ao novo ponto de vista, tanto mais que, no mesmo passo, aceita igualmente a substituição da expressão «imperio d’España», usada nas versões da *Estoria de España*, por «senhorio d’Espanha», preferida pela *Crónica de Castela*. Com efeito, a forma «senhorio» está muito menos conotada com uma centralidade monárquica única e absoluta e revela-se neste contexto mais compatível com uma pluralidade de instâncias de poder.

O pensamento político do Conde de Barcelos parece assim eivado de contradições. Não nega a ascendência goda de Pelágio, mas entende que a monarquia goda termina com a perda da terra pelos godos e que Pelágio é eleito pelos seus pares por razões de mérito militar e não de direito linhagístico. Não dá lugar, na identificação dos membros da nobreza – «os nobres fidalgos da Espanha» –, à naturalidade definida em termos de pertença a um reino, mas nem por isso se mostra contrário à divisão dos reinos e adepto do *imperium* peninsular. Coloca-se numa perspectiva ideológica em que prevalece o direito de conquista, e apesar disso acentua a ascendência goda das linhagens que na sua obra favorece. Proclama a possibilidade de uma sociedade governada apenas com base nos laços de solidariedade entre os elementos da nobreza, mas empenha-se em fazer entroncar na monarquia astur-leonesa os antepassados míticos dos mais destacados representantes dessa mesma nobreza.

Talvez seja este último ponto – e mais concretamente as acima referidas manipulações levadas a cabo pelo Conde, no *Livro de Linhagens*, em torno de Ramiro II e da instituição dos Juízes de Castela – que pode ajudar a destrinçar uma linha de sentido no meio da aparente amálgama de proposições incoerentes acima enunciada. Pensemos no panorama

⁷⁴ Ver, para a *Versión Amplificada*, ed. Menéndez Pidal (1955: 494b, cap. 813) e para a *Versión Crítica*, ed. Hernández Alonso (1991: 173b, Livro VIII, cap. 14).

⁷⁵ Ms. *M*, fol. 210v, col. 2.

⁷⁶ Ed. Lorenzo (1975: 348, cap. 205).

historiográfico português coevo, que os estudos de F. A. Moreira e J. C. Miranda presentes neste volume caracterizam, e que constituem ao fim e ao cabo o quadro de referências histórico-literárias no qual o Conde de Barcelos tinha aprendido a movimentar-se. Como genealogista que era, a sua obra estava sobretudo marcado pela tradição do *Liber Regum*⁷⁷. Ora a premissa ideológica estruturante dessa família de textos é que a legitimidade da dinastia régia iniciada por Pelágio sofreu um revés que redundou na instituição dos Juízes de Castela e pôs em causa o direito à soberania dos monarcas que subsequentemente se vieram a reclamar da linha astur-leonesa. Pois bem, o que o Conde faz é partir dessa premissa e procurar na dinastia régia das Astúrias e de Leão⁷⁸ um momento áureo, logicamente anterior à questão dos Juízes, aonde as linhagens que quer exaltar possam ser favoravelmente enxertadas. Rejeita, evidentemente, que o advento de Nuno Rasoira e Lain Calvo tenha sido causado por quebra de varonia após o reinado de Afonso II, pois nesse caso não poderia fazer entroncar na cepa régia os patriarcas da Maia e de Lara. Em vez disso, opta por uma perda de carisma subsequente a uma grave falta de ética do monarca consubstanciada em Ordonho III, o filho de Ramiro II⁷⁹. Assim, e como se mostrou acima, ao mesmo tempo que concentra na descendência alternativa de Ramiro II todo o prestígio dos obreiros iniciais da reconquista, o Conde de Barcelos deixa a linhagem régia de Leão-Castela manchada por uma imperdoável traição à nobreza.

Por outro lado, uma vez que não nega que os reconquistadores iniciais possam ser godos, mas proclama que a legitimidade da posse da terra lhes é conferida pelos feitos guerreiros e não pela ascendência, o Conde coloca Pelágio no mesmo plano em que poderia estar qualquer heróico godo (ou não godo) que tivesse sobrevivido ao desastre em que tinham perecido a monarquia visigoda e o império cristão da Espanha e se tivesse refugiado nas Astúrias: «Quando se perdió el rrei don Rodrigo [...] en aquellas montañas

⁷⁷ Sobre a fortuna do *Liber Regum* em Portugal anteriormente a 1340, ver Miranda (2010); sobre o uso do *Liber Regum* pelo Conde D. Pedro, ver Ferreira (2010). Ambos os artigos referem estudos anteriores na respectiva problemática.

⁷⁸ Não o esqueçamos, na sequência de Pelágio e da sua eleição guerreira, esta dinastia encabeça o prestigioso processo de reconquista e repovoamento da terra de Espanha, mas além disso, e através do entronque com Afonso I – ver Escalona (2004: 251-255) – reclama também a herança gótica imperial dos antigos monarcas.

⁷⁹ Trata-se do traiçoeiro assassinio dos condes castelhanos, que o Conde irá reforçar ainda, como ficou dito acima, com a sentença de morte contra a mãe ditada por Ordonho III. A substituição da esterilidade de Afonso II, enquanto causa da eleição dos Juízes de Castela, por acontecimentos negativos decorrendo da responsabilidade activa de monarcas Leoneses não é um estratagema original do Conde, tendo sido inaugurado pelo Tudense que situava essa eleição no reinado de Fruela II, e afinado pelo Toledano, que mantém a colocação do episódio definida pelo seu antecessor mas implica ainda o comportamento iníquo do rei anterior, Ordonho II, nas causas da eleição. Sobre esta questão, ver Martin (1992: 212-229, 270-295).

se acojeron toda la gentes de la tierra que escaparon de la batalla»⁸⁰. Assim, em vez de estar concentrada na dinastia régia troncal, a legitimidade suplementar que uma ascendência goda pudesse atribuir é distribuída por todos os descendentes desses sobreviventes iniciais – o que irmana toda a aristocracia guerreira no mesmo direito à conquista da terra e inviabiliza eticamente a reclamação do *imperium* por uma linhagem particular.

Não será afinal esta idealizada comunidade de guerreiros a razão pela qual o *Livro de Linhagens*, ao contar a entrada dos godos em Espanha e os caracterizar enquanto povo, refere, de acordo com o *Liber Regum* que «Estes Godos foram do linhagem de Goth e de Magoth e de Jafet, o filho de Noe, e foram gentiis», mas regista também, dado que a tradição textual canónica desta fonte não contempla⁸¹, «E foram todos cavaleiros»⁸²? Antes de terem ganho e perdido a Espanha, os godos eram já, no dizer do Conde, uma sociedade de cavaleiros – e essa matriz ético-social configura uma forma de nobreza dotada de valor intrínseco e que, contrariamente à condição régia, perdura para além da perda da terra. A herança goda não se projecta, afinal, no protótipo de uma monarquia, mas no de uma organização estatal da Espanha. É este, segundo os textos parecem permitir entender, o neogoticismo de que o Conde de Barcelos faz a apologia: um goticismo aristocrático que sobrelegitima a nobreza guerreira da reconquista e que, acima do poder autónomico dos reinos divididos ou do centralismo de uma monarquia imperial, proclama a inteireza de uma Espanha fundada na unidade dos seus «nobres fidalgos» no propósito da recuperação da terra.

De Covadonga, entrincheirada nas montanhas do extremo norte, a Tarifa, guardando a sul as portas de África, é afinal o percurso dos restauradores da Espanha, uma Espanha instituída *in illo tempore* pelos cavaleiros godos, que a pena do Conde de Barcelos traça. Um percurso mítico recobrando com uma idealização de supremacia aristocrática pan-hispânica o real significado social, político e ideológico da reocupação Cristã do território peninsular. E a batalha do Salado figura no final desse traçado como o rito que sela a pervivência do passado enquanto mito.

⁸⁰ Ed. Catalán (1970: 199-200)

⁸¹ Este elemento não se encontra nas versões *Vilarense* nem *Toledana* do *Liber Regum*, nem no seu derivado *Libro de las Generaciones*, encontrando-se apenas na curiosa sùmula da história de Espanha desde a chegada dos Godos até Fernando Magno, largamente baseada no *Liber Regum*, que serve de introdução à *Tradução Galego-Portuguesa da Crónica de Castela* – ed. Lorenzo (1974: 900-903) – contida no ms. A2 do códice factício A, 8817 da Biblioteca Nacional de Espanha. Sobre este interessante texto, ver Miranda (2009a). Para novas perspectivas ver Bautista (2010).

⁸² Ed. Mattoso (1980: 101, 3D1).

O Conde, a escrita e a memória

102

«E pero que é ben que o ben que home faz sse non perça, mandamo-lo screver», diz a conhecida epígrafe, remontando ao *Livro das Cantigas* do Conde que antecede nos cancioneiros trovadorescos as composições de Vidal, judeu de Elvas⁸³. Com base no puro mérito poético, D. Pedro de Barcelos fazia assim ombrear com os protagonistas da manifestação mais emblemática da cultura aristocrática peninsular, tal como a tinha conhecido, um desclassificado elemento da sociedade. O interesse desta epígrafe, muitas vezes evocada pelo seu carácter pitoresco, não se esgota porém no testemunho de preconceituação etno-religiosa que *a contrario* fornece. Ela alcança, na verdade, muito além, pois contém em si todo um programa de escrita governado por uma ética de que o autor se assume como intérprete e guardião. Vidal é resgatado à invisibilidade a que a sua lei tacitamente o condena pelo superior entendimento daquele que, em nome de uma noção abstracta de Bem, tem o poder e o dever de identificar e de preservar esse mesmo Bem. Um Bem com ressonâncias Aristotélicas, invocado num enunciado universalizante que não se aplica apenas à poesia mas à generalidade dos feitos humanos, e que deve ser assinalado por aquele que tem sobre o tempo o poder de, pela escrita, o cristalizar em memória. Para que o Bem se não perca.

É nesta perspectiva que ganha pleno sentido a escrita do conde D. Pedro no seu afã compilatório, simultaneamente rememorativo e comemorativo, de cantigas, linhagens e histórias, reconfigurando o passado de modo a poder encerrá-lo. Não havendo já terra a guardar, restava guardar a memória.

⁸³ Trata-se de duas cantigas truncadas que comparecem em ambos os cancioneiros quincentistas, com os números 1605 e 1606 no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e 1138 e 1139 no *Cancioneiro da Vaticana*. A transcrição da epígrafe segue a edição de Luciana Stegagno Picchio (1979: 85). Na sequência de Carolina Michaëlis, esta autora considera tratar-se de uma epígrafe emanando da vontade directa do mandatário da compilação onde as composições de Vidal foram integradas, compilação essa que, pela colocação desviante das composições, afastadas do bloco das «cantigas de amor», não poderá ter sido senão o *Livro das Cantigas* do Conde de Barcelos – ver Picchio (1979: 70-71 e n. 4).

Bibliografia:

- Amado, Teresa (1993). «A cada um a sua Batalha de Tarifa». In *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Aires A. Nascimento e Cristina A. Ribeiro (eds.), vol. 4, pp. 303-307. Lisboa: Cosmos.
- Alvar, Carlos e Sarah Finci (2007). «Libro de los estados» (edição crítica). In *Don Juan Manuel: Obras Completas*, Carlos Alvar e Sarah Finci (eds.), pp. 441-707. Alcalá: Fundación José Antonio de Castro.
- Armistead, Samuel G. (2000). *La Tradición Épica de las Mocedades de Rodrigo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Bautista, Francisco (2006). «Pseudo-historia y leyenda en la historiografía medieval: la Condesa Traidora». In *El Relato Historiográfico: Textos y Tradiciones en la España Medieval*, Francisco Bautista (ed.), pp. 59-101. London: Medieval Hispanic Research Seminar.
- (2010). «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*», e-*Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19884>. [Consultado a 2/10/2010].
- Bishko, Charles Julian (1975). «The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492». In *A History of the Crusades*, Kenneth M. Setton (ed.), vol. III: *The Fourteenth and Fifteenth Centuries*, Harry W. Hazard (ed.), pp. 396-456. Madison: University of Wisconsin Press.
- Catalán, Diego (1962). *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos.
- (2005). «*Rodericus*» *Romanzado en los reinos de Aragón, Castilla y Navarra* (com a colaboração de Enrique Jerez). Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- e María Soledad de Andrés (1970). *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos/Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1950a) «*O Liber Regum* e outras fontes do *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro». In *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à Memória de Francisco Adolfo Coelho*, vol. II (*Boletim de Filologia*, 11, pp. 224-251). Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- (1950b). «Uma tradução galego-portuguesa desconhecida do *Liber Regum*». *Bulletin Hispanique*, 52, pp. 27-40.
- (1951). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I (Introdução). Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1954). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II (edição crítica). Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1961). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. III (edição crítica). Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1990). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV (edição crítica). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Deswarte, Thomas (2003). *De la destruction à la restauration: l'idéologie du royaume d'Oviedo-León (VIII-XI siècles)*. Turnhout: Brepols.
- Dias, Isabel Barros (2003). *Metamorfozes de Babel. A Historiografia Ibérica (Sécs. XIII-XIV): Construções e Estratégias Textuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.
- Doubleday, Simon R. (2004). *Los Lara: Nobleza y monarquía en la España medieval* (trad. de Salustiano Masó). Madrid: Turner.
- Escalona, Julio (2000). «Épica, crónicas y genealogías en torno a la historicidad de la Leyenda de los Infantes de Lara», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 23, pp. 113-155.
- (2004) «Family Memories: Inventing Alfonso I of Asturias». In *Building Legitimacy. Political Discourses and Forms of Legitimacy in Medieval Societies*, Isabel Alfonso, Hugh Kennedy e Júlio Escalona (eds.), pp. 223-262. Leiden-Boston: Brill.
- Erdmann, Karl (1940). *A ideia de Cruzada em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fernández-Ordóñez, Inés (2000). «Variación en el modelo historiográfico alfonsí en el siglo XIII. Las versiones de la Estoria de España». In *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XIV)*, George Martin (ed.), pp. 41-74. Madrid: Casa de Velásquez.
- (2008). «Transmissão y metamorfosis de los textos en lengua vulgar en la Edad Media: hacia una tipología de mecanismos evolutivos». Conferência plenária apresentada ao II Congresso Internacional da Sociedade de Estudos Medievales y Renacentistas, San Millán de la Cogolla, 10 a 13 de Setembro de 2008 (em curso de publicação nas respectivas actas). Disponível video on-line integral da conferência em http://www.cilengua.es/index.asp?pagina_e=video&cat=83&video=139. [Consultado a 10/11/2009].
- Ferreira, Maria do Rosário (1998). «Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha». *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – História*, II série, 15, pp. 1567-1579.
- (2005). *A lenda dos Sete Infantes: Arqueologia de um destino épico medieval* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).
- (2009). «Terra de Espanha: A Medieval Iberian Utopia». *Portuguese Studies*, 25(2), pp. 182-198.
- (2010). «O *Liber Regum* e a representação aristocrática da Espanha pelo Conde D. Pedro de Barcelos». *e-Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19675>. [Consultado a 2/07/2010].
- Gomes, Joana (2007). *As Condessas traidoras e a Terra de Espanha* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada).
- González Jiménez, Manuel (2002). «Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos». In *Memoria, Mito y Realidad en la Historia Medieval*, J. I. Iglésia Duarte (ed.), pp. 151-170. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- Krus, Luís (1994). *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

- Ladero Quesada, Miguel Ángel (1993). «Neogoticismus». In *Lexicon des Mittelalters*, vol. 6, coll. 1090-1091. München et Zürich: Artemis.
- Le Morvan, Gaël (2009). «La *Chronica naiarensis*: d'un néo-gothisme astur-léonais à un néo-gothisme castillan». *e-Spania*, 7 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/index18028.html>. [Consultado a 10/11/2009].
- (2010). «Le concept de tierra espagnole et le néo-wisigothisme dans le *Liber regum*». *e-Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19830>. [Consultado a 2/07/2010].
- Lorenzo, Ramón (1975). *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla* (edição crítica). Orense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijóo».
- Martin, Georges (1984). «La chute du Royaume Visigothique d'Espagne dans l'historiographie chrétienne des VIIIe et IXe siècles». *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 9, pp. 207-233.
- (1992). *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*. Paris: Klincksieck.
- (2001). «Dans l'atelier des faussaires: Lucas, Rodrigo, Alfonso, Sancho...». *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispanique Médiévale*, 24, pp. 279-309.
- Mattoso, José (1980). *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II/1: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (edição crítica). Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- (1993). *História de Portugal*, vol. I: *Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (1999). «A transmissão textual dos livros de linhagens». In *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Isabel Hub Faria (org.), pp. 565-584. Lisboa: Edições Cosmos.
- (2009). «O triunfo da monarquia portuguesa. Ensaio de história política». In *Naquele Tempo*, pp. 515-542. Lisboa: Círculo de Leitores.
- e Joseph Piel (1980). «Livro Velho de Linhagens» (edição crítica). In *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. I: *Livros Velhos de Linhagens*, pp. 21-60. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Menéndez Pidal (1955). *Primera Crónica General de España*. 2 voll., Madrid: Gredos.
- (1960). «Repoblación y tradición en la cuenca del Duero». In *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I: *Antecedentes. Onomástica*, pp. XXX-XXXI. Madrid: CSIC.
- Miranda, José Carlos (1988). «A “Lenda de Gaia” dos Livros de Linhagens: uma Questão de Literatura?». *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – Línguas e Literaturas*, II série, 5, t. II, pp. 483-515.
- (2009a). «A Introdução à Versão Galego-Portuguesa da *Crónica de Castela* (A2a): Fontes e estratégias». In *Seminário Medieval 2007-2008*, M. R. Ferreira, J. C. R. Miranda e A. S. Laranjinha (eds.), pp. 61-97. Porto: Estratégias Criativas. URL: http://www.seminariomedieval.com/guarecer/sm0809/A2aNET%5Bdefinitivo_11.08%5D%5B1%5D.pdf. [Consultado a 10/11/2009].
- (2009b). «Do *Liber Regum* ao *Livro Velho de Linhagens*» (a publicar em *Seminário Medieval 2009*). URL: http://www.seminariomedieval.com/MIRANDA_DO_LR_aoLVL%5B1%5D.pdf. [Consultado a 23/12/2009].

- (2010). «Do *Liber Regum* em Portugal antes de 1340». *e-Spania*, 9 [revista on-line]. URL: <http://e-spania.revues.org/19315>. [Consultado a 2/07/2010].
- O'Callaghan, Joseph F. (2003). *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Picchio, Luciana Stegagno (1979). «As cantigas de amor de Vidal, judeu de Elvas». In *A Lição do Texto* (trad. Alberto Pimenta), pp. 67-93. Lisboa: Edições 70.
- Ramos, Manuel Francisco (1996). *Memoria de victoria christianorum (Salado-1340)* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).
- Ruiz-Doménec, José Enrique (1984). *La memoria de los feudales*. Barcelona: Argot.
- Saraiva, António José (1971). «O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro». *Boletim de Filologia*, 22, pp. 1-16.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e (2005). *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tarrío, Ana Maria (2006). «La memoria de los godos en João de Barros». In *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico*, A. A. Nascimento e P. F. Alberto (eds.), pp. 889-904. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.
- Veiga, A. Botelho da Costa (1940). «Os Nossos Nobiliários Medievais. Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração». *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Série II, 15, pp. 165-193.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

